

tché!

MARCO POLLO GIORDANI

BRASIL

SIN- PRE

*"Um livro que
elogia e valoriza o trabalho
e o poder político da comunidade de
informações, critica a atuação da igreja progressista,
analisa a atuação de comunistas e organizações de esquerda,
defende a criação de um grande partido nacional de direita e ainda faz
interessantes revelações como a dos preparativos para a invasão do Uruguai por
tropas brasileiras em 1972".*

A lista das 92 vítimas da esquerda durante a luta armada no final dos anos 60 e começo dos anos 70 e dos 28 oficiais e soldados mortos na intentona comunista de 1935.

Escrito pelo tenente Marco Pollo Giordani, da 2ª Seção (serviço secreto) do Comando Militar do Sul, a partir de “pesquisa solitária, anotações de dados e ensinamentos adquiridos através da vivência diária, estudo de obras, sobretudo pela experiência pessoal”, “Brasil Sempre” é, sem dúvida, um sinal dos tempos democráticos: é o primeiro livro sobre o tema de um oficial da ativa da comunidade de informações, feito com a aprovação tácita de seus superiores e, curiosamente, lançado por uma editora considerada de esquerda, a Editora Tchê, a segunda do Rio Grande do Sul, com 85 títulos. “Com este livro” — justifica-se o diretor da Editora, Airton Ortiz — “estamos passando à opinião pública o ponto de vista dos militares que estão aí e continuam influenciando nos destinos do país”.

“Poderoso SNI”

Ilustrado com fotos de uma revista do Cisa Centro de Informações da Aeronáutica de 1982, o livro **Brasil Sempre** afirma que o SNI transformou-se “no maior e mais poderoso serviço de informações de todo o continente sul-americano” e que a comunidade de informações “está incomensuravelmente mais forte”. “O SNI hoje abarca os mais longínquos tentáculos da escalada vermelha. Saibam todos que, se houver outra luta, felizmente não se precisará falar mais em torturados. Nós possuímos o fio da meada.”

O livro confirma a existência da Operação Charrua, denominação até agora não divulgada, pela qual o Exército brasileiro invadiria

MARCO POLLO GIORDANI

BRASIL

SEMPRE

tchê!

PREFÁCIO

É motivo de orgulho ser escolhido — dentre inúmeros oficiais — para marcar o início de uma obra que se tornou necessária.

Por certo, Brasil: sempre não teria existido se, na extremidade absurda das provocações áridas, não tivesse vingado um Brasil: nunca mais.

Ao cidadão-soldado cabe o rigoroso decoro, a singular sensibilidade de manter-se no anonimato. Mas cabe — perante o altar da pátria e da liberdade que a caracteriza — expressar-se veementemente em defesa da honra e da dignidade da instituição que o abriga e constitui.

Marco Pollo Giordani, de maneira consciente e objetiva, revela o sentimento, a lealdade, a abnegação, o desprendimento, a coragem e o patriotismo inquestionável dos que — movidos pela consciência de servir e defender — permitem aos cidadãos civis as realizações a que se propõem.

Esta é a razão de ser do homem fardado.

Na qualidade de oficial superior do Exército, devo expressar o meu apoio ao que considero uma reação natural, mais valiosa por partir das bases subalternas, o que significa existir entre comandados e comandantes elos vigorosos de consistências indivisíveis.

Recolhidos na clausura austera da caserna, estamos hoje, como sempre estivemos, conscientes e unidos, atentos e preparados para a qualquer momento responder aos inimigos da pátria.

Aos nossos irmãos civis — que hoje labutam na tranqüilidade ímpar de um País soberano, pacífico e próspero — fica a certeza, não só pelo conteúdo de Brasil: sempre, mas, também, pela nossa firme determinação, que no Brasil não há lugar para desordens de ideologias espúrias e escravagistas.

Aos nossos irmãos soldados torna-se providencial lembrar as palavras

do general Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, quando então ministro do Exército: "Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia."

Rio de Janeiro, 22 de Abril de 1986

JOSE ANTONIO QUEIROZ
MAJOR DE CAVALARIA

APRESENTAÇÃO

Minha decisão em escrever este livro — dentre outros motivos — decorreu essencialmente da edição de *Brasil: nunca mais* — faccioso relato de um pretenso grupo de especialistas, tendo à testa o arcebispo metropolitano de São Paulo — Dom Paulo Evaristo Arns, e “outros”...

Não possuo 300.000 dólares (1,9 bilhão de cruzeiros, ao câmbio da época do Projeto Brasil: *Nunca Mais*), nem os computadores, aparelhos de microfilmagem, ou funcionários assalariados — usados na confecção do mesmo.

Nos meus dezoito anos de serviços prestados ao Exército e à pátria, pude, tão somente, manter com modéstia a minha família — que, como tantas outras humildes famílias brasileiras, abriga-se num pequeno apartamento financiado pelo BNH.

Possuo, no entanto, a coragem, a determinação e a integridade de um homem de informações, com vários anos de DOI-CODI — anos esses, de sacrifícios imensos, de renúncias silenciosas, dedicados exclusivamente ao Brasil — no mais completo anonimato, na mais completa abnegação.

Possuo o conhecimento vivido, sobre aqueles que Brasil: *nunca mais*, classifica apenas como ativos personagens pertencentes a movimentos contrários às idéias da “elite dominante”.

Possuo a real experiência do contato permanente com a subversão, que tentou, e tentará sempre, contra o princípio mais sagrado de qualquer ser humano: o exercício da liberdade!

Possuo — acima de tudo — uma consciência tranqüila, uma formação inabalável, alicerçada nos valores morais que me foram transmitidos — graças a Deus — por uma família bem constituída.

Possuo o desassombro dos homens honestos, e desse modo dirijo meus passos de cabeça erguida, de coração sereno -- em qualquer hora, em qualquer lugar e em qualquer situação!

Como militar, deveria seguir o meu trabalho, na quietude serviente -- característica fundamental dos que dedicam suas vidas à defesa da Pátria.

Há, porém, em minhas veias, o sangue latino, a disposição de luta, sobretudo, na defesa das minhas convicções.

Sou, pessoalmente, o único responsável pela elaboração deste trabalho. Não há "outros" -- muito menos estrangeiros -- como em Brasil: nunca mais. Há, apenas, a pesquisa solitária, anotações de dados e ensinamentos adquiridos através da vivência diária, e também de estudos sobre várias obras, sobretudo pela experiência pessoal.

Em momento algum penso em contestar -- como diríamos na linguagem jurídica -- mesmo, porque, contestar Brasil: nunca mais seria tão insignificante quanto recomendá-lo. Seria por demais simples o argumento contestatório contra quem apenas se preocupou em apresentar somente um lado -- rompendo o caminho lógico e imparcial, para que se pudesse formar um juízo equilibrado.

Pretendo, antes de tudo, mostrar a parte "esquecida".

Lamento que a Igreja Católica -- ou melhor dizendo -- a Igreja Progressista (mero eufemismo de marxista) tenha usado tão vultosa soma, tão precioso tempo, tantos recursos técnicos, para a elaboração de um compêndio que peca, basicamente, pela falta de lógica.

Elogiável seria a ação do arcebispo paulista e "outros"... se, em vez disso, nortegassem tão simplesmente para o verdadeiro caminho dos que se dizem sacerdotes, defensores e propagadores da doutrina cristã -- isto é, para a transcendente missão que lhes cabe, ou simplesmente, o da obediência aos dizeres do próprio Cristo: "O meu reino não é deste mundo!"

Porém, como bem evidenciaremos em capítulos seqüentes, cada vez mais a interferência do clero vermelho é evidente em todos os segmentos que, por essência, lhe são alheios.

Ah! Eternos e clamantes defensores dos pobres! -- Ah! Velhos lobos vestidos de cordeiros -- hasteadores da bandeira dos Direitos Humanos!

Sim, aqui no Brasil, graças a nós, senhor arcebispo Arns, graças aos princípios democráticos das nossas Forças Armadas, graças ao sangue de mais de uma centena de irmãos nossos, sacrificados pela fanática laia que defendes, pode, a "Igreja", distorcer, mentir, instigar, interferir em coisas que não lhe dizem respeito, falar abertamente, atacando instituições, agre-

dindo autoridades — na mais completa libertinagem, mas que se diga: erroneamente, sem ser reprimida ou responsabilizada.

Nós, amantes da liberdade, nos sacrificamos justamente porque nos dispomos à luta somente depois de sermos agredidos.

Brasil: sempre — modesta, mas decididamente — há de mostrar um caminho, há de imprimir uma marca nova — não simplesmente a do ataque, mas, sobretudo, a da verdade e do consenso — pois já dizia Ulpiano, em seus preceitos sobre o Direito: “Suum cuique tribure”, isto é, que cada um tenha o que lhe é devido.

Desde o inditoso Governo do senhor General João Batista Figueiredo, até o advento da chamada “Nova República”, vêm os integrantes das Forças Armadas sofrendo calúnias e acusações, como se fossem o “mata-borrão” dos insucessos políticos e sociais, além de abrigarem em seus quadros os mais desumanos torturadores.

Mais lamentáveis são as manifestações de homens que se fizeram, que se projetaram e que, desonestamente, enriqueceram, enxovalhando e distorcendo os sublimes objetivos da Revolução de 1964.

Muitos desses traidores e despersonalizados, que acreditam poder um homem, indefinidamente, servir a dois senhores. Então brotaram os livros, as manifestações, os “democratas”, os apregoadores de liberdade!

Não seria justo, pois, que os verdadeiros e leais, os corajosos e determinados, os que acreditam na verdade e no justo Direito, e sonham com uma Pátria grandiosa, ficassem calados!

O que se viu e o que se vê após o desenlace do último Governo do período revolucionário, mais do que lamentável, é indescritível!

Lá estão eles — subindo a “rampa do Planalto” — reunindo-se com o presidente, ocupando posições de mando, acusando “torturadores”, numa manifestação clara de revanchismo.

Aí está a imprensa — na sua maioria — como sempre, invertendo verdades, promovendo desvalores e semeando confusões.

Aí está a Igreja — uma parcela da Igreja — com o Brasil: nunca mais. Digo uma parcela, porque deixo claro — como católico — não há de se discriminar toda a instituição pelo descaminho de uns poucos.

E aqui estou eu — com o Brasil: sempre — escrito nos raros momentos de folga, geralmente à noite, com a sinceridade que venho tocando a minha vida, com a firmeza e com o otimismo que marcam o meu ser.

Dedico-o, especialmente, aos jovens do meu país — a esperança do Brasil verde-amarelo. É certo que a juventude sofre as maiores opressões e

consequências das doutrinas alienígenas. Torna-se fundamental, pois, uma estrutura educativa profunda, para que esse potencial humano forme uma consciência livre e patriótica.

Devo dizer aos jovens: unidos e fiéis às nossas tradições e à nossa ideologia de homens livres, haveremos de construir um Brasil melhor, resguardando-o permanentemente dos tentáculos opressores do comunismo internacional.

Essa foi a luta de ontem; é a de hoje, e será a de amanhã.

Essa é a luta do Brasil: sempre.

PRIMEIRA PARTE

**EVOCAÇÃO AOS COMPATRIOTAS E COMPANHEIROS
MORTOS PELA AÇÃO DO TERRORISMO, DESDE A
INTENTONA COMUNISTA DE 1935, ATÉ O PERÍODO
PÓS-REVOLUCIONÁRIO DE 1964**

É comum nos dias atuais, se ouvir de políticos e até mesmo de autoridades militares, recomendações impensadas, de “esquecimento do passado”.

De sua parte, “Brasil: nunca mais”, cujo objetivo único é reavivar o período turbulento, incoerente e ironicamente, à página 55, discorrendo sobre a Intentona Comunista de 35, assim se expressa: “A insurreição limitou-se aos quartéis e foi prontamente sufocada. Mas o episódio é mantido até hoje na memória das Forças Armadas como pira permanente em torno da qual se celebram as solenidades anuais de reafirmação dos ideais sagrados de combate ao comunismo, pedra angular da ideologia assumida pelo Estado após 1964”.

Valho-me de um excelente trabalho, onde, autor ou autores não identificados, de maneira sintética e objetiva, relatam os fatos ocorridos durante a Intentona Comunista de 1935, desde sua origem. As novas gerações necessitam desse conhecimento, para que possam, pela posteridade, e com o mesmo ardor, reverenciar nossos heróis.

“LEMBRAI-VOS DE 35!”

1. RAIZES DO LEVANTE

a. O nascimento do PCB

Quem desejar compreender os acontecimentos dramáticos de 1935 terá que voltar algumas páginas de nossa história política e rememorar as origens do movimento comunista no Brasil.

Após a Revolução Russa de outubro de 1917, intensificou-se no mundo inteiro a onda ideológica marxista-leninista, antes mesclada às manifestações do anarquismo e do materialismo, sem grande expressão.

Em nosso país, embora desde 1918 várias tentativas fossem registradas, somente em 1922 conseguiu o comunismo organizar-se. Em março daquele ano realizou-se no Rio de Janeiro o Congresso Constitutivo do Partido Comunista, que logo aderiu ao Movimento Comunista Internacional, aceitando as 21 condições de admissão à III Internacional, também conhecida por COMINTERN.

Esta central de subversão, fundada por Lênin em 1919, passara a ser a pedra angular da política exterior soviética, através da qual Moscou, impondo disciplina férrea, dirigia as atividades comunistas do mundo inteiro.

Dentre as 21 condições, a 6ª merece destaque especial, como expressão do fanatismo ideológico que o COMINTERN procurava engendrar nas organizações que dirigia: "Todos os partidos comunistas devem renunciar não somente ao patriotismo, como também ao pacifismo social. . ."

Iniciava-se, assim, o comunismo no Brasil, negando a índole pacífica do povo e a noção de pátria, tão arraigada em nosso caráter nacional.

b. Os primeiros tropeços

O PC, nos primeiros anos de atividade, desenvolveu intensa infil-

tração, procurando agitar principalmente os meios operários. A reação legal determinada pelo governo, consciente dos objetivos perniciosos do movimento e, mais tarde, as correntes de "direita", inspiradas na versão crioula do fascismo em ascensão na Europa, começaram a neutralizar a ação vermelha que não conseguiu obter o apoio popular desejado.

Sob a ameaça de desagregação, o PCB sentiu a necessidade de atrair um líder, que pudesse polarizar a admiração das massas e que revestisse o movimento da áurea de autenticidade. Nessas circunstâncias, entre os nomes lembrados destacou-se o do ex-capitão do Exército Luís Carlos Prestes.

c. O falso "Cavaleiro da esperança"

Luís Carlos Prestes adquiriu renome nacional após a revolução de 1924, quando chefiou um grupo de revolucionários que percorreu, durante três anos, sempre perseguido por tropas legalistas, grande parte do território brasileiro, integrando a coluna que acabaria tomando seu nome. Dessa façanha derivou-lhe o cognome de "Cavaleiro da Esperança". Após a referida aventura, Prestes declinou tristemente para o abismo ideológico. Já na Bolívia, onde sua coluna derrotada internou-se, foi procurado, em Porto Suarez, por Astrogildo Pereira, um dos dirigentes fundadores do PCB, do qual recebeu, após longas conversações, várias obras de doutrinação marxista-leninista. A semente estava lançada.

Em 1930, alguém lembrou o nome de Luís Carlos Prestes para a chefia militar da revolução. Convocado de Buenos Aires, onde se encontrava, entrevistou-se demoradamente com Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. De regresso à Argentina, Prestes lançou um manifesto no qual condenava a revolução que se articulava e fazia nova profissão de fé, aderindo ao comunismo.

Mais tarde, em 1931, os agentes soviéticos Marx e Olga Pandarskye, convenceram-no a seguir para a URSS, a fim de melhorar sua educação comunista. Durante alguns anos realizou cursos de liderança e capacitação marxista-leninista em Moscou, chegando a ser eleito membro do Comitê Executivo do COMINTERN. Regressou ao Brasil, em abril de 1935, para assumir a liderança do movimento comunista, tornando-se ainda o presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora e mentor da intentona que se preparava.

Transformou-se em fanático do credo vermelho, abdicando de seus

próprios sentimentos nacionalistas, em nome dos quais desfraldara a bandeira de rebeldia e que lhe dera, anos atrás, o cognome que não passou de uma legenda. Tal fato seria comprovado em 1964, quando, já anistiado e senador da República, Prestes declarou no Senado Federal que: "Caso o Brasil estivesse em guerra com a União Soviética, jamais pegaria em armas contra esta".

d. As ideologias extremadas dos anos 30

No Brasil, como no resto do mundo, durante a década de 30, digladiavam-se duas correntes ideológicas, carregadas de antagonismos irreconciliáveis, provindas de modelos europeus: o comunismo e o fascismo.

O fascismo traduziu-se, em nosso país, desde 1932, pelo Movimento Integralista, liderado pelo escritor Plínio Salgado. Enquanto o comunismo procurava conquistar o proletariado, o integralismo voltava-se para a classe média. A tríade "Deus, Pátria e Família", que lhe servia de lema, adequava-se bem ao espírito dos brasileiros.

Apesar do elevado desígnio de oferecer barreira à infiltração vermelha, angariando a simpatia de várias correntes cristãs e atraindo altos dignitários da Igreja, do Governo e das Forças Armadas, o movimento fundamentava-se à semelhança do comunismo, em concepção totalitarista: um chefe e um partido únicos. Sua simbologia imitava os padrões de Hitler e Mussolini: camisa verde, saudação "anaue" e as demonstrações militarizadas, convertidas em desfiles e paradas. Não teve longa existência. Esgotou-se em maio de 1938, no golpe frustrado contra o Palácio Guanabara, na tentativa de depor Getúlio Vargas.

O comunismo, revigorado pela adesão de Prestes, conseguiu grande expansão, infiltrando-se inclusive nas Forças Armadas. Nestas, vários jovens oficiais, em geral doutrinados desde seus tempos acadêmicos e insatisfeitos com os rumos da Revolução de 1930, passaram-se às fileiras vermelhas, seduzidos pela personalidade do líder e pelas falaciosas fórmulas de renovação política e social, oferecidas nas resoluções do PCB.

e. Aliança Nacional Libertadora (ANL) — Sombra do PCB

À medida em que o PCB crescia, aumentavam as dificuldades. Os atritos com o integralismo multiplicaram-se, gerando muitas vezes choques sangrentos. Em consequência, sentiram os líderes do PC a necessidade de

criar uma frente ostensiva, mascarando a base ideológica e permitindo o trabalho político legal para a conquista do poder. Resolvidos a tomar a ofensiva, fundaram, em 30 de março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora, organização de fachada, dentro da pura técnica das frentes-unidas que, em todos os países, constituem verdadeiras filiais do Partido Comunista. Assim a ANL não expressava somente o antifacismo como apregoava; na verdade, constituía uma frente. Embora nem todos os aliancistas fossem obrigatoriamente comunistas, a orientação e as decisões eram formuladas integralmente pelo PCB.

Prestes, aclamado presidente de honra da ANL, declarou: "Tomamos o único caminho que nos poderá levar ao poder soviético e ao socialismo". Em discurso proferido no VII Congresso da III Internacional, o delegado holandês Van Mine, membro do Comitê Executivo do COMINTERN e relator dos assuntos relativos à América do Sul, disse: "Devo expor a todos os camaradas que se interessam pelo desenvolvimento e expansão do comunismo na América Meridional que no Brasil já existe uma ampla e bem organizada associação, denominada Aliança Nacional Libertadora, da qual já participa grande número de oficiais do Exército e da Marinha Brasileira. Essa associação foi criada sob a orientação secreta, mas direta, do Partido Comunista do Brasil, segundo as instruções confidenciais recebidas da Liga Soviética em Montevideu. Essa Aliança segue cegamente as ordens do nosso bravo camarada Prestes, que foi em numerosos comícios públicos, realizados no Brasil, aclamado como seu chefe absoluto e presidente de honra".

f. As ordens vinham de Moscou

Antecedendo-se à criação da ANL, em fins de 1934 as Conferências Comunistas da Grande Ásia e da América Latina já haviam deliberado desferir a revolução comunista no Brasil, mesmo sem condições ideais para a eclosão. A decisão foi tomada por sugestão do russo Manuisky e de delegados brasileiros, que acreditavam ser preferível uma ação rápida e violenta a uma demorada ação subversiva.

Para preparar e dirigir o movimento armado, o COMINTERN enviou o agitador internacional Artur Ernest ou Harry Berger, ex-deputado comunista do Parlamento da Alemanha, processado em seu país natal por alta traição. Além dele chegaram Rodolpho Guioldi, secretário geral do PC Argentino, Leon Jules Vallée e outros.

Aproveitando-se da cobertura fornecida pela ANL, da assessoria estrangeira e do regresso de Prestes, o PC entrou em fase de grande movimentação: intrigava, conspirava, aliciava em todos os setores; realizava infiltrações nos sindicatos e, particularmente, nos quartéis. . . Em sua tática de jogar uns contra os outros, o esquema nacional da agitação ordenou que, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, a ANL pregasse o separatismo; no Rio de Janeiro, que mobilizasse a opinião pública contra os separatistas paulistas e gaúchos; enquanto no Norte e Nordeste, realizasse protestos contra os "reconhecidos privilégios do Sul".

A técnica subversiva despertou a atenção das autoridades. A 11 de julho de 1935 o Governo determinou o fechamento da Aliança Nacional Libertadora e a dissolução de outras frentes congêneres: União Feminina do Brasil e a Aliança por Pão, Terra e Liberdade, passando os comunistas a enfrentar crescentes dificuldades em suas atividades de agitação e propaganda.

Apesar de tudo, o COMINTERN exigia ação.

Prestes, premido entre dois fogos, deu a palavra de ordem da revolução. Em novembro desencadeou-se a tresloucada intentona que, apesar de sua efêmera duração, manchou com o sangue generoso de numerosos brasileiros algumas páginas tristes da história pátria.

2. DIAS DE LUTO PARA O BRASIL

a. Desgoverno bolchevista em Natal

Antecipando-se de quatro dias à data prevista nos planos comunistas, o movimento eclodiu em Natal (RN), sábado, 23 de novembro de 1935. Alguns sargentos, cabos e soldados rebelados no 21.º Batalhão de Caçadores tiraram partido do meio expediente e, com auxílio de civis extremistas, prenderam o oficial-de-dia, apoderando-se do armamento e munição existentes.

O Governador do Estado e seus auxiliares, ao tomarem conhecimento da revolução, refugiaram-se no Consulado do Chile. O coronel José Otaviano Pinto Soares, comandante do Batalhão, sem meios para reagir, procurou o quartel da Polícia Militar, onde, juntamente com seu comandante, o major Luis Júlio, organizaram heróica resistência até a manhã seguinte quando foram obrigados a renderem-se por falta absoluta de munição.

Cessada a última resistência, a cidade caiu inteiramente nas mãos dos comunistas. O Comitê Popular Revolucionário, que por três dias dirigiu o Rio Grande do Norte, tinha como ministro do Interior o funcionário Lauro Cortez Lago, cérebro da revolta; ministro da Defesa, o sargento Quintino Clementino de Barros, da Banda de Música do 21.º BC; ministro do Abastecimento, o sapateiro José Praxedes de Andrade; ministro das Finanças, o funcionário dos Correios e Telégrafos, José Macedo; ministro da Viação, o estudante João Batista Galvão.

Por outro lado, assumiram o comando da Guarnição Federal e do 21.º BC, respectivamente, o sargento Eliziel Diniz Henriques e o cabo Estevão. Cenas impressionantes ocorreram nessa ocasião. No dizer de Enoque Garcia “começou a caça aos automóveis e caminhões públicos e particu-

lares para as farras sangrentas da turma que praticou violência de todos os matizes. Três dias e três noites de horror e desespero viveu a população pacata de Natal, constrangida a assistir, inerte, a dramaticidade dessas horas trágicas. Saques, estupros e arrombamentos sucederam-se. Os cofres do Banco do Brasil, da Delegacia Fiscal e da Recebedoria de Rendas, depois de abertos a maçarico, foram esvaziados. Segundo posterior depoimento do ministro da Viação, o povo de Natal topou a revolução de pura farra. Saquearam o depósito de material do 21º BC e todos passaram logo a andar fardados”.

Visando conquistar o restante do Estado, os vermelhos organizaram-se em três colunas, chegando a ocupar as localidades de Ceará-Mirim, Baixa Verde, São José do Mipibu, Santa Cruz e Canguaretama.

A contra-revolução veio do interior. O chefe político do município de Seridó, Dinarte Mariz, mais tarde governador do Estado, reuniu uma força de sertanejos escassamente armados e conseguiu surpreender e dizimar a principal das três colunas, na Serra do Doutor. Ao mesmo tempo, o Comitê Popular tomava conhecimento do fracasso da revolta em Pernambuco e dos preparativos do 20º BC de Alagoas, juntamente com a Polícia Militar da Paraíba, para invadir o Estado. Não havia mais esperanças de reforços. Só restava debandar. . . E os componentes do “único governo comunista que se implantou no Brasil” abandonaram Natal, atabalhoadamente, carregando consigo a vultosa quantia de três mil contos subtraídos dos cofres arrombados.

Tropas do Exército e das Polícias Estaduais capturaram em pouco tempo todos os implicados, que passaram a responder perante a justiça por quase vinte mortes.

Triste e inglório epílogo.

b. Os obstinados do Pavilhão de Comando — Pernambuco

Prestes considerava Pernambuco de grande importância para seus planos, por isso ali localizara a sede do secretariado para o Nordeste, designando para dirigi-lo o ex-tenente do Exército Silo Soares Furtado de Meireles, homem de sua inteira confiança. A ação principal do PCB visava a levantar os operários da Companhia Great Western — atualmente, Rede Ferroviária Federal — em Jaboatão. No dia 17 de novembro, o capitão do Exército Malvino Reis Neto — Secretário de Segurança — sofrera um atentado ao procurar impedir uma greve. O tiro desferido atingiu e matou o

2º tenente Lauro Leão dos Santos, que se encontrava comandando um pelotão para garantir o tráfego ferroviário entre Jaboatão e Recife. A morte ocasionou profunda revolta entre os companheiros do jovem oficial e representou grande valor como força motivadora, alguns dias mais tarde, para a reação contra os vermelhos.

O movimento eclodiu na manhã do dia 24 de novembro, simultaneamente no quartel do 29º Batalhão de Caçadores (hoje 14º Batalhão de Infantaria Motorizado), no município de Jaboatão, e no Quartel-General da 7ª Região Militar (centro da cidade).

Ao mesmo tempo, civis armados atacavam as delegacias de polícia de Olinda, Torre, Casa Amarela e a Cadeia Pública.

A revolta no 29º BC teve por líderes os segundos-tenentes Lamartine Coutinho Correia de Oliveira e Roberto Alberto Bomilcar Besouchet. Cerca de 9 horas o tenente Lamartine levantara elementos da 1ª Companhia e procurava prender todos os que se lhe opunham, inclusive, após alguma reação, os capitães Everaldo de Barros e Vasconcelos e Frederico Mindelo Carneiro Monteiro. Esses dois oficiais depois de um golpe de audácia, conseguiram fugir e refugiar-se no Pavilhão do Comando, onde montaram obstinada resistência, exigindo que grande parte das forças rebeldes permanecesse contida no próprio quartel durante o período mais crucial do combate. Como o 29º BC estivesse a cerca de 18 km do centro, o secretário de segurança, capitão Malvino, conseguiu ganhar o tempo necessário para organizar as forças estaduais e impedir a invasão do Recife, conforme planejaram os comunistas.

O tenente Lamartine tentou ainda dirigir-se ao centro da cidade, comandando a vanguarda dos vermelhos, sendo detido no Largo da Paz por tropas da Polícia Militar de Pernambuco.

No Quartel-General da 7ª RM o sargento Gregório Lourenço Bezerra chefiando um grupo de amotinados, deu ordem de prisão aos tenentes Aguinaldo Oliveira de Almeida e José Sampaio Xavier. Ambos reagiram e, quando sacavam as armas, o primeiro caiu gravemente ferido e o segundo foi morto com uma carga de fuzil, no ventre. Gregório, também ferido, deixou-se prender pouco adiante.

Em Olinda um grupo de civis conseguiu apoderar-se dos pontos estratégicos da cidade, depois de prender o prefeito, o delegado e outras autoridades. Um pequeno contingente de forças policiais, entretanto, desbaratou-os rapidamente.

Na manhã do dia 25, segunda-feira, ainda havia combate no quartel

do 29.º BC e no Largo da Paz. Os comunistas instalaram algumas metralhadoras pesadas na torre da Igreja Nossa Senhora da Paz, dificultando o ataque legalista. Com a chegada de elementos do 22.º BC e de uma Bateria de Artilharia da Paraíba, tiros dos canhões passaram a atingí-los, não lhes restando outra alternativa senão a retirada. Mais para o interior, na altura do Engenho de Santana, tiveram de enfrentar ainda o 20.º BC de Maceió, sendo abatidos. Aqueles que conseguiram escapar uniram-se aos remanescentes de Jabotão e, desordenadamente, fugiram para o interior, onde foram perseguidos e presos.

No dia 26 estava praticamente terminada, em Pernambuco, a selvagem aventura comunista.

c. Fogo e sangue na Praia Vermelha — Rio de Janeiro

O terceiro e mais importante surto subversivo comunista eclodiu no Rio de Janeiro que, por ser na época a capital federal, repercutiu intensamente em todo o país.

O 3.º Regimento de Infantaria, comandado pelo coronel José Fernando Afonso Ferreira, estava aquartelado na Praia Vermelha, onde até 1904 funcionara a Escola Militar. Possuía moderno armamento e efetivo respeitável: três Batalhões de Infantaria, 1.700 soldados, além de 100 oficiais e 200 sargentos aproximadamente. Desde algum tempo seus quadros encontravam-se bastante infiltrados por comunistas. Estes receberam valioso reforço quando o capitão Agildo Barata para lá foi encaminhado, a fim de cumprir punição disciplinar. Agildo participara ativamente das Revoluções de 1930 e 32 e, posteriormente, aderira ao comunismo, tornando-se um dos seus mais ferrenhos adeptos.

Na tarde de 26 de novembro o 3.º RI encontrava-se em rigorosa prontidão, em face dos acontecimentos do Nordeste. Nessa mesma tarde o capitão Agildo recebeu a seguinte ordem assinada por Prestes: “O 3.º Regimento Popular Revolucionário deverá levantar-se às duas horas da madrugada do dia 26 para 27 do corrente e, a partir de 3 horas, iniciar a execução das missões do plano anexo por *mim rubricado*, 26/11/1935 — *Luís Carlos Prestes*”.

O referido plano especificava o emprego das frações após o levante: um batalhão deveria dirigir-se para o Arsenal da Marinha; um segundo impedir a ação da Polícia Militar e da Polícia Especial, respectivamente, na rua S. Clemente e Morro de Santo Antônio; o terceiro, finalmente, deslo-

car-se-ia para as proximidades do Palácio do Catete, sede do Governo.

Na hora prevista, no interior do 3º RI, ouviram-se alguns tiros no Pelotão do tenente Leivas Otero, um dos revoltosos. Era o sinal esperado. Imediatamente os amotinados passaram a imobilizar os legalistas, muitos dos quais ainda dormindo, que, diante da surpresa e da rapidez da ação ofereciam pouca ou nenhuma resistência. Todavia, as Companhias de Metralhadoras dos 1º e 2º Batalhões, comandados pelos capitães Alexínio Bittencourt e Alvaro Braga, não se intimidaram e responderam ao fogo, iniciando-se violento tiroteio. Nessa ocasião, um oficial legalista, o major Misael de Mendonça, foi atingido mortalmente.

Em companhia de alguns oficiais, o coronel Afonso ficou isolado na cúpula do pavilhão principal e, como nada pudesse fazer, comunicou-se pelo telefone com o ministro da Guerra, informando-lhe a situação. Depois de horas de luta, muitas eram as baixas e, para evitar maior sacrifício de vidas, os dois núcleos de resistência legalista renderam-se. Os últimos a caírem prisioneiros foram o coronel Afonso e seus companheiros, obrigados a abandonar seus abrigos quando desmoronou parte do prédio onde se encontravam.

Apesar de dominado o quartel, os rebeldes não puderam cumprir as ordens de Prestes porque tropas da 1ª Região Militar, comandadas pelo general Eurico Gaspar Dutra, impediam que deixassem o quartel, com o fogo cerrado de todas as armas disponíveis.

O quartel transformou-se em enorme fogueira, atingido por granadas incendiárias do 1º Grupo de Obuses.

Pouco depois do meio-dia surgiu uma bandeira entre os escombros do quartel. Era a rendição incondicional dos amotinados.

d. Os assassinos irracionais do Campo dos Afonsos — Rio de Janeiro

Simultaneamente, na região do Campo dos Afonsos levantou-se parte da guarnição da Escola de Aviação Militar, integrante da então Aviação do Exército. Essa Unidade — posteriormente Escola de Aeronáutica — era comandada pelo tenente-coronel Ivo Borges e ocupava grande área, às margens da antiga estrada Rio—São Paulo. Delimitava-se com o 1º Regimento de Aviação, então sob o comando do tenente-coronel Eduardo Gomes, antigo revolucionário de 1922. A segurança de ambas as Unidades era muito deficiente, por possuírem poucos muros ou cercas de proteção.

Desde setembro de 1935 a Escola vivia um clima de crescente inquietação, com o aparecimento, entre os alunos, de boletins de propaganda comunista. Sindicâncias realizadas não descobriram os responsáveis. Às vésperas do dia 27 de novembro o capitão Sócrates Gonçalves da Silva foi encontrado com um pacote de panfletos subversivos, tendo o comandante determinado a sua prisão. Quando procurado para ser recolhido, desapareceu. Prenunciando algo de anormal, o tenente-coronel Ivo Borges expediu ordens expressas, aumentando a vigilância e proibindo a entrada de qualquer veículo fora do expediente.

Pouco depois das duas horas da madrugada de 27 de novembro o comandante resolveu fiscalizar, pessoalmente, como estavam sendo cumpridas suas instruções. Percorria, com alguns oficiais, os diversos postos de sentinelas, quando observou o automóvel do capitão Sócrates, em alta velocidade, penetrando por um dos portões da Escola. Mais tarde soube-se que o sargento comandante da guarda, conivente, facilitara sua entrada.

Logo em seguida ouviram-se tiros, gritos e correrias. Eclodira e, rapidamente, alastrara-se o movimento com a reação legalista grandemente dificultada pela escuridão e confusão que se generalizou. Sucederam-se, nestas horas, lances dramáticos, em que se destacaram atos de heroísmo e de selvagem covardia. De acordo com Glauco Carneiro, “dois oficiais legalistas, capitão Armando de Souza e Melo e tenente Danilo Paladini, foram mortos na ocasião, diz-se que ainda dormindo, por Agilberto e Ivan”. O mesmo capitão Agilberto assassinou, friamente, o tenente Benedito Lopes Bragança, quando este se encontrava preso, desarmado e incapaz de qualquer reação.

Os amotinados, de posse de todo o armamento e munição retirados das reservas, teriam como próximo passo ocupar os hangares, a fim de acionar os aviões e com isso alastrar o movimento. O 1º Regimento de Aviação, todavia, impelido pelo tenente-coronel Eduardo Gomes, conseguiu repelir o assalto, retardando os amotinados até que o Regimento Andrade Neves contra-atacou, destroçando-os.

Às 17h30min. os rebeldes, em fuga, deixavam um rastro de sangue.

3. Povo sem ódios não aceita a violência como religião

Envolvido pelo lindo cenário da Praia Vermelha, onde em 1935 ocorreram cenas de tanta dramaticidade, ergue-se um monumento, símbolo do reconhecimento da pátria a seus heróicos filhos. Ali, todos os dias 27 de

novembro, em solenidade simples e tocante, reúnem-se representantes das antigas e novas gerações das Forças Armadas, para, em respeitosa continência, homenagearem os companheiros que tombaram vítimas do ódio vermelho. O trêmulo toque de clarim então se escuta, como que ecoando nos diferentes rincões do Brasil, pois, naquela data, onde existir um Quartel, os nomes desses militares estarão sendo lembrados, com especial deferência.

As Forças Armadas e as Polícias Militares não poderão esquecer jamais as páginas de traição, covardia e luto com que os comunistas tentaram violentar os conceitos de pátria, companheirismo e honra, que se encontram tão arraigados entre os nossos oficiais e praças.

A tristeza e a revolta pela imolação desses bravos estavam, sem dúvida, bem presentes no pensamento dos militares que participaram da Revolução de 1964, quando o povo brasileiro gritou "BASTA!" àqueles mesmos comunistas que tentavam, ainda que com outras táticas, destruir os melhores padrões espirituais e morais de nossa nacionalidade.

Esse tipo de reação há de se opor sempre às tentativas de comunicação deste país que faz questão de cultivar seus valores e não abre mão do direito de ser dono de seu próprio destino.

Em 1935 as Forças Armadas brasileiras, parcela fardada de nosso povo, gente alegre e sem ódios, tomou uma decisão histórica, ratificada inteiramente em 1964: nenhuma tolerância para com o comunismo!

VÍTIMAS DA INTENTONA COMUNISTA DE 1935

Ten. cel.	MISAEAL DE MENDONÇA
Major	JOÃO RIBEIRO PINHEIRO
Major	ARMANDO DE SOUZA E MELLO
Capitão	JOSÉ SAMPAIO XAVIER
Capitão	BENEDICTO LOPES BRAGANÇA
Capitão	DANILO PALLADINI
Capitão	GERALDO DE OLIVEIRA
2º Ten. Res.	LAURO LEÃO DE SANTA ROSA (convocado)
1º Sgt.	JAIME PANTALEÃO DE MORAIS
2º Sgt.	JOSÉ BERNARDO ROSA
3º Sgt.	CAROLIANO FERREIRA SANTIAGO
3º Sgt.	ABDIEL RIBEIRO DOS SANTOS
1º Cabo	LUIZ AUGUSTO PEREIRA

2º Cabo	ALBERTO BERNARDINO DE ARAGÃO
2º Cabo	PEDRO MARIA NETTO
2º Cabo	FIDELIS BAPTISTA DE AGUIAR
2º Cabo	JOSÉ HARMITO DE SÁ
2º Cabo	CLODOALDO URSULANO
2º Cabo	MANOEL BIRÉ DE AGRELLA
2º Cabo	FRANCISCO ALVES DA ROCHA
2º Cabo	JOÃO DE DEUS ARAÚJO
2º Cabo	WILSON FRANÇA
2º Cabo	PÉRICLES LEAL BEZERRA
2º Cabo	ORLANDO HENRIQUES
2º Cabo	JOSÉ MENEZES FILHO
2º Cabo	MANOEL ALVES DA SILVA
Sd PM/RGN	LUIZ GONZAGA DE SOUZA
Sd PM/PE	LINO VICTOR DOS SANTOS

**REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964
(SINOPSE HISTÓRICA)**

No dia 25 de agosto de 1961, o Brasil foi surpreendido com a notícia da renúncia do então presidente da República Jânio Quadros. O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, foi empossado no cargo, pois o vice-presidente da República, João Goulart, achava-se em viagem pelo Oriente. Ao tomar conhecimento da renúncia de Jânio Quadros, ele retornou ao Brasil para ocupar o cargo que legalmente lhe cabia. No entanto, muitos círculos políticos e militares opunham-se à sua posse, por considerá-lo comprometido com as esquerdas. Em São Paulo, os efetivos do II Exército chegaram a se deslocar e houve tentativas de levante na Aeronáutica (São Paulo e Brasília). Por outro lado, no Rio Grande do Sul houve forte reação em favor de João Goulart, e as Forças do Estado, encabeçadas pelo governador Leonel Brizola, foram mobilizadas com o objetivo de marchar para o Norte, para assegurar a posse de Goulart. Embora refreado pelo Congresso, que a 2/9 aprovou uma alteração da Constituição, instituindo o Regime Parlamentarista no País, Goulart tomou posse na Presidência da República no dia 7 de setembro. O Regime Parlamentarista então adotado duraria até 6 de janeiro de 1963, quando da realização de um plebiscito. 10 milhões de brasileiros decidiram pela volta ao presidencialismo. A partir de então, começa um novo estilo administrativo, ou melhor, uma administração sem estilo.

Agitadores comunistas e criptocomunistas infiltraram-se nos comandos administrativos, sindicais e estudantis.

Aqueles que em 1961, na crise da posse, defenderam o rígido respeito ao formalismo constitucional, queriam agora repudiá-lo, exigindo reformas estruturais (reforma agrária) em termos conflitantes com o texto magno.

Para as massas operárias e camponesas, terrivelmente desgastadas pela inflação galopante, as reformas de base prometidas assumiam as cores da esperança.

A situação econômica mostrava-se sombria. As greves multiplicavam-se com uma frequência febril. Nunca se sabia quando era possível encontrar um banco aberto, tomar um avião para viagem urgente. As paralisações dos transportes urbanos formavam, a espaços curtos, melancólicas passeatas de usuários, no rumo dos empregos... Com as greves, subiam os custos da produção, aumentando o processo inflacionário.

A majoração de salários (o mínimo geral ou profissional, o de certas categorias econômicas, a lapsos cada vez menores) repercutia imediata e intensamente nos custos industriais e comerciais, consumindo logo, na voracidade inflacionária, o aumento demagógico e ilusoriamente concedido.

Em setembro de 1963 alguns sargentos amotinaram-se em Brasília, como reflexo da infiltração comunista nos quartéis.

A imprensa democrática denunciava o perigo, recordando o exemplo trágico dos húngaros.

Estudantes “profissionais” fomentavam greves, enquanto a maioria democrática deixava, pela quase omissão, que aqueles parecessem representar o pensamento geral do estudantado.

Para contrabalançar a propaganda subversiva vinda de emissoras oficiais, radiodifusoras de vários pontos do País congregaram-se na Rede da Democracia.

A LIMDE (Liga das Mulheres Democráticas) impediu a realização de um congresso vermelho em Belo Horizonte. No Rio de Janeiro, formava-se a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) — era a sensibilidade nacional despertando.

A 13 de março de 1964 realizou-se o Comício da Central, no Rio, ainda capital política e cultural, concorrendo empresas estatais para fazer confluir ao local massas de operários.

Os cartazes agitados pela “massa de manejo” exigiam da administração “Reformas já”, “Legalidade para o Partido Comunista”, etc.

São Paulo reagiu, a 18 de março, através da primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Mas a 25, no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio, praças da Marinha solidarizaram-se com colegas punidos disciplinarmente. A 27, promete o presidente não punir os amotinados. O ministro da Marinha exonera-se. Os sediciosos, postos em liberdade, promovem passeata. A 30, o Clube Naval

expede manifesto, apoiado pelo Clube Militar, denunciando a quebra da disciplina e ameaça às instituições: a hierarquia das Forças Armadas preparava-se para exercer, mais uma vez, a função de Poder Moderador, incluída no costume político-administrativo da República nos casos extremos de regime em perigo.

A fidelidade ao regime sobrepunha-se à obediência ao governo que se omitia.

Em outro comício, líderes comunistas e graduados das Forças Armadas homenagearam Jango, que, no Automóvel Clube, no Rio, pronunciou destemperado discurso.

Mas os democratas não ficaram inertes. "O preço da liberdade é a eterna vigilância." Uma circular reservada do chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto de Alencar Castello Branco, revelava a infiltração subversiva nas Forças Armadas.

Em Minas Gerais, sob a direção civil do Governador Magalhães Pinto, e militar dos generais Carlos Luís Guedes e Mourão Filho, começou a ação militar da Revolução Democrática, a 31 de março. São Paulo aderiu. Em Recife, o dispositivo armado pelo governador Miguel Arraes foi completamente jugulado pela atuação do IV Exército. Na Guanabara, o governador Carlos Lacerda preparava-se para resistir em palácio às tropas ainda obedientes ao Governo em desagregação, que não atacaram. No Rio Grande do Sul, o governador Ildo Meneghetti aderiu à revolução, enquanto a Guarnição Federal se mantinha em expectativa.

O I Exército, deslocado para conter as colunas revolucionárias vindas de Minas Gerais e São Paulo, confraternizou. Fora a mais rápida revolução triunfante nacional: a 1.º de abril, caía Goulart.

Logo fugiu para Brasília, daí para Porto Alegre e, a 4, na condição de asilado político, abrigou-se em Montevideú.

Outra vez, interinamente, assumiu a Presidência da República o deputado Mazzilli.

Surgia, como poder efetivo, o Supremo Comando Militar revolucionário.

Recebendo uma Nação traumatizada, e sem se preocupar com a impopularidade de seus atos, o presidente Humberto de Alencar Castello Branco dedicou-se, com serena energia e profunda consciência do dever, a reestruturar um novo Brasil, através de reformas nas áreas eleitoral, tributária, agrária e administrativa.

Entretanto, novamente a tentativa comunista de buscar o poder através de meios violentos, se faz notar.

Sob o comando do ex-coronel Jefferson Cardin de Alencar Osório, a quadrilha vermelha — organizada na República Oriental do Uruguai, onde baseava-se o agitador Leonel Brizola — adentra o Sul do País.

Mais uma vez são chamadas nossas Forças Armadas ao apelo permanente da Nação, em protegê-la dos inimigos de sempre.

E é na manhã de 27 de março de 1965, no amanhecer do dia, nas proximidades da pequena cidade de Leônidas Marques, no Sudoeste paranaense, que se encontram as forças legais, com o bando armado.

Do encontro, resulta morto o então 3º sargento Carlos Argemiro de Camargo, vítima de uma emboscada dos bandoleiros comunistas.

Ao sargento Carlos Argemiro de Camargo haveriam de somar-se dezenas de patriotas, militares e civis, combatentes e inocentes, todos vítimas da assustadora e assassina escalada terrorista, intensificada no período de 1968 a 1974.

Corajosamente, porém, nossas forças de segurança, aliadas ao repúdio do povo brasileiro à violência e às ideologias importadas, reagem às tresloucadas investidas de comunização do Brasil.

Pesadas foram nossas perdas em vidas humanas.

Ao relacionar tão abnegados companheiros, sinto pesar e orgulho! Pesar, por serem brutalmente sacrificados; orgulho, por terem o desprendimento e a abnegação de oferecerem ao Brasil as suas vidas para que o grande País sul-americano permanecesse livre do jugo infernal!

**RELAÇÃO DOS MILITARES E CIVIS MORTOS PELA SUBVERSÃO
APÓS O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DE 1964/74**

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
27 Mar 65	Sgt. Ex CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. Morto numa emboscada realizada pelos seguidores do cel. JEFFERSON CARDIM OSÓRIO.	CASCADEL /PR
25 Jul 66	Jornalista EDSON REGIS DE CARVALHO. Morto quando do atentado a bomba, executado por terroristas, contra o Mal. COSTA E SILVA.	RECIFE /PE
25 Jul 66	Alte. Res. NELSON GOMES FERNANDES. Morto quando do atentado a bomba, executado por terroristas, contra o Mal. COSTA E SILVA.	RECIFE /PE
15 Dez 67	Sr. OSÍRIS MOTTA MARCONDES. Assassinado quando tentava impedir o assalto de terroristas a um Banco, do qual era gerente.	SÃO PAULO /SP
10 Jan 68	Tripulante da Marinha Mercante AGOSTINHO FERREIRA LIMA. Assassinado por um grupo de terroristas, ao tentar impedir a expropriação de uma lancha.	RIO NEGRO /AM
21 Jun 68	Sgt. PMRJ NELSON DE BARROS Morto num choque entre policiais e manifestantes de rua.	RIO DE JANEIRO / RJ
26 Jun 68	Sd. Ex. MÁRIO KOSEL FILHO. Morto quando de sentinela, no atentado ao Quartel General do II Exército.	SÃO PAULO / SP

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
27 Jun 68	Sr. NOEL DE OLIVEIRA RAMOS. Morto durante conflito, no Largo de São Francisco.	RIO DE JANEIRO / RJ
20 Ago 68	Sd. PMSP. ANTONIO CARLOS JEFFERY. Morto por terroristas, quando de guarda.	SÃO PAULO / SP
07 Set 68	Sd. PMSP. EDUARDO CUSTÓDIO DE SOUZA. Morto quando de sentinela no DOPS/SP.	SÃO PAULO / SP
12 Out 68	Cap. Ex. (EUA) CHARLES RODNEY CHANDLER Assassinado em atentado terrorista.	SÃO PAULO / SP
24 Out 68	Sr. LUIZ CARLOS AUGUSTO. Morto por um tiro, quando assistia a uma passeata estudantil.	RIO DE JANEIRO / RJ
07 Nov 68	Sr. ESTANISLAU IGNÁCIO CORREA. Assassinado por terroristas que roubaram seu automóvel.	SÃO PAULO / SP
11 Jan 69	Engenheiro e médico EDMUNDO JANOT. Assassinado por elementos subversivos nas proximidades de sua fazenda, em Serra da Lagoinha, no Município de Cachoeira de Macacu.	TERESÓPOLIS / RJ
28 Jan 69	Sub-inspetor da Polícia Civil – CECILDES MOREIRA DE FARIAS.	BELO HORIZONTE/ MG

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
	Morto num tiroteio contra terroristas.	
29 Jan 69	Guarda Civil JOSÉ ANTUNES FERREIRA. Morto em diligências na captura de terroristas.	BELO HORIZONTE/MG
31 Mar 69	Sr. MANOEL DA SILVA DUTRA. Assassinado por terroristas, durante o assalto a um Banco.	RIO DE JANEIRO / RJ
14 Abr 69	Sr. FRANCISCO BENTO DA SILVA. Morto durante assalto a um Banco.	SÃO PAULO / SP
07 Mai 69	Investigador JOSÉ DE CARVALHO. Morto por terroristas que assaltavam um Banco.	SÃO PAULO / SP
08 Mai 69	Sr. VICENTE DE CARVALHO. Assassinado por terroristas que assaltavam um Banco.	SÃO PAULO / SP
09 Mai 69	Guarda Civil ORLANDO PINTO SARAIVA. Morto por terroristas que assaltavam um Banco.	SÃO PAULO / SP
27 Mai 69	Sd. PMSP. NAUL JOSÉ MANTOVANI. Metralhado por terroristas que assaltavam um Banco.	SÃO PAULO / SP
04 Jun 69	Sd. PMSP. BOAVENTURA RODRIGUES DA SILVA. Morto por terroristas quando assaltavam Banco.	SÃO PAULO / SP

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
22 Jun 69	Sd. PMSP GUIDO BONE. Morto por terroristas, quando fazia parte de uma guarnição de Rádio Patrulha.	SÃO PAULO / SP
22 Jun 69	Sd. PMSP. NATALINO AMARO TEIXEIRA. Morto por terroristas, quando fazia parte de uma guarnição de Rádio Patrulha.	SÃO PAULO / SP
11 Jul 69	Sr. CIDELINO PALMEIRAS DO NASCIMENTO(motorista profissional). Assassinado por terroristas, quando conduzia, em seu táxi, policiais que perseguiram os assaltantes de um Banco.	RIO DE JANEIRO / RJ
24 Jul 69	Sd. PMSP. APARECIDO DOS SANTOS OLIVEIRA. Morto por um grupo de terroristas, quando tentava impedir o assalto a um Banco.	SÃO PAULO / SP
20 Ago 69	Sr. JOSÉ SANTA MARIA. Assassinado por terroristas, quando transportava dinheiro de um Banco, do qual era gerente.	JANDAIA DO SUL / PR
31 Ago 69	Sd. PMMA. MAURO CELSO RODRIGUES. Morto quando da luta armada entre lavradores e proprietários de terras, incitada por movimento subversivo.	SANTA LUZIA / MA
03 Set 69	Guarda Civil JOÃO GUILHERME	SÃO PAULO

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
	DE BRITO. Assassinado quando, em serviço, enfrentou terroristas que assaltavam uma loja.	/ SP
03 Set 69	Sr. JOSÉ GETÚLIO BORBA. Mortalmente ferido por elemento pertencente a grupo terrorista, que agia em uma loja, a fim de arrecadar fundos para a subversão.	SÃO PAULO / SP
20 Set 69	Sr. SAMUEL PIRES. Assassinado por terroristas quando de assalto a uma agência de ônibus.	SANTO AMARO / SP
22 Set 69	KURT KRIEGER, comerciante. Assassinado por grupo terrorista quando assaltava o bar de sua propriedade.	POA/RS
30 Set 69	Ag. Pol. Fed. CLÁUDIO ERNESTO CANTON. Após ter efetuado a prisão de um terrorista, foi atingido na coluna vertebral, vindo a falecer.	SÃO PAULO / SP
04 Out 69	Guarda Particular EUCLIDES DE PAIVA CERQUEIRA. Assassinado quando do assalto, por grupo terrorista, ao carro pagador de um Banco.	RIO DE JANEIRO / RJ
06 Out 69	Sd. PMSP. ABELARDO ROSA DE LIMA. Morto por um grupo terrorista, quando de serviço, no interior de uma Rá-	SÃO PAULO / SP

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
	dio Patrulha.	
07 Out 69	Sd. PMSP. ROMILDO OTTENIO. Morto num tiroteio entre a guarnição de sua Rádio Patrulha e um grupo terrorista.	SÃO PAULO / SP
04 Nov 69	Dentista FRIEDERICH ADOLF ROHMANN. Mortalmente atingido por disparos, por ocasião de tiroteio entre policiais e terroristas.	SÃO PAULO / SP
04 Nov 69	Investigadora DEOPS/SP Sra. ESTELA BORGES MORATO. Faleceu em consequência de ferimentos recebidos por ocasião da prisão de um terrorista.	SÃO PAULO / SP
14 Nov 69	Sr. ORLANDO GIROLO (Bancário). Assassinado por terroristas, quando transportava dinheiro para o Banco onde trabalhava.	SÃO PAULO / SP
17 Dez 69	Sub-ten. PMRJ. JOEL NUNES. Mortalmente ferido por terroristas num assalto a banco.	RIO DE JANEIRO / RJ
18 Dez 69	Sd. Ex. ELIAS DOS SANTOS. Morto pelos terroristas num estouro de “aparelho”.	RIO DE JANEIRO / RJ
17 Jan 70	Sgt. PMSP. JOSÉ GERALDO ALVES CURSINO. Morto pelos terroristas quando estava de serviço na Polícia Rodoviária.	SÃO PAULO / SP

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
21 Fev 70	ANTONIO APARECIDO PONCE NOGUEIRÔ. Morto por ocasião de ação contra terroristas.	SÃO PAULO / SP
22 Fev 70	Sr. ANTONIO APARECIDO NOGUEIRA. Mortalmente atingido em tiroteio travado contra elementos terroristas.	SÃO PAULO / SP
11 Mar 70	Sd. PMRJ. NEWTON DE OLIVEIRA NASCIMENTO. Morto quando escoltava terrorista.	RIO DE JANEIRO / RJ
02 Mai 70	Sr. JOÃO BATISTA DE SOUZA. Assassinado por terroristas quando assaltavam uma companhia de cigarros. A vítima era guarda da firma.	SÃO PAULO / SP
10 Mai 70	Ten. PMSP. ALBERTO MENDES JÚNIOR. Entregou-se, como refém, a um grupo de terroristas, em Registro/SP, em troca da vida dos soldados de seu pelotão, sendo assassinado a golpes de fuzil.	REGISTRO/SP
11 Jun 70	Ag. Federal IRLANDO DE SOUZA REGIS. Morto na ocasião do seqüestro do embaixador alemão VON HOLLEBEN.	RIO DE JANEIRO / RJ
15 Jul 70	Sr. ISIDORO ZAMBOLDI. Assassinado a tiros, por uma terrorista, quando lhe dava voz de prisão	SÃO PAULO / SP

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
	no interior de uma casa comercial.	
19 Ago 70	Sr. VAGNER LUCIANO VITORINO DA SILVA. Assassinado por terroristas, ao tentar impedir assalto a um Banco.	RIO DE JANEIRO / RJ
29 Ago 70	Sr. JOSÉ ARMANDO RODRIGUES. Assassinado, após ter sido seqüestrado e roubado, por terroristas.	SÃO BENEDITO / CE
02 Set 70	Sd. PMSP. CELIO TONELLY. Morto quando de serviço em uma Rádio Patrulha, ao deter vários elementos terroristas, que ocupavam um automóvel.	SANTO ANDRÉ / SP
22 Set 70	Guarda de Segurança ALTAIR MACEDO. Assassinado quando do assalto a uma empresa de ônibus.	RIO DE JANEIRO / RJ
27 Out 70	Sgt. Aer. WANDER XAVIER DE LIMA. Assassinado quando da prisão de terroristas.	SALVADOR / BA
10 Nov 70	Sd. PMSP. GARIBALDI QUEIROZ. Morto, ao perseguir num táxi, um grupo de terroristas que distribuía panfletos.	SÃO PAULO / SP
10 Nov 70	Sd. PMSP. JOSÉ ALEIXO JÚNIOR. Ao perseguir, num táxi, foi morto por um grupo de terroristas que distribuía panfletos subversivos.	SÃO PAULO / SP

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
10 Nov 70	Sr. JOSÉ MARQUES DO NASCIMENTO (Motorista de táxi). Morto, ao perseguir em seu carro, um grupo de terroristas que distribuía panfletos subversivos.	SÃO PAULO / SP
07 Dez 70	Ag. Federal. HÉLIO DE CARVALHO ARAÚJO. Morto na ocasião do seqüestro do embaixador suíço GIOVANI ENRICO BUCHER.	RIO DE JANEIRO / RJ
07 Jan 71	Estudante MARCELO COSTA TAVARES. Mortalmente ferido por ocasião do assalto, por terroristas, a um Banco.	SÃO PAULO / SP
12 Fev 71	Sd. PMSP. AMÉRICO CASSIOLATO. Morto ao interpelar elementos suspeitos.	PIRAPORA DO B. JESUS/ SP
28 Fev 71	Sr. FERNANDO PEREIRA. Mortalmente atingido por ocasião do assalto a uma casa comercial, da qual era gerente.	NILÓPOLIS / RJ
08 Mar 71	Sd. PMRJ. DJALMA PELLUCI BATISTA. Morto durante um assalto a banco.	SÃO JOÃO DO MERITI/RJ
24 Mar 71	Ten. Aer. MATEUS LEVINO DOS SANTOS. Morto em consequência de ferimentos recebidos por disparos de terroristas, quando se encontrava no in -	RECIFE/ PE

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
	terior de seu carro.	
03 Abr 71	Maj. Ex. JOSÉ JÚLIO TOJA MARTINES FILHO. Morto ao efetuar a prisão de um casal de terroristas.	RIO DE JANEIRO / RJ
07 Abr 71	Sra. MARIA ALICE MATOS. Baleada e morta por terroristas, por ocasião da fuga de um assalto praticado contra um depósito de material de construção.	SÃO PAULO / SP
15 Abr 71	Sr. HENNING ALBERT BOILESEN. Brutalmente metralhado.	SÃO PAULO / SP
10 Mai 71	Sd. PMSP. MANOEL SILVA NETO. Mortalmente ferido a tiros, por terroristas que assaltavam uma empresa de transportes.	SÃO PAULO / SP
14 Mai 71	Sr. ADILSON SUZANO. Assassinado por terroristas que assaltavam os depósitos e o escritório central de uma casa comercial.	RIO DE JANEIRO / RJ
28 Mai 71	Sr. ALBERTO SILVA MACHADO. Assassinado por ocasião de assalto praticado contra uma fábrica de móveis, da qual era um dos proprietários.	RIO DE JANEIRO / RJ
09 Jun 71	Sr. NOEL DE OLIVEIRA RAMOS. Morto durante conflito, no Largo de São Francisco.	RIO DE JANEIRO / RJ

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
01 Jul 71	Menor JAIME PEREIRA DA SILVA. Morto quando um grupo de terroristas, de um carro, fez uma série de disparos que o atingiram, quando brincava na varanda de sua casa.	RIO DE JANEIRO / RJ
02 Set 71	Guarda de Segurança GARDÊNIO JAIME DOLCE. Assassinado durante assalto a uma casa de saúde, perpetrado por terroristas.	RIO DE JANEIRO / RJ
02 Set 71	Guarda de Segurança SILVANO AMÂNCIO DOS SANTOS. Assassinado durante assalto a uma casa de saúde, perpetrado por terroristas.	RIO DE JANEIRO / RJ
02 Set 71	Guarda de Segurança DERMEVAL FERREIRA DOS SANTOS. Assassinado durante assalto a uma casa de saúde, perpetrado por terroristas.	RIO DE JANEIRO / RJ
22 Out 71	Suboficial Ref. Mar. JOSÉ DO AMARAL VILELA. Assassinado quando do assalto, por terroristas, ao carro pagador de valores em que trabalhava.	RIO DE JANEIRO / RJ
01 Nov 71	Cb PMSP. NELSON MARTINEZ PONCE. Morto ao intervir no atentado terrorista realizado contra um ônibus.	SÃO PAULO / SP

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
18 Nov 71	Cb. PMSP. JOÃO CAMPOS. Morto por subversivos, quando atendia a um acidente na estrada Pindamonhangaba-Roseira.	SÃO PAULO / SP
27 Nov 71	Sd. PMRJ. EDUARDO TIMÓTEO FILHO. Morto por terroristas num assalto a uma casa comercial.	RIO DE JANEIRO / RJ
13 Dez 71	Sr. HÉLIO FERREIRA DE MOURA. Assassinado por terroristas que assalta- ram um carro de recolhimento de valo- res.	RIO DE JANEI- RO / RJ
18 Jan 72	Sgt. PMSP. TOMÁS PAULINO DE ALMEIDA. Morto no decorrer de uma operação para prender um grupo de terroristas.	SÃO PAULO / SP
20 Jan 72	Cb. PMSP. SILAS BISPO FECHÉ. Morto ao dar voz de prisão a terrorista.	SÃO PAULO / SP
25 Jan 72	Aluno do Centro de Formação de Pilo- tos Militares ELZO ITO. Assassinado em assalto e roubo de seu automóvel.	SÃO PAULO / SP
01 Fev 72	Sra. IRES DO AMARAL. Assassinada por terroristas.	VICENTE DE CARVALHO / RJ
05 Fev 72	Marinheiro da Marinha Britânica DAVID A. CUTHBERG. Assassinado por terroristas, que o metralharam no interior de um táxi.	RIO DE JANEIRO / RJ

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
18 Fev 72	Cb. PMSP. BENEDITO MONTEIRO DA SILVA. Morto por ocasião de um assalto terrorista a uma Agência Bancária, em SANTA CRUZ DO RIO PARDO.	SÃO PAULO / SP
27 Fev 72	Sr. NAPOLEÃO FELIPE BISCALDI. Morto em consequência de tiroteio travado entre terroristas e agentes de segurança.	TATUAPÉ / SP
12 Mar 72	Guarda de Segurança MANOEL DOS SANTOS. Morto por terroristas, quando tentava impedir um assalto à firma onde trabalhava.	SÃO PAULO / SP
12 Mar 72	Cel. R/1. ANIBAL FIGUEIREDO ALBUQUERQUE. Morto por terroristas, quando tentava impedir um assalto à firma da qual era sócio.	SÃO PAULO / SP
09 Set 72	Detetive MÁRIO DOMINGOS PANZA-RIELLO. Assassinado ao prender subversiva.	RIO DE JANEIRO / RJ
01 Out 72	Sr. LUIZ ONÓRIO CORREIA. Assassinado por oito terroristas, quando do assalto a uma empresa de ônibus.	RIO DE JANEIRO / RJ
06 Out 72	Sr. SEVERINO FERNANDES DA SILVA. Assassinado por terroristas que agitavam o meio rural.	ESCADA / PE
21 Fev 73	MANOEL HENRIQUE DE OLIVEIRA. Assassinado por grupo de terroristas.	SÃO PAULO / SP

DATA	NOME – MOTIVO	LOCAL
22 Fev 73	Sr. PEDRO AMÉRICO MOTTA GARCIA. Assassinado quando saía de sua residência, para o trabalho.	RIO DE JANEIRO / RJ
25 Fev 73	Del. Polícia. OTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JUNIOR. Metralhado e morto por terroristas.	RIO DE JANEIRO / RJ
10 Abr 74	Sd. PMSP. GERALDO JOSÉ NOGUEIRA. Morto quando da captura de terroristas.	SÃO PAULO / SP

Sargento WANDER XAVIER DE LIMA.
Morto pelo terrorista THEODOMIRO ROMEIRO DOS SANTOS, que, a caminho da prisão, sacou de um revólver que trazia debaixo da camisa e, de maneira fria e covarde, alvejou o Sargento.

Investigador STELLA BORGES MORATO –
morta em 04/11/69 – quando do tiroteio com o grupo de Carlos Marighella.

SEGUNDA PARTE

DO QUE PENSO E ESCREVO

Sem digressões, julgo necessário imprimir em *Brasil: sempre* a motivação de minha luta, bem como a marca pensante que me aflora ante os problemas geradores de inquietações sociais e choques ideológicos.

Estou ciente da grave responsabilidade em escrever. Mais do que o simples pensar, penetra-se no mundo da intemporalidade, e, como tal, modifica-se comportamentos.

Em todas as minhas obras, tenho procurado transmitir uma mensagem de vida, de transcendência e de valores dignificantes.

Ninguém é dono da verdade. Escrevo sobre a minha verdade e a realidade que dimensiono.

Volto-me essencialmente ao nosso país, na exaltação e na crítica. Se, eufóricos, podemos proclamar que pertencemos ao mundo livre, entevgonhados temos que reconhecer a instabilidade política, econômica e social a que estamos mergulhados. São fatores, esses, que servem constantemente ao cerceamento da própria liberdade que desfraldamos.

No vácuo desse desequilíbrio, encontra ressonância as investidas gananciosas da doutrina marxista-leninista.

Por essas razões, a par de planejamentos administrativos, há de imperar a vigilância e a ação enérgica, como garantia de nossa tranquilidade e de nossa independência.

Não podemos, jamais, perder a coragem, muito menos retroceder ante as ameaças dos que nos são estranhos.

Dessa forma, sincera e desassombradamente, penso e escrevo sobre os nossos problemas e as nossas possibilidades em solucioná-los.

I – SOBRE A QUALIDADE DA NOSSA GENTE

Antes de se tecer qualquer comentário sobre o destino político, o governo ou o regime de qualquer Estado, faz-se mister determinar-lhe o tipo de povo que o habita. Daí, resulta o brocardo: "cada povo tem o governo que merece".

Sabemos que iniciamos mal. Nossos primeiros povoadores eram degredados. Por outro lado, o elemento nativo existente em nossos limites era e continua sendo de baixa cultura e parca iniciativa. Assomou-se a isso a fusão com o paciencioso sangue escravo, resultando indivíduos de ânimos ainda mais deficitários.

Não seria difícil imaginarmos um produto humano oriundo do cruzamento das três raças citadas.

Porém, a avalanche imigratória que se seguiu, notadamente de alemães, italianos e, mais recentemente, de japoneses — se, por um lado imprime uma reviravolta na dinâmica econômico-social, por outro, mergulha numa miscigenação de ramificações diversificadas, determinando um contexto humano de etnia indefinida. Não temos em termos de raça uma definição de brasileiro.

Penso que o negro, o índio e o mestiço, com esporádicas exceções — e lhes destacando as virtudes afetivas — são castas de rendimentos inferiores. Não quero entrar no campo discriminatório. Meu raciocínio são emanções da realidade.

Quando contemplo famílias inteiras de brasileiros — mais precisamente os chamados "pêlos-duros" — buscarem alimentos nos lixos das cidades, amontoarem-se pelas margens fétidas de canais de esgotos ou debaixo de pontes, inicialmente não penso num abandono público, mas,

baseado na luta que tive para vencer na vida, estou convencido da existência de uma escala axiológica hierarquizando padrões raciais.

Costumo afirmar que há dois Brasis muito distintos: um, o geográfico — é impressionante. A natureza, inegavelmente, foi pródiga com a nossa terra. Temos um território-continente, onde a diversificação de recursos — de tão expressiva — foge a uma avaliação real; o outro, o Brasil humano — extremamente contraditório, por vezes desconcertante.

Tenho pensado numa possível personalidade de base do homem brasileiro. Sou propenso em concluir que é difícil e antagônica.

Sua idiossincrasia oscila entre arroubos emocionais de um tipo humano cordial, bonoso e místico, até a imediatista primazia do indivíduo sobre o senso comunitário.

É comum presenciarmos — num repente — todo o país, atendendo a um simples apelo de televisão, unir-se em campanha para salvar uma criança doente, enquanto sabemos, milhares delas silenciosamente morrem de fome, sem que atitude alguma seja tomada para que o quadro se modifique.

O imediatismo voraz que se presencia, a exploração do povo pelo povo, o brutal momento de corrupção que estamos vivendo, o descaso por uma consciência ecológica, a falta de fé numa filosofia mais transcendente reflete não só nossa escassa cultura, mas, sobremaneira, a ausência de uma identidade nacional.

Dá-me impressão, no entanto, que ela existe, em apenas dois momentos: numa Copa do Mundo, torcendo pelo título, e durante o Carnaval, descarregando frustrações. Afora isso, somos um grande barco sem rumo, em busca de um porto seguro — mas, ainda incerto.

Nesse ponto, abordo o problema da chamada “elite”, ou, como queiram — “elite dominante” — confundida em “Brasil: nunca mais”, como sinônimo de opressão ou de opressores.

Ora, é sabido que o comunismo — utópico processo igualitário — dá vigoroso combate ao “conteúdo elite”, obviamente por contradizer a dinâmica da massificação.

“Elite” — segundo o nosso dicionário Aurélio — significa: o que há de melhor numa sociedade ou num grupo; nata, flor, fina flor, escol. Devo salientar: “elite”, é, pois, o que há de melhor, e não o que há de maior.

O Universo, desde as suas minúsculas partículas, obedece a um princípio seletivo. O que é bom, o que tem qualidade, há de progredir, há de

frutificar; o que é impuro, ou de baixa qualidade, ou se transforma para melhor, ou tende a desaparecer. Isso não é opressão, mas, o caminho natural, válido sobremaneira para o mundo da racionalidade.

Errôneo seria, contudo, pensar-se em “elite” somente em termos de grupo. Grupo elitista ou privilegiado — tão somente isto — nos dá a idéia exata dos condutores comunistas, onde a minoria, permanentemente, reina sobre a massa oprimida.

Da mesma forma, não há de se restringir “elite” ao campo meramente econômico. Certo é que, neste aspecto, a filosofia mais prática e adequada ao nosso mundo capitalista, é a de se ter ricos mais ricos e pobres menos pobres. (Desde que o mundo é mundo não há somente ricos nem somente pobres). Normalmente escalonamos, pelos padrões salariais a que estão inseridas, diversas classes sociais, tais como : A, B, C. Se alguém é pobre por inércia, acredito no defeito da pobreza. Por outro lado, se alguém é rico por origens fraudulentas e indignas, acredito na pobreza de espíritos.

A elite — em latu sensu — há de abranger todo o potencial humano, nos seus aspectos formativos e interativos. Assim, um homem de elite não significa um homem bem posicionado em bens materiais ou com privilégios de altos cargos, mas há de significar sempre um homem íntegro, inteligente e criativo.

Por vezes, imagino: o que seria desse “colosso geográfico” se fosse habitado por japoneses?

O que há de diferente nesse povo, que após sofrer duas bombas atômicas e, superpovoando um aglomerado de ilhas, conseguiu inserir-se entre os mais desenvolvidos e estabilizados do mundo?

Evidentemente, é um problema racial, educacional e filosófico — eis os três requisitos para a formação de um povo de elite.

Dentro dessa configuração, indago: até que ponto podemos sonhar com uma nação poderosa e soberana, quando nos deparamos — por exemplo — com a realidade nordestina, cujas proles numerosas e famintas acrescentam aos milhões de brasileiros desnutridos? Interessa a quem. pergunto, essa multidão de crianças atrofiadas, com irreversíveis seqüelas cerebrais? Ao Brasil do ano 2000? Aos pregadores do Evangelho? À desculturação nacional? À perspectiva de uma convulsão social?

Até que ponto podemos sonhar com uma estabilidade política — se de um lado arvoram-se os demagogos e enganadores da massa inculta, e, de outro, em vez de se buscar a erradicação do analfabetismo, incompreen-

sivelmente estende-se aos analfabetos o “privilegio do voto” — quando sabemos, por ilustrações vivas e recentes, que a maioria dos letrados vota mal?

Diz-se constantemente que os nossos maiores problemas são a dívida externa de mais de 100 bilhões de dólares; um déficit público incontável; uma inflação que, anterior ao pacote econômico do atual Governo, chegou a 15% ao mês; a falta de uma Constituinte dotada de um ordenamento jurídico mais adequado, etc...

Discordo de que esses sejam nossos problemas fundamentais. Temos, no Brasil, leis em demasia — para tudo e para todos. Falta-nos a consciência em cumpri-las rigorosamente. De outra parte, a vultosa dívida externa, o preocupante déficit público, as incontáveis fraudes e desvios de recursos públicos — não apurados e corrigidos — nada mais são do que espelhos de governos que, desmoralizados, pautaram pela impunidade e pela incapacidade administrativa.

Precisamos, preemente, partir para uma elitização global. Nosso problema é humano. Precisamos de governos sérios, inteligentes e corajosos. Precisamos melhorar o padrão de nosso povo, em todos os aspectos.

É quase impossível convencer o faminto, o analfabeto, o marginalizado, que o comunismo é nefasto, é utópico e é cruel. Um homem enganado não questiona tratamento. Nós, do mundo livre, sem querer, pela omissão, pelo desgoverno e pelo descaso às injustiças sociais, temos contribuído à propagação do comunismo. Então, torna-se fácil à “Igreja” progressista agarrar-se aos pobres, subvertê-los contra as “elites dominantes”, sem contudo solucionar sequer um de seus problemas.

Digo e escrevo: o Brasil é um “paraíso de ladrões”, um amontoado de ignorantes, um mosaico irregular de raças e credos. Porém, do mundo de contrastes que habitamos laconicamente afirmo: ainda somos o melhor país do mundo para se viver. A bondade e a cordialidade contagiante dos que aqui vivem, e sua índole normalmente pacífica determina um relacionamento singular e espontâneo com todos os povos. Prova está de que os arautos defensores da doutrina marxista-leninista, levados ao exílio, tão logo provaram o “encantado reino socialista”, clamaram pela anistia!

Graças ao “coração grande” do brasileiro, graças à sua repulsa ao ódio, à perversidade e à escravidão, todas as tentativas de comunizar o Brasil redundaram em fragorosos fracassos. Todas as expressões terroristas ecoam negativamente no seio de nossa gente.

Não há contudo, com tamanhas virtudes, de justificar a letargia, a

desmotivação, a sonolência e a falta de seriedade a que estamos quedados.

Urge, imprescindivelmente, a busca de dois caminhos indesviáveis: um rigoroso controle de natalidade — fundamentalmente nas regiões mais pobres e periféricas dos grandes centros — para que possamos, a longo prazo, obter uma raça mais qualificada; um maciço investimento na área educacional, pois, atualmente, de cada 100 crianças que entram para a escola pública, só 4 concluem o 2º Grau. Não há progresso sem cultura, e a educação não deve ser apenas cíclica, mas permanente.

Embora sendo um otimista, tenho a firme convicção de que se isso não for realmente feito o Brasil humano acabará depredando o Brasil físico.

É um trabalho que há de adentrar decênios, porém precisamos agir de forma imediata e corajosa.

II – SOBRE O VERDADEIRO PODER ESTATAL

Há poucos anos, quando aluno de Direito na PUC-RS, lembro que certo professor, discorrendo sobre a origem do Estado e Poder Estatal, em determinado momento jogou-nos uma pergunta interessante: onde reside o verdadeiro poder de um Estado? Haviâmos já adentrado nas doutrinas teocráticas, bem como nos tratados de Hobbes, Locke e Rosseau. A pergunta, no entanto, deixou-nos pensativos. Ante o silêncio geral, apontou-me, repentinamente, para que formulasse uma opinião.

Fui simples e objetivo: o verdadeiro poder de um Estado reside em suas Forças Armadas, respondi.

Deu-me a impressão de ter jogado uma granada dentro da sala, tal os estilhaços de risos e murmúrios que fluíram.

Ora, num curso de Direito, justamente numa época em que não só o Brasil, mas todo o Cone Sul reagia ante a ingerência de militares na vida política, tal afirmação, mais que temerária, parecia ridícula. Porém, mantive a tranqüilidade por estar convicto do fundamento de meu raciocínio.

Seguiu-se grande polêmica. Recordo ainda, que o professor, pedindo silêncio, com ar de ironia, balbuciou-me:

— Meu jovem ... nos Estados Unidos, o mais poderoso país do Ocidente, general não “apita”!

De imediato, respondi-lhe:

— Muito certo, mestre ... porque nos Estados Unidos, há uma economia forte, uma intelectualidade expressiva e um senso de responsabilidade no cumprimento das leis. Porém, — continuei —, que aconteceria aos EEUU e ao próprio Ocidente, se, neste momento, se destituisse ou se desmantelasse suas Forças Armadas? Os políticos americanos, a justiça americana, o

restante do povo americano impediram um avanço russo? Que expressão de hegemonia teriam os americanos sem a exibição de um formidável aparato bélico?

Então, novamente, voltou-se ao silêncio.

Sabemos que nosso ensino superior é uma verdadeira fábrica de “canudos”. Passamos por uma Universidade, decorando fórmulas, ouvindo professores mal preparados e mal pagos, despejando preceitos rotulados.

De outra parte, nós brasileiros, temos o mau hábito de absorver sem maiores resistências conhecimentos emitidos há séculos, geralmente de autores estrangeiros. A nossa criatividade, no mundo das idéias, é escassa e tímida.

Ultimamente tenho participado, concomitantemente com outros escritores, de diversos painéis, geralmente sobre o momento atual brasileiro, o problema da Constituinte, etc.

De acordo com o que já citei, nosso ensino Universitário é deficiente. Porém, um homem que passa por um curso superior deve, obrigatoriamente, no mínimo, ter conhecimentos básicos, para não dizer impropriedades. Deve ter responsabilidade pelo que diz, pois na maioria das vezes fala-se para pessoas completamente divorciadas da realidade atual.

Tornou-se comum neste país palestrantes, políticos, intelectuais, atacarem em primeiro plano, a chamada “Ditadura Militar”, em referência ao regime adotado pela revolução de 64.

Tornou-se definitivamente jargão das esquerdas, o termo “poder popular”. Tudo para eles, deve partir da “massa oprimida”, mormente da “classe trabalhadora”.

Por outro lado, nossa tão contestada Constituição Federal, em seu Artigo 1º § 1º, é explícita: todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido. Nada mais correto.

Assomo, no entanto: o que são as Forças Armadas senão a própria essência desse poder — armado e preparado — com as características, sentimentos, objetivos e anseios desse mesmo povo?

Quando falo em “essência”, volto ao problema das “elites”, pois, lamentavelmente, muitos brasileiros deixam de prestar o serviço militar ou de seguir a carreira das armas por não apresentarem condições físicas condizentes. É espantoso o número de jovens reprovados nas inspeções preliminares, por falta de peso, altura e elementares condições mentais. (De maneira incontestada, fica claro que se está gerando no Brasil uma verdadeira sub-raça).

Sucintamente definimos Estado como sendo a sociedade politicamente organizada dotada de três elementos essenciais: povo, território e Governo independente.

Como manter um governo independente, um território inviolável, um ordenamento social, despidos de uma expressiva força organizada? Seria o mesmo que construirmos uma casa sem portas que a guarnecesse. Que seria do Poder Judiciário ou do próprio Direito, sem a coercitividade?

Justificável, pois, que em todos os manifestos da subversão vermelha haja, em primeiro plano, o premente esforço de desestabilizar o verdadeiro Poder.

É fácil imaginarmos o que aconteceria ao Brasil com as Forças Armadas divididas em seus objetivos fundamentais. Seríamos um gigante com a espinha dorsal partida!

Desnecessário aqui a sinopse histórica do nosso Exército, da nossa Aeronáutica, da nossa Marinha.

Invariavelmente, os que atacam nossas instituições armadas não tiveram a honra de conhecê-las, muito menos de servi-las. Desconhecem essa Escola permanente de ensinamentos sadios e dignificantes, onde brancos e pretos, ricos e pobres, se entrelaçam na busca de um objetivo comum: o de servir!

Tenho ouvido ao longo dos anos críticas malignas sobre nossos soldados. No entanto, quando há inundações, calamidades públicas, desastres de grandes proporções e até mesmo falta de sangue em hospitais é o nosso soldado do Exército, da Força Aérea, da Marinha de Guerra e das Forças Auxiliares que lá está salvando vidas e confortando aflitos, porque o nosso soldado é sangue do sangue de nosso povo!

Brasil: nunca mais, como não poderia deixar de ser, em se tratando de uma obra de "religiosos", subversivos, além do que, refletindo o histórico apetite da "Igreja" pelo poder terreno, ataca o nosso Exército, desde a sua formação.

Referem-se seus autores, de maneira desinteligente e mal intencionada, à atuação do Exército sobre os vários movimentos revolucionários que marcaram os primórdios da nossa história.

Pelo "desconhecimento" do espírito integrador que irmanou a Força desde sua origem, pisoteiam em nome de um obscuro "poder popular", nos oito milhões de km² da grande pátria comum.

Por certo, aos estrangeiros da alma e do sentimento que comungamos, muito interessaria um território retalhado por inúmeras nações oriun-

das de “movimentos populares”.

Evidente a mágoa pela impossível missão de combater um poder que soube, ao longo dos anos, manter integralmente tão imensa geografia!

Ingloriamente atentam contra sua estrutura, instigando a base hierárquica que o fundamenta. Obtiveram progressos expressivos neste sentido em 1935 com a Intentona Comunista, em 1963 com o motim dos sargentos em Brasília, e no início de 1964 com a insubordinação das Praças da Marinha, no Rio de Janeiro.

Em todas as ocasiões, no entanto, souberam nossas gloriosas Forças Armadas neutralizar tão nefastas investidas.

Procuram agora inocular nas novas gerações um sentimento anti-militar.

Tentam, por todos os meios, imprimir às nossas Forças Armadas uma imagem antipovo, antibrasil.

Dão-lhe caráter golpista e ditatorial, quando se sabe de maneira cristalina que a própria Igreja (a tradicional) e o próprio povo que a frutifica, saíram às ruas em passeatas impressionantes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, exigindo a imediata intervenção salvadora que viria a ser desencadeada a 31 de março de 1964.

Podem, vorazmente, os eternos inimigos de nossos lares, investirem contra esse patrimônio que forjamos, porque os soldados que hoje vivem espelham-se nos exemplos de um Henrique Dias, de um Tiradentes, de um Lima e Silva, de um Manoel Luiz Osório, de um Rondon, de um pracinha expedicionário, ou de tantos companheiros mortos no combate ao terrorismo.

Os soldados que hoje vivem — mais do que o poder — são mensagens de coragem, de lealdade, de civismo, e de imprescindível segurança para que o Brasil possa alcançar por seus próprios meios os mais altos destinos.

III – SOBRE A “DEMOCRACIA BRASILEIRA”

Ao declarar em seu discurso de posse, em 15 de março de 1979, que “Farei deste País uma Democracia”, o senhor João Batista Figueiredo demonstrou uma insipiência imperdoável para um homem levado ao mais alto cargo Nacional.

Seu governo — a meu ver —, o pior da nossa história Republicana, bem a retratou. Não cabe aqui análises pessoais do ex-presidente. Detenho-me a críticas exclusivas ao seu procedimento como governante.

Entendo que há duas condições básicas para que se possa elaborar uma idéia de regime democrático: responsabilidade e cultura. Um povo irresponsável não cumpre leis; um povo inculto, não define liberdade.

De acordo com o que discorri — *Sobre a qualidade de nossa gente* — e por entendê-la desprovida desses caracteres elementares, prefiro dizer que há em nosso povo — principalmente em nossas Forças Armadas — apenas um “espírito democrático”. Em nosso povo, porque não suporta opressão; em nossas Forças Armadas, pelo compromisso assumido e mantido de guardiãs da liberdade e da ordem.

A transição do “espírito democrático” para o regime democrático proporcionar-se-á diretamente à criação de uma nova maneira de agir e de pensar. Portanto, inócua em apenas um período governamental.

A democracia exige, além do mais, uma boa política, isto é, uma ação de bem governar, de bem administrar, ou de bem proceder no trato com a coisa pública.

No Brasil, não se faz política. Faz-se politicagem. Em vez do bem comum, vigora em primeiro plano o bem pessoal, a demagogia, o ardil e a mentira.

Silenciosamente e entristecido, acompanhei a idealização da chamada “Nova República”.

A Aliança Democrática ou Frente Ampla — réplica fiel da ANL (Aliança Nacional Libertadora) de 1935, como bem recomenda o MCI (Movimento Comunista Internacional), embasou o respaldo para o abrigo comunista rumo ao poder.

Ante multidões delirantes, os mesmos “raposões” de sempre, diplomados e calejados na arte da ludibriação, do convencimento oportunista (muito fácil para os conhecedores da essência emotiva de nosso povo).

A esmagadora maioria acreditou cabalmente ser as “Diretas” o único caminho, a única solução para todos os nossos problemas. Não se discutiu o “quem”, o “líder”, o “salvador”. Apenas o ato de votar.

Derrotada a “Emenda”, o país chorou. Contudo, da tradicional apologia enganadora haveria de ressurgir uma nova esperança. Esta, dirigida e concentrada na figura do senhor Tancredo Neves. Aí, sim, não interessou mais a maneira de se praticar a eleição, mas o homem, o “político capaz”, o governante milagroso. Em torno do senhor Tancredo Neves, moldou-se a aura carismática da redenção.

Porém, haveria de o povo novamente chorar, porque o “grande condutor” morreria antes de assumir.

Com todo o respeito ao sentimento de milhões de irmãos, devo dizer que o senhor Tancredo Neves morreu de forma gloriosa. Na sua já tradicional vida pública, marcada pelo “assumir e não cumprir”, deu-lhe a morte a imortalidade.

Se tivesse assumido o Governo, o senhor Tancredo Neves manteria como ministro da Fazenda seu sobrinho, o senhor Francisco Dornelles? O que ele, na área econômica, mostrou-nos de diferente?

Conseguiria o senhor Tancredo Neves, como presidente, imprimir honestidade aos nossos representantes, a ponto de estes só aceitarem “jetons” mediante a efetiva presença na Câmara e no Senado? Obviamente que não, porque nossos políticos, carentes de autenticidade e de postura ilibada, sabem o quanto é fácil ludibriar um povo alienado, que esquece rapidamente os mais folclóricos desmandos.

E tudo se faz em nome da Democracia! Nos últimos anos, a palavra Democracia tornou-se a pedra angular de todos os pronunciamentos. Tudo é Democracia... tudo pela Democracia! A legalização de Partidos Comunistas também tornou-se essencial à “consolidação da Democracia”.

Dos meus tempos de acadêmico de Direito, recorde um certo profes-

sor que, ao iniciar seus trabalhos na área de Direito Civil, fez uma introdução muito aplaudida, na oportunidade. Disse ele: bem... meus colegas... estou iniciando com os senhores uma disciplina muito importante, e, de certa forma, bastante difícil (...) Meu método de trabalho é o mais democrático possível (...) Não faremos chamada... os senhores terão toda a liberdade em questionar, interromper, discordar, etc., etc. Podem sair a qualquer momento, podem fumar, etc... Nossas provas serão provas práticas, podendo, para tanto, usarem livros, cadernos, apontamentos, enfim... o que os senhores conseguirem de recursos...

Imediatamente teve-se a certeza de que a difícil disciplina do democrático professor não reprovava ninguém.

As aulas degeneraram de tal maneira, que tornou-se imediato o seu afastamento, a pedido da própria classe.

Posteriormente, numa experiência inversa, ao realizar o Estágio de Professor de 2.^o Grau no Instituto Educacional São Judas Tadeu, de Porto Alegre, uma aluna fez-me a clássica pergunta: você poderia nos dar uma definição de Democracia? (Realizávamos um Seminário sobre o Projeto da Constituinte). Estávamos no 2.^o período (após o recreio). Respondi-lhe: Democracia... é o regime onde um professor, ao iniciar a aula com vinte e cinco alunos, não faz a chamada; marca um trabalho que não vale nota para após o intervalo, e, reiniciada a aula, só comparecem nove alunos. Os restantes tiveram a "liberdade" de não retornar!

Do que ela me respondeu: não entendi...

Então, procurei ser mais claro: Democracia é o regime onde, pela manhã, é colocada lá na "Esquina Democrática" (cruzamento da Rua da Praia com a Avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre), uma pilha de jornais, para que cada interessado pegue o seu, e deixe a quantia correspondente numa caixinha ao lado. No final da tarde, o jornaleiro passa para apanhar o dinheiro e os jornais não adquiridos. Fica surpreso, pois não encontra nem jornais, muito menos dinheiro!

Ela pareceu entender menos. Então, concluí: essa é a Democracia brasileira, difícil de entender e definir.

Pessoalmente, ante as barbaridades e leviandades de nossos homens públicos, não vejo um nome sequer de um líder verdadeiramente autêntico e corajoso que transpire um ideal democrático.

Tenho, seguidamente, em razões da profissão, penetrado em muitas "Casas do Povo". Nada encontrei além do empreguismo, do "vaselinismo", da falsidade, do esbanjamento do erário público e de declarações vazias.

Evidentemente, há exceções. Mas estas, enclausuradas pelo “espírito de corpo”, ou pelo “decoro”, revelam-se em tênues manifestos, que não ousam sequer romper o nefando costume do engodo e da mentira.

De tudo isso, decorre a cíclica “sanfona” de nossa história política. Digo “sanfona” porque sempre houve, e por longo tempo ainda haverá, rodízios de fechamentos e aberturas, mas não a verdadeira Democracia.

Todos os “fechamentos” — sem exceção — ligam-se à incompetência do que se teima em chamar de “poder civil”, que a meu ver nunca se estruturou de maneira marcante e coesa em nosso País. Falta-nos cultura, economia estável e, sobretudo, honestidade.

Iniciada a “Nova República”, vivemos momentos de “ufanismos”, porque, segundo as esquerdas, saímos de uma ditadura.

E a “Nova República”, em seu primeiro ano, nos brindou com greves e reivindicações das mais absurdas, onde caminhoneiros chegaram a bloquear rodovias, onde as invasões de terras particulares tomaram projeções inimagináveis, e onde a inflação assumiu patamares inéditos. Em 1985 as oposições colheram os frutos das estéreis sementes da contestação gratuita, inconseqüente e demagógica, e da ânsia de abarcar o poder.

Há de se fazer justiça, contudo, à serenidade, à coragem e à seriedade do senhor presidente José Sarney em, modificando um ministério onde predominavam ideais progressistas, pôde com firmeza e altivez, a 28 de fevereiro de 1986, tomar medidas radicais na área econômica, dando ao povo sofrido e já descrente a esperança e a autoridade de amordçar a ganância desenfreada que monopolizava os produtos essenciais.

Como afirmei anteriormente, o nosso problema é humano e, como tal, é necessário medidas corajosas, governos decididos, lideranças íntegras e bem intencionadas.

Se o Governo teve a força de mudar de modo heterodoxo o programa econômico, por que não fazê-lo com a dívida externa, com a explosão demográfica, ou com a problemática do menor abandonado?

De qualquer forma, o momento que vivemos é de grande entusiasmo, embora nos reserve uma forte expectativa.

Se me perguntassem sobre um novo “fechamento”, eu diria sem medo de errar: pode estar muito próximo. Se o povo brasileiro entender que o senhor Leonel Brizola deve chegar à presidência da República através de uma eleição direta, então novamente teremos um regime militar, porque não acredito que haja dentro desta geração de oficiais-generais um sequer que consiga — pacífica e tranqüilamente — entregar a Nação à desdita de

um aventureiro, cujo passado em nada recomenda.

Não teria sentido um dos principais causadores da Revolução de 1964 assumir a chefia das Forças que tanto procurou dividir e desmoralizar.

No Brasil, só permanece no poder o presidente que assumir o comando das Forças Armadas. Para tanto, é imprescindível que comungue da mesma filosofia reinante nos quartéis. Isto nos tem mostrado — de maneira límpida — a nossa história republicana.

De outra parte, está explícito que às Forças Armadas cabe a defesa da pátria, a garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem. Advirto, no entanto, aos futuros Constituintes, que o liberalismo exacerbado e o favorecimento ao avanço das ideologias inimigas nada mais são do que atalhos para uma retomada.

Inegavelmente, é saudável se falar em Democracia. Mais interessante, se buscássemos o seu real sentido etimológico; muito mais importante, se a exercitássemos de maneira consciente e responsável, cumprindo — em primeiro lugar — nossos deveres de cidadãos.

Penso, no entanto, que somente o sistema Parlamentarista nos proporcionaria maiores possibilidades de estabilização.

IV – SOBRE A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964

Dentro de uma visão crítica, devo expressar minha experiência sobre o que considero de “o mais importante movimento político-militar” registrado em nossa história republicana até o presente.

Nasci e fui criado no meio rural. A infância, nas suas mais distintas fases, deixa marcas definitivas em qualquer ser humano.

Lembro perfeitamente que meus tios-avós possuíam extensão considerável de terras para os padrões coloniais da região (Município de Santa Rosa - RS). Dentre essa gleba, inseria-se uma colônia (25 hectares), doada a meu pai, sendo ele o administrador da área total.

Meus tios e meu pai dedicavam-se ao plantio e colheita da erva-mate, gerando uma pequena indústria. O ciclo industrial da erva-mate, na época, desenvolvia-se de maneira primitiva, isto é, com o emprego de grande número de trabalhadores – ervateiros ou tarefeiros, como eram chamados.

Muitas vezes, escasseava a mão-de-obra, justamente no período de safra, ocasionando quebra na produção. Para resolver tal problema, meu pai achou conveniente realizar assentamentos de várias famílias na propriedade, desde que se compromissassem a prestar serviços nos ervais durante os meses de maio a julho de cada ano, remuneradamente.

Cada família recebia a madeira necessária para a organização da morada (casa, galpão, chiqueiro, etc.), bem como uma determinada fatia de terra arável para plantar o que lhe conviesse, sem qualquer ônus sobre a produção. Era de costume, também, distribuir-se vacas leiteiras e animais de tração.

Naqueles anos, embora existente, não se falava em Legislação Trabalhista. Todos os contratos envolvendo a relação empregador-empregado ru-

rais eram firmados e resolvidos entre as partes, inclusive o fato da ocupação da terra. Era o famoso contrato da “palavra”, ou do “fio-de-bigode”. Sobre isso, não lembro de problemas graves ocorridos. Apenas queixava-se meu pai da inoperância daquela gente ante os recursos postos à disposição.

Realmente, destarte todas as facilidades, todos os meios para que progredissem, a maioria das famílias contentava-se tão somente com os limitados ganhos da atividade ervateira. Suas lavouras mermavam no inço. Nem sequer uma horta cultivavam. Era comum distribuírmos roupas e remédios, principalmente às crianças mal nutridas.

No início da década de 60, encontrava-me na cidade de Cerro Largo-RS, onde cursava o ginásio.

Mais do que o Movimento Legalista de 1961, marcou-me sobremaneira as agitações políticas do ano de 1963. Não imaginávamos a possibilidade de greves entre trabalhadores rurais, muito menos entre aqueles humildes e rudes tarefeiros, aos quais meu pai proporcionara tantos recursos, e cuja convivência até então pacífica e harmoniosa. Não imaginávamos pudesse haver, organizado e treinado, seguindo orientação do líder Leonel Brizola, um “Grupo de Onze” para, em operação oportuna, adonar-se da propriedade, com eliminação física dos proprietários.

Em uma das minhas visitas em casa, deparei-me com meu pai carregando cartuchos com os chamados “baletões” (chumbo de calibre grosso). Lembro-me que ele dizia: não será “no grito” que esses traidores hão de nos correr daqui!

Pela primeira vez senti ganas de um embate e, na minha imaginação de guri, até desejei que a coisa se desse.

Somente mais tarde vim a compreender quão venenosa e pérfida as intenções do senhor Leonel Brizola, que à sombra de uma impraticável e demagógica reforma agrária, e através da luta armada, tentava abarcar o poder.

Vivemos épocas de nervosismos e sobressaltos. Nas férias do final do ano de 1963, contemplei inúmeros caminhões de posseiros, que por lá passavam, para invadir terras no vizinho município de Giruá.

Assim, entramos em 1964 com a evidência de uma eclosão fratricida.

Ao retornar a Cerro Largo para o início do ano letivo, pude constatar também que lá, entre os Irmãos Lassalistas do Ginásio Medianeira, era grande o nervosismo. Do corpo de alunos, poucos entendiam o que realmente estava acontecendo. No entanto, idéias progressistas já haviam im-

pregnado o próprio Grêmio Estudantil, que exigia autodeterminação. Muitos estudantes ostentavam boinas com estrelas vermelhas estampadas na parte frontal.

Finalmente, a 31 de março, numa demonstração impressionante de fraternidade, de união e de fidelidade aos clamores do próprio povo, as nossas Forças Armadas desencadearam o movimento revolucionário que poria fim à subversão e ao caos já estabelecidos.

Em janeiro de 1968, incorporei-me ao Exército. Apesar de o País já sentir o efeito saneador do primeiro governo revolucionário e mesmo as proveitosas medidas do presidente Costa e Silva, iniciávamos um período dramático.

Assacadas injúrias de Parlamentares às Forças Armadas, somadas às agitações na área estudantil, levou o Governo a editar em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional Nº 5. Longe ainda estávamos da tranqüilidade necessária. Iniciávamos aí a verdadeira luta contra o terror. Lembro-me perfeitamente do intenso treinamento a que éramos submetidos.

A guerra insurrecional, nos moldes da adotada, desafiava nossa parca experiência em tal atividade. Prova disso foi a concordância da Junta Militar que assumiu no impedimento do presidente Costa e Silva às exigências dos seqüestradores do embaixador americano, senhor Charles Elbrick, para que fossem libertados 15 elementos terroristas — uns já condenados, outros aguardando julgamento.

Fez-se necessário um homem do porte do senhor general Emilio Garrastazu Médici, empossado a 30 de outubro de 1969, para que os executores de assaltos a bancos, de atentados a bombas, de seqüestros e de inúmeras mortes, tivessem uma resposta condizente.

Do grande presidente Médici guardamos uma ordem imorredoura: "Quando invadirem um 'aparelho', terão de invadir metralhando. Estamos numa guerra e não podemos sacrificar os nossos".

De tal sentença resultou às esquerdas a perda de seus principais mentores (Carlos Marighela, Joaquim Câmara e o ex capitão Carlos Lamarca), além do aniquilamento da guerrilha em curso na região do Araguaia.

Sem paradoxos, devo afirmar: feliz do Brasil se pudesse exorcizar-se de movimentos revolucionários; feliz do Brasil por ter, nas Forças Armadas que possui, a segurança da pronta intervenção. Trata-se de uma perspectiva e de uma realidade histórica.

Penso e escrevo que general não foi feito para governar. A caserna não é uma escola de políticos. O partido do militar é o partido do indes-



**"Os proletários se
levantarão contra
seus exploradores
para construir uma
nova sociedade"**

Friederich Engels



**"A maneira de
quebrar os ovos é
mais importante do
que o modo de
fazer a omelete."**

V.I. Lénin



**Autocracia,
burocracia, terror e
militarismo: as
quatro colunas
mestras de *Josef
Stálin.***



**Há 25 anos,
Kruchev formulou a
famosa ameaça
contra o Ocidente:
"Nós vamos
enterrar vocês."**



***Brejnev*, marechal
como Stálin,
representa o
símbolo mais
evidente da
gerontocracia
soviética.**

viável cumprimento do dever de servir à pátria; é o partido da disciplina a preceitos rígidos que o preparo para a guerra está permanentemente a exigir.

A ocupação da presidência da República por um general da ativa, através de um movimento revolucionário, é o termômetro indicador da inexistência de um poder político responsável e competente; de um desequilíbrio econômico acentuado, aliado a um avanço significativo da subversão vermelha. Isto é válido não só para o Brasil, mas para toda a nossa sofrida América Latina.

Foram esses — exatamente — os fatores que desencadearam o movimento revolucionário de 64.

O ideal seria, como já citei, que governos civis não sofressem solução de continuidade. Porém, dentro das imprescindíveis intervenções que tivemos, e que por ventura venhamos a ter, o correto é que no mais curto prazo possível cumpra o poder revolucionário seus objetivos mais prementes.

A revolução de 64, a meu ver, deveria ter cumprido sua missão exatamente no término do Governo do presidente Emílio Médici. Vivíamos, então, a euforia desenvolvimentista; tínhamos a tranquilidade do aniquilamento — pelo menos potencial — das principais manifestações terroristas e a corrupção não encontrava respaldo no seio do Governo.

Seria o momento inteligente e oportuno de se confiar o poder a um presidente civil, resguardando assim a imagem e a tradição de nossas Forças Armadas de manterem-se unicamente fiéis aos destinos que lhes são específicos.

Lamentavelmente pensou-se o contrário. A nefasta teima ao continuísmo empanou de maneira aviltante os louros conquistados.

A política da “Abertura lenta e gradual” iniciada no Governo Geisel poderia até ter atingido sucesso se a indicação de seu sucessor não tivesse recaído no senhor general João Batista Figueiredo.

Completamente despreparado para o cargo, o senhor general Figueiredo refletiu, no erro de sua indicação, o curto horizonte político de seu antecessor.

Então, o Movimento Revolucionário de 1964, que emergiu da vontade popular, por esta mesma vontade e de maneira desconcertante conheceu o seu ocaso.

Encerrou-se o ciclo revolucionário de maneira mais desastrada do que o período pré-revolucionário.

A mentira, o roubo, a prevaricação, a desmoralização das autoridades constituídas — pelas suas próprias ações ou omissões — e o desgaste cada vez maior das instituições armadas, marcaram de maneira trágica e até irônica o fim da revolução.

Tínhamos ao final do Governo Médici uma dívida externa na ordem de 12 bilhões de dólares. No Governo Geisel atingimos 40 bilhões. No último Governo “revolucionário”, fomos além dos 100 bilhões!

Ao fracasso moral e administrativo, somou-se grossos erros políticos. Se fosse portador de sensibilidade política, o senhor general João Figueiredo teria conduzido o processo sucessório de forma grandiosa e até poderia ter entrado para a história de modo bem mais aprazível. Bastaria apenas um ato — o decidir-se pelas eleições Diretas, tirando assim a bandeira das oposições, e consolidando, pelo menos teoricamente, sua tão almejada Democracia!

Contava o Governo com o respaldo do maior partido político da América do Sul — o PDS. Possuía em um de seus candidatos à presidência — segundo várias pesquisas — a preferência da maioria dos brasileiros. No entanto, o descaso do presidente à alta responsabilidade a que estava investido levou à implosão seu próprio partido, e ao poder seus próprios adversários.

Entregou o Governo sem ao menos o gesto educado da passagem da faixa presidencial.

Por esses fatos, devo repetir: general não é formado para governar. É moldado exclusivamente para comandar.

Se o Brasil fosse uma grande empresa, passível de uma disciplina militar, onde todos entendessem e obedecessem ordens sem resistências, então o Brasil — tal qual a EMBRAER — seria um sucesso econômico e social.

E é por isso que todos os governos militares de nossa América Latina, que teimarem manter-se no poder por longos períodos, invariavelmente, reverterem ao caos e ao ridículo.

Entrementes, devo explicitar o pensamento — não só pessoal — mas da quase totalidade dos companheiros com que tenho convivido na caserna: a revolução — como governo — acabou no período Médici; a revolução, como filosofia ou ideologia, fortifica-se cotidianamente em nossos corações e em nossos anseios. O “espírito revolucionário de 64” é permanente, é perene, porque nós não pactuamos — jamais — com a subversão e a corrupção.

É certo que muitos “militares” desviaram-se da sadia formação rece-

bida. Não é correto que as instituições armadas devam sofrer por atos de uns poucos inescrupulosos e desleais.

Nós continuamos vigilantes e decididos.

Afirmo convictamente: o "espírito revolucionário" de 31 de março de 1964 está vivo!

V – SOBRE “TORTURADOS E TORTURADORES”

Na verdade, não precisaria de maiores motivações para delinear este subtítulo. Houve, no entanto, uma oportuna coincidência no tocante ao enriquecimento deste conteúdo. Justamente no momento em que me punha a rascunhar sobre *Torturados e torturadores*, fui despertado pelo noticiário da Rede Globo de Televisão (Jornal Nacional), sobre a invasão da Suprema Corte Colombiana por terroristas ligados ao grupo M-19.

Já no dia seguinte, em enérgica ação, o Exército Colombiano invadiu e liquidou, num ataque fulminante, cerca de 40 guerrilheiros. Vivo, palpitante, o exemplo ocorrido na Colômbia, como tantos outros que diariamente fustigam e desafiam a paz em nosso Continente e em outras regiões do mundo, serve — sem maiores considerações — para aniquilar a mentirosa e deslavada apologia que *Brasil: nunca mais* faz das esquerdas revolucionárias.

São esses “injustiçados” e “torturados” que os nossos religiosos progressistas insistem em elevar, defender e incentivar, porque, diríamos com procedência: “são vinhos da mesma pipa”.

O *Projeto Brasil: nunca mais*, com perversas intenções, dilacera a verdade ao modelar terroristas em heróis de ideários reformistas. Em nome das chamadas “Reformas de Bases”, tentam justificar o delírio aventurciro.

Antes de maiores considerações, devo deixar claro, que sou radicalmente contra torturas. Entendo que homens que lutam pela liberdade e que defendem a vida como Expressão-Maior da Criação não podem aviltar-se em práticas dessa natureza. Todo o meu ser se nega ao ato indigno e covarde da tortura. Digo isso com toda a sinceridade e com todo o orgu-

lho. Sou um combatente e como tal vibro com ações do tipo da desfechada pelo Exército Colombiano. Tenho definitivamente como verdade que terrorista — quer da esquerda ou da direita — só entende a linguagem das armas. Apenas a lamentar, no caso da Colômbia, os inocentes sacrificados, tendo em vista o vizinho país não dispor de grupos especializados ou de um eficiente órgão de inteligência.

Com muita propriedade, a senhora Jeane Kirkpatrick, ex-embaixadora dos EUA na ONU, assim se expressa ao ser entrevistada pela revista *Veja*, nº 879, de 10 de julho de 1985:

“VEJA: Qual a melhor maneira de lidar com terroristas?

“KIRKPATRICK: Os terroristas usam a violência como método preferido de ação e isso torna muito difícil lidar com eles, especialmente nas sociedades que só usam a violência na forma da lei. Os terroristas tentam eliminar as fronteiras entre a guerra e a paz, entre soldados e civis. Apesar de todas essas dificuldades, é necessário enfrentar o terrorismo com grande determinação e, se possível, por meio da cooperação internacional”.

Não sou dado a formular conceitos rasteiros. Quando emito uma opinião, faço baseado em fatos concretos. Estou convicto de que a anistia concedida a terroristas foi um erro. Disso há uma ilustração recente: ao retornar há pouco de Paris, anistiado, o terrorista Theodomiro Romeiro dos Santos, que em 1970 matou, de maneira fria e covarde, o sargento da Aeronáutica Wander Xavier de Lima que o conduzia preso, fez questão de declarar: “Eu faria tudo outra vez”. (*Veja* — nº 888, pág. 49, de 11/9/85).

Desse modo, é medíocre demais o raciocínio de que um isolado grupo de extremistas — que de humano nada tem — seja protegido pelos direitos humanos, em detrimento de toda uma nação.

Por isso, inglório e absurdo o exaustivo esforço de *Brasil: nunca mais* em querer levar aos altares demônios de tais peçonhas.

Muito a propósito, faz-se necessário dizer ao senhor Philip Potter, ex-secretário-geral do Conselho Mundial de Igrejas, e um dos prefaciadores de *Brasil: nunca mais*, que a sua condição de estrangeiro não lhe autoriza a emitir conceitos e regras a outros povos; sua condição de “Pastor das Almas” e defensor dos direitos humanos, por outro lado, sugerem torná-lo menos covarde, que, em vez de estabelecer-se comodamente na Suíça — um país Ocidental, livre e estável, fosse vociferar em territórios da “Cortina de Ferro” — onde há milhões de seres humanos oprimidos e confinados, além de um Andrei Sakharov, que clamam por um pouco de dignidade ou de liberdade. Ou será que eles ainda não conheceram a “verdade” —

ou a “verdade” não os libertou?

Brasil: nunca mais, recheado de lamentos, de desesperos e de depoimentos espalhafatosos, retrata a poltronice dos componentes da esquerda revolucionária: na hora dos assaltos, dos seqüestros, das explosões de bombas, dos assassinatos, não faz diferença se as vítimas são mulheres grávidas, crianças ou pessoas completamente neutras em questões políticas. Quando chamados à responsabilidade, transformam-se de imediato em estandartes e porta vozes dos direitos humanos!

Há no ordenamento da vida, uma lei fundamental: à cada ação, corresponde uma reação, ou, de acordo com o correto ditado popular: “quem semeia vento, colhe tempestade”.

Antes de enunciar horrores e depoimentos histéricos, caberia a um sacerdote emitir a clássica indagação: que fizeste, filho? Que praticaste contra a vida de teus semelhantes, contra a comunidade que te abriga, contra as autoridades que, justas ou injustas, são constituídas?

— Ah! . . . Sim! . . . escolheste o caminho do sangue, da perfídia, da crueldade, e queres o conforto de uma ducha quente e a delícia de um “pão-de-ló”? Que é isso, filho!?

Sim, essa seria a conduta adequada de um verdadeiro sacerdote, cuja missão é mostrar o caminho da verdadeira verdade libertadora!

Ingressei na “Comunidade” em 1976. Quando ainda na tropa, vivi a dura e difícil experiência do combate a elementos subversivos.

Ao homem fardado é praticamente impossível o êxito de tal missão se não tiver a permanente e eficaz orientação de um órgão de inteligência. Exatamente essa orientação foi a que mais nos faltou nos primeiros embates com as esquerdas.

O SNI foi criado pela Lei 4.341 de 13 de junho de 64 e regulamentado pelo Decreto 82.379 de 4 de outubro de 78. Era óbvio, pois, que engatinhávamos no campo das informações.

Era comum pelotões inteiros fugirem dos combates, perdendo-se mata adentro. Quando se tinha notícias de que “provavelmente” certo grupo de guerrilheiros estava em determinado local, imediatamente montava-se o cerco, mas apenas para constatar que eles realmente estiveram. Andávamos sempre atrás.

A experiência mais viva que trago foi da longa perseguição ao ex-capitão Carlos Lamarca. Certo dia, recebemos um “RÁDIO URGENTE”, mais ou menos nestes termos: “Lamarca encontra-se região Porto Lucena (. . .) Foi visto num Ford Corcel com mais três elementos”. Às pressas,

nos deslocamos do então 1.º RCM de Santa Rosa—RS, para a área indicada. Lá, instalamos barreira no eixo principal. Em seguida, chegou-nos outro comunicado: “Carro usado pelo grupo possui apenas um farol” . . .

Era noite e chovia. Fui designado para permanecer à frente da barreira, munido de uma lanterna, como primeiro contato. A uns vinte metros atrás, havíamos instalado um GT (grupo de tiro) com uma metralhadora Madsen.

Passava das 23 horas quando ouvi ruído de veículo se aproximando. Imediatamente divisei a luz a cerca de 300 metros. O carro avançava lentamente, devido à lama. Dei o sinal de luz convencional para os companheiros e aguardei atento ao detalhe dos faróis.

Com grande surpresa constatei que havia apenas um farol aceso. Naqueles instantes, eu já vibrava com a rara e venturosa oportunidade de pegar o tão difícil guerrilheiro. Rapidamente estabeleci a lanterna acesa na extremidade esquerda da barreira (feita de tonéis e troncos de árvores) e, com o 45 na mão, pus-me em posição de tiro, na margem oposta.

Estava na “massa do sangue” que qualquer vacilação eu seria um homem morto. Era voz corrente entre nós que onde Lamarca “botava um olho, botava uma bala”.

Então, as coisas aconteceram rapidamente. Ao dar com a luz na barreira, o carro, em vez de reduzir a marcha, acelerou. Naqueles segundos, tive a certeza que o ronco era de um Ford Corcel. Todos os elementos congruam. Não vacilei. Acionei por duas vezes o 45 e, por duas vezes, o revólver negou. Já no chão, enquanto o carro passava, acionei novamente, dessa vez engatilhado, e o tiro saiu, porém sem precisão. O carro bateu contra os tonéis, atravessou-se na estrada e finalmente estancou, sem atingir a “zona de fogo” do Grupo de Tiro.

Fiquei por uns instantes na expectativa. Não me era conveniente levantar, devido a um possível desencadeamento de fogo do Fuzil-Metralhadora. Pelo reflexo do farol ainda aceso, pude observar dentro do carro dois ocupantes que permaneciam quietos.

Não demorou o abordamento pelo Grupo de Tiro. Cautelosamente o sargento ordenou que desembarcassem para a identificação. Os dois continuavam quietos. Então, fomos chegando, com as armas engatilhadas, até constatar que se tratava de dois pacatos colonos, pai e filho, que, devido ao susto, ficaram totalmente sem ação.

De minha parte fiquei frustrado e ao mesmo tempo agradei a Deus pela rara falha de um Smith & Wesson.

Dois dias após, recebemos ordens de retornar. Lamarca fora visto em São Paulo, num assalto a banco.

Ressentíamos mais uma vez da falta de uma precisa rede de informações. Mais do que isso, da desgastante possibilidade — como aquela — de se atingir inocentes.

Devido a esses fatos, nossas autoridades foram entendendo da necessidade de se estruturar órgãos especializados, para o enfrentamento cada vez mais temerário dos terroristas.

Então, é preciso dizer que o chamado “Sistema Repressivo” montado pelo Estado (inicialmente a Operação Bandeirantes — OBAN — e posteriormente os CODI-DOIs, a nível nacional) para combater a guerrilha, nada mais foi do que o antídoto contra o veneno disseminado.

É lógico o raciocínio de que os primeiros elementos formadores de tais órgãos — muitos deles oriundos de forças diferentes (Polícia Federal, Polícia Estadual) — não possuíam nem qualificação profissional e talvez nem a integridade moral para a importância de tal missão. Não quero cometer injustiças nem tecer comentários irresponsáveis. Se houve excessos por parte desses pioneiros, há de merecer análise o fato de enfrentarem uma guerra suja, cruel, sem uniforme e sem distinção de vítimas. Se realmente houve sádicas sessões de torturas, não tenho o menor constrangimento de enquadrá-los no mesmo nível dos elementos da esquerda. Devo acrescentar, contudo, que as precipitações violentas originárias da própria luta são extremamente difíceis de serem julgadas. Não vivi aqueles momentos como membro dos referidos órgãos.

Afirmo, no entanto, como expressão da verdade, que não pedi para ingressar num órgão de informações. Tal ingresso não depende de pedido. Muito pelo contrário: os que desejam muitas vezes não ingressam. As normas seletivas dos componentes da “comunidade de informações” obedecem a rígidos e inúmeros quesitos e detalhes. Nós somos exatamente o oposto de nossos inimigos. Qualquer deslize moral na vida militar ou civil, qualquer vício que possa comprometer a conduta ou a vontade, qualquer irresponsabilidade financeira (cheque sem provisões, etc), são barreiras definitivas para o aproveitamento.

Assim mesmo, sou sincero em afirmar: há exceções. Não existe perfeição perene quando se trata da natureza humana. Onde há homens, há erros. Muitos indesejados conseguiram alargar a fina malha da “peneira”, ou por “padrinhos”, ou por outros meios não condizentes. Tiveram, no entanto, poucos momentos de convívio conosco. Sofreram consequên-

cias constrangedoras.

Sempre disse o que fui e o que sou. Talvez, na realidade, nunca tenha sido um "agente secreto". Este é o meu orgulho. Sou tão anticomunista como sou anticorrupto. Na honestidade de um homem, está a sua coragem.

Os meus anos de CODI-DOI foram os mais felizes e profícuos de toda a minha vida militar. Refletiu-se, também, na vida particular, isso porque convivi, afora esporádicas exceções, com gente do mesmo conteúdo.

Pude durante esses anos concluir os Cursos de Direito e Formação de Professores, além de escrever três livros.

Nunca defendi Governo e muito menos partido político. Nunca servi a homens. Sou um liberto escravo de minha ideologia.

Longe de ser um extremista, sou um homem do que costumou-se qualificar "de direita". Independente de minha situação militar, serei sempre um anticomunista combatente porque jamais abrirei mão da liberdade de pensar e agir.

Nunca tive um confronto real com o pessoal da esquerda. Nunca matei alguém e, se tiver que fazê-lo, não será a mando de outrem, e será de tal modo e em tal situação que me permita dormir de maneira tranqüila. Desse modo, retrato o procedimento de meus companheiros de longos anos, dos quais nunca presenciei iniquidades.

Pela pátria e pela liberdade, sacrificamos nosso lazer e até mesmo nossa saúde; noites e noites sem dormir; fins de semanas ausentes da família para que outras famílias pudessem passear e conviver tranqüilas. E hoje somos malvistas, execrados, tachados de torturadores, de facínoras.

E eles, hoje, estão aí sendo idolatrados como heróis, como patriotas, como líderes, como salvadores.

Mas nós estamos fortalecidos. Imensuravelmente mais fortes. O Serviço Nacional de Informações, hoje, abarca os mais longínquos tentáculos da escalada vermelha. Saibam todos que, se houver outra luta, felizmente não se precisará mais falar em torturados. Nós possuímos o "fio da meada".

O Brasil construiu o maior e mais poderoso Serviço de Informações de todo o Continente sul-americano. Presto aqui uma homenagem a seu idealizador, o inteligente general Golbery do Couto e Silva.

E que o diga o próprio presidente da República: sem o SNI torna-se impraticável qualquer tentativa de bem governar, porque além das ati-

vidades na área política, o órgão presta informação e contra-informação geral sobre todos os segmentos que interessam à Segurança Nacional.

Do outro lado, o valor humano é até digno de pena. Lamentavelmente a faixa etária mais atingida é a jovem, 15 a 25 anos.

Estudou-se por longo tempo as motivações e reações dos grupos envolvidos. Em nenhum deles constatou-se a presença de elementos bem posicionados ou bem encaminhados. Sem exceções, são pessoas oriundas de lares instáveis ou desfeitos, com problemas de ordem psicológica e formativa, completamente desajustados.

Há nesses jovens um ódio ascendente contra tudo e contra todos, ou, particularmente contra os que venceram, os “burgueses”.

O tóxico, a prostituição (homossexualismo, lesbianismo), a pornografia, a ausência de uma prática religiosa, a constante preocupação de negar a existência de Deus, são expressões que invariavelmente — canalizadas e aproveitadas pela ideologia marxista-leninista — estancam de maneira brutal toda a manifestação de sensibilidade humana, tendo como ápice a violência, ou a luta armada.

Se analisássemos por cima, citando exemplo intelectualizado da ala jovem da esquerda militante ou simpatizante — uma “elite”, portanto — bastaria indicar um Fernando Gabeira, típico caso de carências e desencontros. O resto, . . . é fácil imaginar. Mas o comunismo faz exatamente isso. Primeiro destrutura os costumes, ataca o conservadorismo, mina a família, promove a desintegração moral da sociedade para poder implantar a “nova ordem”. No poder, imediatamente suprime de maneira radical e violenta o instrumento usado e, assim, até atingir a própria individualidade, porque o objeto final é a grande massa — indistinta e subjugada.

Não começamos a guerra. Fomos levados a ela. Vencemos. Venceremos todas as vezes que a reiniciarem. A história de uma nação se faz através dos feitos de seus filhos. Há milhões de homens, mulheres e jovens neste País que, igual a mim, pensam e agem. Nossa opção é a da dignidade e da liberdade de optar do ser humano. Ninguém há de cercear essa opção sem antes passar por cima dos que assim optaram.

Pode a história recente nos condenar. Porém, nossos filhos e os filhos de nossos filhos nos compreenderão e nos seguirão, porque nos negamos a gerar escravos!!

VI – SOBRE A “DOUTRINA” DE SEGURANÇA NACIONAL

Pari passu ao enaltecimento dos chamados direitos humanos, os autores do chamado *Projeto Brasil: nunca mais*, agridem o que qualificam de "Doutrina de Segurança Nacional", ignorando o Artigo 86 de nossa Carta Magna, que assim determina: "toda a pessoa, natural ou jurídica, é responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei".

Querer impor conotações ambíguas em textos correlatos, é mais uma vez demonstração não só de mediocridade mas de torpeza.

Não vejo como assegurar direitos humanos dentro de um Estado inseguro. Se ao cidadão é dado o dever de agir de forma a manter integralmente os valores constitutivos do Estado, a esse mesmo cidadão, por essa mesma forma, é dado o direito de participar ativamente do processo político-econômico-social de seu país e, portanto, de usufruir de outros direitos que daí procedem.

Na *Pequena enciclopédia de moral e civismo*, 2ª edição, 1972, MEC/FENAME, pág. 596, com muita originalidade encontramos um conceito de Segurança Nacional, como sendo: "o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, a despeito de antagonismos ou pressões existentes ou potenciais.

(. . .) "Antagonismos e pressões podem ser consideradas: a) a guerra psicológica adversa; b) o emprego de propaganda e contrapropaganda; c) ações nos campos políticos e econômicos, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos contra a consecução dos objetivos Nacionais; d) guerra revolucio-

nária inspirada pr uma ideologia que visa à conquista do poder. Além do conceito estático de Segurança Nacional, há um conceito dinâmico, no sentido de atender aos objetivos do bem comum e bem-estar através da preservação dos direitos individuais e políticos, proteção à família, educação, cultura e desenvolvimento econômico e social”.

Vê-se, pois, que o sentido intrínseco e extrínseco de Segurança Nacional revela-se na manutenção da ordem Estatal (povo, território e governo), para a busca de ideais comuns.

No Brasil, essa “doutrina” advém de texto legal e não de invencionismos desse ou daquele organismo, ou da Escola Superior de Guerra. Esta, por sua vez, subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, cumpre sua missão de proporcionar estudos de alto nível, necessários ao trato dos problemas de desenvolvimento e segurança nacionais, bem como outras funções no preparo de oficiais superiores das três armas.

Nossa atual Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170, de 15 de dezembro de 1983); nos seus 35 Artigos, define o mínimo de resguardo que um Estado na situação do nosso deve auferir-se.

E por que nossa LSN é tão atacada? Em primeiro lugar devo dizer que a LSN não tem fugido à regra geral, ou seja: simplesmente não é aplicada. Mas, trata-se de um texto legal devidamente discutido, aprovado, publicado e vigente que incomoda sobremaneira os agentes da subversão, como a Lei sobre Entorpecentes leva inquietações aos traficantes.

Um dos objetivos básicos do MCI é atacar qualquer empecilho legal que dificulte seu avanço. Concomitantemente, prega o uso da lei para usufruir benefícios — como é o caso dos chamados direitos humanos. Com essa bandeira, dão ao homem — “esse animal político” — um sentido tão universalista a ponto de despir-lhe de nacionalidade e de fronteiras que o delimite, usufruindo apenas de direitos. Quero crer que essa filosofia advém, provavelmente, das “libertas repúblicas soviéticas”, de um “Arquipélago Gulag”, ou, de um Muro de Berlim...

Não há em nossa LSN um artigo sequer que venha de encontro aos direitos humanos. Agora, não é possível admitir — digo o especialmente aos autores de *Brasil: nunca mais* — que a incitação à subversão da ordem política e social e à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis ou mesmo a promoção de invasão de terras particulares, ao arrepio da lei, estejam sob o “guarda-chuva” dos direitos humanos. Particularmente, na qualidade de humano, não entendendo direitos confundidos com ações criminosas.

Com o advento da “Nova República”, ventilou-se a substituição da atual LSN por um novo ordenamento. O então ministro da Justiça, Fernando Lyra, que, segundo ele próprio “adora comunistas”, e que durante sua gestão, em detrimento à imparcialidade de seu alto cargo, ouviu e obedeceu a diretrizes de lideranças de um partido do quilate do PT, e, relações facciosas como o Projeto *Brasil: nunca mais*, no tocante a prováveis torturadores (caso da anulação da nomeação de um delegado do DPF para Fortaleza — Veja nº 908, pág. 29, de 29/1/86), pretendia criar a chamada LEI DE DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO, e, mais do que isso, jurisdicioná-la na competência da Justiça Civil.

Não há de se atribuir a um ministro da Justiça o desconhecimento sobre o estafante e moroso desempenho da Justiça Civil pela sobrecarga de processos. Fica evidente a propositada intenção de excluir do âmbito da área militar, qualquer ingerência ou influência sobre processos oriundos de crimes contra a Segurança Nacional.

Acredito que o atual ministro da Justiça, doutor Paulo Brossard, pela sua experiência e pela sua cultura jurídica, na eventualidade de um novo projeto sobre LSN, dê o respeito, a seriedade e a rigidez necessária para tão relevante matéria.

Por outro lado, não vejo fundamento na sustentação das “esquerdas” na necessidade de uma nova Lei de Segurança. Como frisei, ela existe, mas não é aplicada. Hoje, no território Nacional, atuam livremente organizações como um MR-8, um PRC, um MCR, um PCBR, etc — organismos estes mais do que ilegais, atentatórios à nossa segurança. Mais razões teríamos nós para exigir a volta atuante e legal dos DOI-CODIs, estes sim oriundos dos que realmente são responsáveis pela segurança do Estado.

Não se entende, da mesma forma, que, há mais de vinte anos, lideranças religiosas divulgam manifestos pelos direitos humanos, pelo fim da censura e, mais precisamente, condenando a Lei de Segurança Nacional. No entanto, diante de um filme como *Je vous salue Marie*, agitam-se nossos prelados como se tal exibição viesse causar o desmoronamento de toda a doutrina Cristã.

Por que essa preocupação? Ora, devemos concluir que também — e de maneira prepotente — opera no seio da Igreja um dispositivo de segurança a seus dogmas, tal qual os resguardos de qualquer Estado constituído.

TERCEIRA PARTE

A SUBVERSÃO

Ao prefaciар *Brasil: nunca mais*, assim se expressa o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns:

“1 — Durante os tempos da mais intensa busca dos assim chamados ‘subversivos’, atendia eu na Cúria Metropolitana”...

Na medrosa fuga ao enquadramento do termo “subversivo”, inconscientemente, traiu-se o prefaciador.

Não me entusiasma a idéia de ditar a um homem culto, a etimologia e a abrangência da palavra em questão.

É óbvio que para os simples e inominados agentes ativistas, o termo irradia conotação honorífica. Pode parecer deveras incômodo e até pejorativo, no entanto, para a singularidade dos que ostentam sobre o peito um vistoso crucifixo.

A par disso, engajados às investidas de desestabilizar as bases tradicionais ou conservadoras, alastra-se a corrente dos que se intitulam apenas socialistas.

Na verdade, no Brasil, pode-se classificá-los em dois grupos: o dos invejosos e o dos ignorantes. Aqueles, incapazes de conquistar espaços e de formar um patrimônio próprio, ficam a desejar as coisas alheias; estes, através de suor alheio (heranças) tornam-se donos de consideráveis fortunas, e julgam necessário reparti-las com os que nada possuem. Poderíamos ainda citar outro grupo — o dos mentirosos. Muitos desses, verdadeiros burgueses, são líderes importantes do PCB.

Há pouco tempo tive uma discussão com uma advogada e fazendeira do interior do Rio Grande do Sul. Dizia-me ela: “a solução está no Socia-

lismo Moreno". Enquanto houver essa bárbara defasagem entre ricos e pobres, não haverá justiça social". Concordei, e acrescentei: há realmente pontos em comum entre a colega e o "líder" do "Socialismo Moreno" — ambos são fazendeiros. No entanto, há um detalhe a observar: o conhecido "idealista" do "milagroso sistema", possui grande patrimônio na República do Uruguai, o que lhe torna imune — por parte de brasileiros — de uma ocupação com objetivo social. A colega, por sua vez, terá em mim um dos primeiros a exigir um bom pedaço de terras. . . Nossa discussão acabou aí!

É pesaroso saber que bacharéis em Direito e advogados militantes, tenham um raciocínio tão mentecapto. E é exatamente na classe dos advogados que encontramos os mais ardorosos defensores do socialismo. Talvez, para esses, a maior validade desse trabalho, montado de forma didática, simples, objetiva, para que possa ser assimilado sem maiores hermenêuticas.

Alguém poderia questionar: como falar em subversão se há legalidade para os PCs? Há somente dois partidos comunistas legalizados, o PCB e o PC do B. A subversão desses partidos não está na legalidade. Dar uma fachada legal a um partido comunista no Brasil pode significar um engodo ou uma estratégia. Ora, com candidatos próprios, através do voto, tais partidos jamais chegarão ao poder. Eles, os comunistas, sabem disso. Desse ângulo, é um engodo. Quanto à estratégia, penso eu, são concessões de uma época de transição — com a qual radicalmente não concordo.

De qualquer maneira, procura-se aqui descrever "o quê" é a subversão, "por que" é aplicada, "como se desenvolve", "quem" a emprega, "quando" ocorre, "para que" é utilizada e "onde" tem curso. Tudo dentro da ótica de que se considera subversão o processo mais empregado contemporaneamente pelo MCI para subjugar o mundo livre, braços dados com a violência.

O presente trabalho oferece um pequeno arsenal para os que pretendem combater o comunismo. Todavia, muito mais que o conhecimento adquirido sobre "quem é quem" e "o que pretende" na subversão, valerá a vontade férrea de neutralizá-la.

1. Introdução

“Subversão (do latim ‘subversione’) – (...) 3. Destruição, transformação da ordem política, social e econômica estabelecida; revolução”. (Aurélio Buarque de Holanda).

“... técnica de enfraquecimento do poder e da desmoralização dos cidadãos; (...) fundamentada no conhecimento das leis da psicologia e da psico-sociologia porque visa tanto à opinião pública quanto ao poder e às forças armadas de que este dispõe; (...) ação sobre a opinião por meios sutis e convergentes (...)”. (Roger Mucchieli – *A subversão* – Mundo Cultural, São Paulo, Brasil, 1979).

À medida em que se aperfeiçoa democraticamente o sistema político brasileiro, menos ressonância encontram, junto à opinião pública, os que clamam contra a escalada subversiva, de vez que parece ter sido a sociedade persuadida de que “a subversão acabou”. Lamentavelmente, a primeira conclusão que se pode tirar, diante da constatação desse fenômeno, é a de que a subversão, muito ao contrário, vem de a atingir exatamente seu objetivo maior, que, como o do proverbial demônio, consiste precisamente em fazer crer que não exista.

Mas afinal, o que vem a ser subversão? Os conceitos acima reproduzidos são abrangentes, não estando condicionados a regimes políticos. Portanto, a “transformação da ordem política” tanto pode ser considerada como “subversão” nos países democrático-capitalistas como nos dominados pelo comunismo, independentemente das ideologias adotadas respectivamente por agressores e vítimas.

O presente estudo se volta para a análise da subversão no Brasil. Por esse motivo, a adjetivação de “subversivos” se aplicará, ao longo de todo o

trabalho, aos agentes nacionais e internacionais do comunismo ou de ideologias assemelhadas, que com ele guardem o ponto comum do horror ao lucro, à iniciativa privada, à propriedade privada, ao pluralismo político e, em contrapartida, privilegiem a estatização, a burocratização, o monolitismo político e o utópico igualitarismo social, tão propalado, tão prometido, sempre postergado, jamais alcançado.

É, pois, fundamental, para a compreensão deste estudo, a aceitação do fato indiscutível de que os comunistas insistem em tentar a tomada do poder no Brasil.

A fim de mais facilmente enfocarmos o problema da "Subversão", seguiremos a trilha das "indagações fundamentais": "Por quê?", "Quê?", "Como?", "Quando?", "Para quê?", "Quem?" e "Onde?".

"Até que os subversivos revelem claramente suas intenções, empenhando-se em propaganda ou em atos de violência, eles nada representam senão uma ameaça imprecisa e potencial e não oferecem um alvo concreto que justifique um esforço de grandes proporções. Uma subversão pode alcançar um elevado grau de desenvolvimento por meios legais e pacíficos, limitando grandemente os lances estratégicos da contra-subversão" (*Teoria e prática da contra-rebelião*, DAVID GALULA).

2. Por quê

A subversão não é um fim, mas um meio. Ela existe porque alguém conhece seu poder e deseja empregá-lo. E deseja empregá-lo porque pretende tomar o poder, em um ou mais Estados soberanos.

Caberia aqui um outro "por quê?", retroativo. "Por que" desejaria alguém tomar o poder em um Estado soberano? A essa questão, só se pode responder por meio do testemunho da História, com o apoio da Filosofia, da Psicologia, da Sociologia e outras ciências. Alexandre, Napoleão, Hitler e outros sonharam, cada um a seu tempo, constituir impérios mundiais. Fenômeno idêntico ocorre hoje com os próceres do Movimento Comunista Internacional.

Esse anseio de poder é inerente ao homem e suas manifestações são encontradas ao longo da História. O comunismo nada mais é que a manifestação contemporânea desse anseio, e, como ensina a História, mais cedo ou mais tarde tenderá a esboroar-se, como se esboroaram os impérios romano, macedônio, napoleônico e o III Reich.

Compreendida, ao menos em tese, essa "necessidade de poder", enfim, esse "por quê?", busque-se agora visualizar o posicionamento da subversão dentro da estratégia traçada para essa tomada do poder.

Descartada a hipótese de se chegar ao poder pelas vias convencionais, ou seja, as eleições, dentro de um sistema democrático e pluripartidário, resta apenas uma outra forma de alcançar esse objetivo: a via revolucionária.

Inexiste o país onde o comunismo tenha chegado ao poder pelo voto. Em todos os estados ditos comunistas, a tomada do poder se fez pela via revolucionária.

À tentativa, pois, de indivíduos ou grupos, de tomar o poder por meios que não os tradicionalmente aceitos, convencionou-se denominar "Movimento Revolucionário" (MR).

Muitos podem ser os métodos ou "táticas" empregados pelos MR, em sua escalada para a conquista do poder. Podem, todavia, ser agrupados em duas grandes "vertentes":

- A agressão física, individual ou coletiva, localizada ou internacionalizada, de proporções variáveis; a isso se denomina "Violência", que pode variar desde o terrorismo indiscriminado até a guerra convencional.

- A agressão psicológica, consistindo de medidas diversas de cunho psicológico, propagandístico e doutrinário, voltadas para a conquista do apoio da população do Estado-alvo à causa do MR; a isso se denomina "Subversão".

Portanto: a subversão consiste no emprego planejado da propaganda e de outras ações, principalmente de cunho psicológico, com o objetivo de obter o apoio da população para um movimento revolucionário.

Os antagonistas mundiais da atualidade fazem com que não haja mais guerras revolucionárias autônomas. Qualquer que seja o objetivo buscado por um grupo em revolta, encontrará sempre apoio externo, seja de um lado ou de outro.

Para o mundo ocidental, que se ressentia de uma ideologia comum, esse tipo de guerra, que mobiliza os espíritos através da propaganda, é o mais difícil de ser combatido, pois envolve medidas econômicas, políticas e sociais, muito mais que o emprego da força, fato que muitos governantes ignoram.

"A guerra é por essência política e não somente militar, isto é: é absurdo confiá-la a militares, a políticos e a soldados profissionais; ela é uma vontade política que se utiliza dos meios militares, e os povos envolvidos no conflito representam neste um papel específico; (. . .) esse moral (dos exércitos) será tanto mais baixo se ele estiver cercado da desconfiança, do desprezo e da desconsideração públicas; a guerra deve ser total, o que quer dizer que a *propaganda, a ação sobre as populações, contágio ideológico*, representam aí o seu papel; as *armas psicológicas são superiores ao armamento militar*" (Clausewitz, *Da guerra*).

3. O Quê

Comumente se afirma que o gérmen do comunismo brotou de Karl Marx, Friedrich Engels e outros, por força da indignação destes contra as injustiças de que era vítima a classe operária, logo após o despontar do “capitalismo selvagem”, fruto da Revolução Industrial que se alastrou pelo mundo, a partir do século XVIII (o “século das luzes”), com raízes, sem dúvida, nas Revoluções Inglesa, Americana e Francesa.

Inspiraram-se, Marx e Engels, basicamente nas idéias de Friedrich Hegel (“a dialética histórica”) e Ludwig Feuerbach (“o materialismo histórico”), que, sintetizadas, serviram de base à formulação da ideologia comunista, traduzida pelo “materialismo dialético”.

Segundo Hegel, o processo evolutivo da humanidade ocorre por meio do confronto de idéias (“teses”) com outras que lhe são antagônicas e delas brotaram (“antíteses”), gerando uma nova idéia (“síntese”). Essa “síntese”, ao nascer, de imediato se transformaria em nova “tese”, que por sua vez geraria sua “antítese”, e, do confronto entre ambas, despontaria nova “síntese” e assim por diante, “ad infinitum”. Esse, em resumo, é o significado da “dialética histórica”.

De Feuerbach, extraíram Marx e Engels a concepção unicamente materialista da História da Humanidade, ou seja, a negação absoluta dos valores espirituais, em favor dos materiais. Esse, em resumo, é o significado do “materialismo histórico”.

A História da Humanidade, pois, segundo Marx e Engels, seria a história da *luta pela posse dos bens materiais*, ou, mais especificamente, a luta pela *posse dos meios de produção dos bens materiais*. Essa luta, ou “confronto”, se daria, desde os tempos das cavernas, entre os *proprietá-*

rios dos meios de produção e os utilizadores desses meios, o que vale dizer: entre patrões e empregados; entre o capital e o trabalho; entre “exploradores” e “explorados”; entre “classe dominante” e “classe dominada”; entre “burguesia” e “proletariado”.

A esse confronto, denominou Marx de *luta de classes*, classificando-a, “*ipsis litteris*”, de “motor da história”. Esse, em resumo, é o significado do “materialismo dialético”.

Para Marx, a “burguesia” é a “tese”; o “proletariado”, a “antítese”; do confronto entre ambos, ou “luta de classes”, resultaria uma síntese final, traduzida pela situação de *trabalhadores no poder*, já que a classe operária, por ser mais numerosa, “venceria” o confronto. Daí resulta a contradição primeira do comunismo: se o processo dialético é infinito, não pode haver uma “síntese final”. A nova “tese” de “trabalhadores no poder”, dentro da concepção marxista, geraria imediatamente uma sua “antítese”, que com ela se confrontaria. Marx morreu sem explicar como conseguiu dar fim ao que chamou de infinito.

A subversão, pois, é um processo destinado a fazer crer à população que seus dirigentes a *exploram* e é preciso *mudá-los*, para chegar ao utópico Estado Comunista, onde, segundo Marx, se concederia “a cada um segundo suas necessidades” e se obteria “de cada um segundo suas capacidades”. Esse estágio ainda não foi atingido por qualquer país dito comunista.

“Em resumo, os comunistas apóiam em toda parte qualquer *movimento revolucionário* contra o estado de coisas social e político existente.

“Em todos estes movimentos, põem em primeiro lugar, como questão fundamental, a *questão da propriedade*, qualquer que seja a forma, mais ou menos desenvolvida, de que esta se revista.

“Finalmente, os comunistas trabalham pela união e entendimento dos partidos democráticos (*) de todos os países.

“Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins. Proclamam abertamente que *seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente*. Que as classes dominantes tremam à idéia de uma *revolução comunista*! Os proletários nada têm a perder nela a não ser suas cadeias. Têm um mundo a ganhar. PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNIVOS!” (*Manifesto do Partido Comunista* — Karl Marx e Friedrich Engels, LONDRES/INGLATERRA, 1848).

(*) — O significado do termo “democrático” nada tem a ver com o senti-

do pluralista que lhe é atribuído no mundo livre; para os comunistas, “partidos democráticos” são os partidos comunistas.

4. O Como

Se Marx e Engels construíram o arcabouço teórico do comunismo, Vladimir Ilich Ulianóv ("Lénin") e Lev Davidovich Bronstein ("Leo Trotsky") puseram-no em prática.

O pragmatismo de Marx se limitou à criação, em 1864, da I Associação Internacional de Trabalhadores, ou I Internacional, que seria um "partido comunista mundial", capaz de unificar a classe operária em todos os países.

Foi extinta em 1876 e, durante sua vigência, apenas um episódio foi digno de registro: a chamada Comuna de Paris, em 1871, quando o poder esteve nas mãos dos operários durante umas poucas semanas.

Engels procurou dar continuidade ao trabalho de ambos, após a morte de Marx (14 de fevereiro de 1883), criando, em 1889, a II Internacional, extinta em 1914, às vésperas da I Guerra Mundial.

Acreditavam os comunistas que os operários dos países em conflito não guerreariam uns com os outros, em virtude do princípio comunista que ainda hoje reza "ser a classe operária internacionalista". Todavia, prevaleceu o sentimento patriótico, e os operários de diferentes países pegaram em armas para por eles lutar, liquidando, assim, com as pretensões comunistas.

No decorrer da I Guerra Mundial, Lénin e Trotsky promoveram as duas revoluções russas, respectivamente em fevereiro e outubro de 1917 (pelo calendário juliano). Após a primeira, foi alçado ao poder um "governo democrático-burguês" (GDB), liderado por Kerensky. Em outubro, foi derrubado o regime kerenskiano, subindo Lénin ao poder, onde permaneceu até 1924, quando veio a falecer.

O significado de “democrático”, na expressão “democrático-burguês”, é o adotado pelos comunistas. O GDB, portanto, seria um governo de *transição*, parte ainda “aburguesado”, ou “trazendo alguns vícios do regime recém derrubado” e parte já “democratizado”, ou seja, já voltado para a implantação do comunismo. Sobre essa “transição” se falará mais adiante.

Da concepção teórica marxista de “dialética”, extraiu Lênin o sentido prático de *dualidade de poder*.

O leninismo se reduz à criação da dualidade de poder em todos os níveis organizacionais da sociedade, promovendo o “confronto” entre a *direção* de um organismo associativo qualquer (“tese”) e a *massa de dirigidos* (“antítese”), liderada por uma fração do partido comunista, visando à vitória desta (“síntese”).

A teoria dialética, consubstanciada na “práxis” do estabelecimento da “dualidade de poder”, pode resultar em duas formas principais de condução do Movimento Revolucionário (MR).

Recorde-se que o MR se utiliza do binômio de forças “Subversão-Violência”. As duas formas referidas dizem respeito à *preponderância* de uma das duas forças mencionadas:

- Se preponderar a *violência*, diz-se que o movimento adotou a trilha da “*luta armada*”;

- Se preponderar a *subversão*, diz-se que o movimento adotou o caminho do “*massismo*”.

Essa segunda forma, proposta por Nikita Krushev durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, foi hipocritamente denominada de “via pacífica”, demonstrando a *preponderância da subversão até mesmo em sua nomenclatura*, pois fez crer aos incautos que os comunistas tinham aderido à chegada ao poder por via eleitoral, o que *jamaiz aconteceu*.

É primordial ter sempre em mente que: o processo violento, ou da luta armada, não prescinde da subversão; e o processo “massista” não prescinde da violência. Ela ocorrerá nos estágios finais do movimento revolucionário, como sempre ocorreu. “Subversão” e “violência” não são mutuamente excludentes, mas forças complementares, partes de um mesmo todo.

Em qualquer dos casos, o princípio teórico da dialética e seu sentido prático da dualidade de poder se manifestam de alguma forma:

- Na luta armada, pela criação de Zonas Liberadas, ou seja, porções

do território do Estado-alvo, dele desmembradas pelo domínio de uma força comunista, guerrilheira ou convencional; essa zona liberada passa a se constituir em um país dentro do país, questionando a autoridade do Governo do Estado-alvo. Essa situação permite que outros países apoiem às claras o MR, dando-lhe forças para prosseguir em sua escalada.

— No “massismo”, pelo questionamento progressivo da autoridade, no interior dos múltiplos organismos em que se associa a sociedade civil.

Para explicar melhor o significado da “dualidade de poder”, na via “massista”, é interessante analisar os escritos de Antonio Gramsci, fundador do Partido Comunista Italiano (PCI) e considerado o maior ideólogo comunista depois de Lênin. Outras “teorias” haverá, diferenciando-se de Gramsci em seu aspecto processual. Todavia, a essência é a mesma, qual-quer que seja a linha comunista que se busque compreender.

Para Gramsci, o Estado “burguês” pode ser visualizado de duas maneiras diferentes:

a) *Quanto às formas de associação da sociedade:*

- *Sociedade Civil*, integrada pelos colégios, clubes, fábricas, sindicatos, associações de moradores, Igreja etc.
- *Sociedade Política*, constituída pelo Governo (“burguês”), suas Forças Armadas e sua “burocracia” (Ministérios, órgãos públicos).

b) *Quanto à divisão em classes sociais:*

- *Burguesia* (“os opressores”);
- *Classe média*; e
- *Proletariado* (“os oprimidos”).

A estratégia de Gramsci prevê, para a vitória da revolução proletária, dois caminhos subseqüentes:

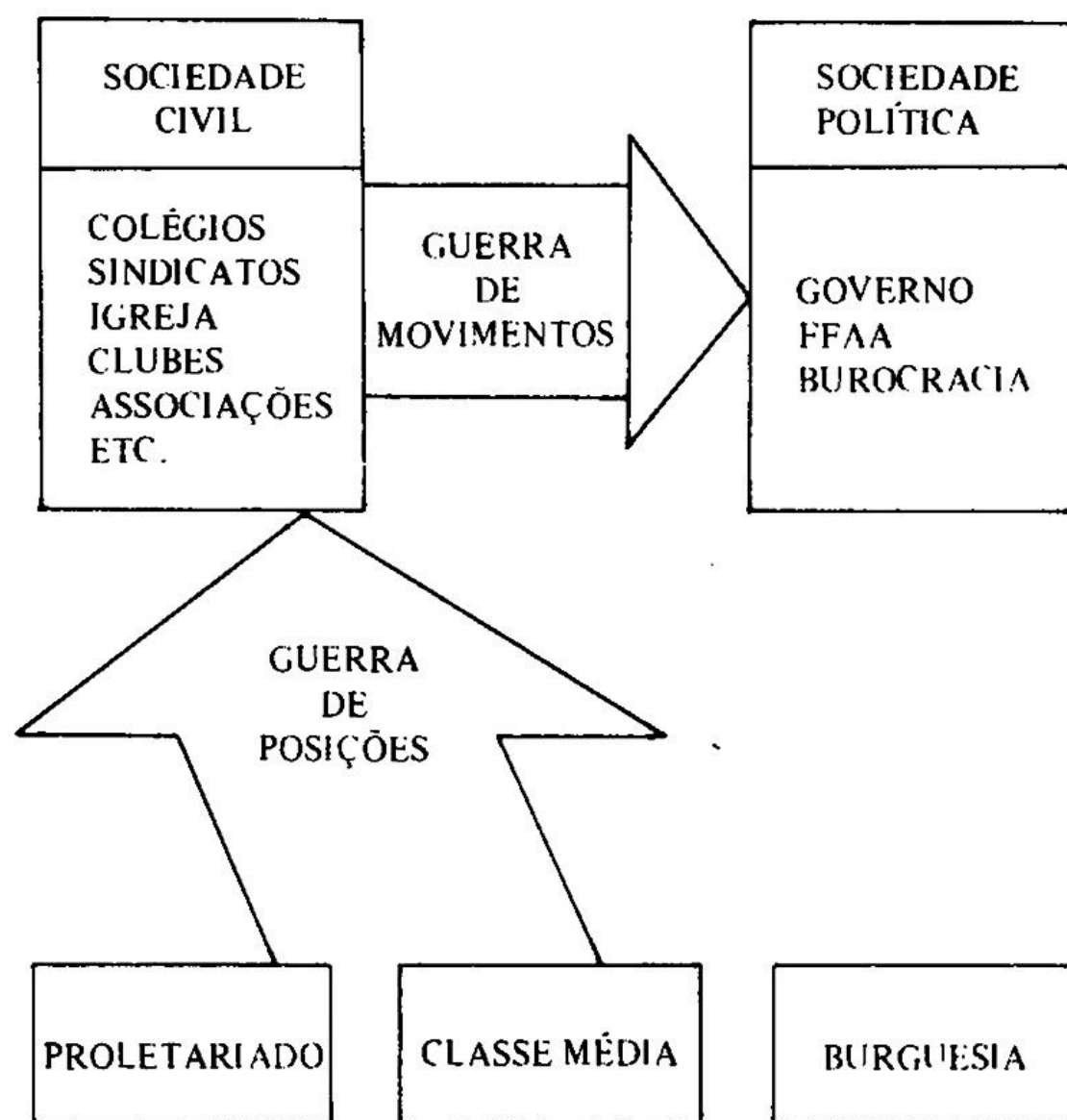
— A “guerra de posições”, em que o proletariado ocuparia espaços na sociedade civil, isto é, se organizaria, arrastando consigo a classe média e isolando a burguesia.

— A “guerra de movimentos”, em que proletariado e classe média organizados se mobilizariam em direção à Sociedade Política e à burguesia a ela ligada, arrebatando-lhes o poder.

Por mobilizações entendam-se movimentos de massas reivindicatórios, ou seja, greve, atos públicos, manifestações diversas etc.

Essas mobilizações sofrem uma gradação, pregada por Lênin, de que se falará oportunamente.

A ESTRATÉGIA DE GRAMSCI:



As estratégias da “guerra de posições” e da “guerra de movimentos” se traduzem em *táticas*, que podem ser resumidas nas seguintes *ações*: infiltrar, organizar, doutrinar, mobilizar.

Essas táticas são emolduradas por uma técnica – de “agitação e propaganda” ou “AGITPROP” – assim definida por Lênin:

“Agitação: poucas palavras para muitas pessoas; e

Propaganda: muitas palavras para poucas pessoas”.

A definição leninista deixa à mostra sua idéia central: mobilizar grandes contingentes humanos (“massas”) por meio de palavras-de ordem (“poucas palavras”, expressões simples, “slogans”), sob a liderança de uma vanguarda altamente intelectualizada, politizada e doutrinada (“muitas palavras para poucas pessoas”).

Essa vanguarda revolucionária das massas é o próprio Partido Comunista (PC).

Analisemos agora cada uma das “ações” ou “táticas” separadamente.

– *Infiltrar* significa introduzir, em cada organismo associativo da sociedade civil, militantes do PC, estruturados em uma Organização de Base (OB), que terão a si atribuídas as tarefas subseqüentes de *organizar, doutrinar e mobilizar* os integrantes do organismo em pauta, questionando a autoridade de seus dirigentes, isto é, instaurando a *dualidade do poder*, até que esse poder esteja nas mãos, de fato, ou de direito, não da *massa de dirigidos*, como é sobejamente propalado, mas da *fração do PC* que serviu de *vanguarda* a essa *massa*, sublevando a.

– *Organizar* significa *unir a massa de dirigidos* no maior número possível de associações, buscando o PC controlar essas associações.

– Se as associações já existirem, os comunistas nelas se *infiltrarão*. Se não existirem, os comunistas as *criarão*.

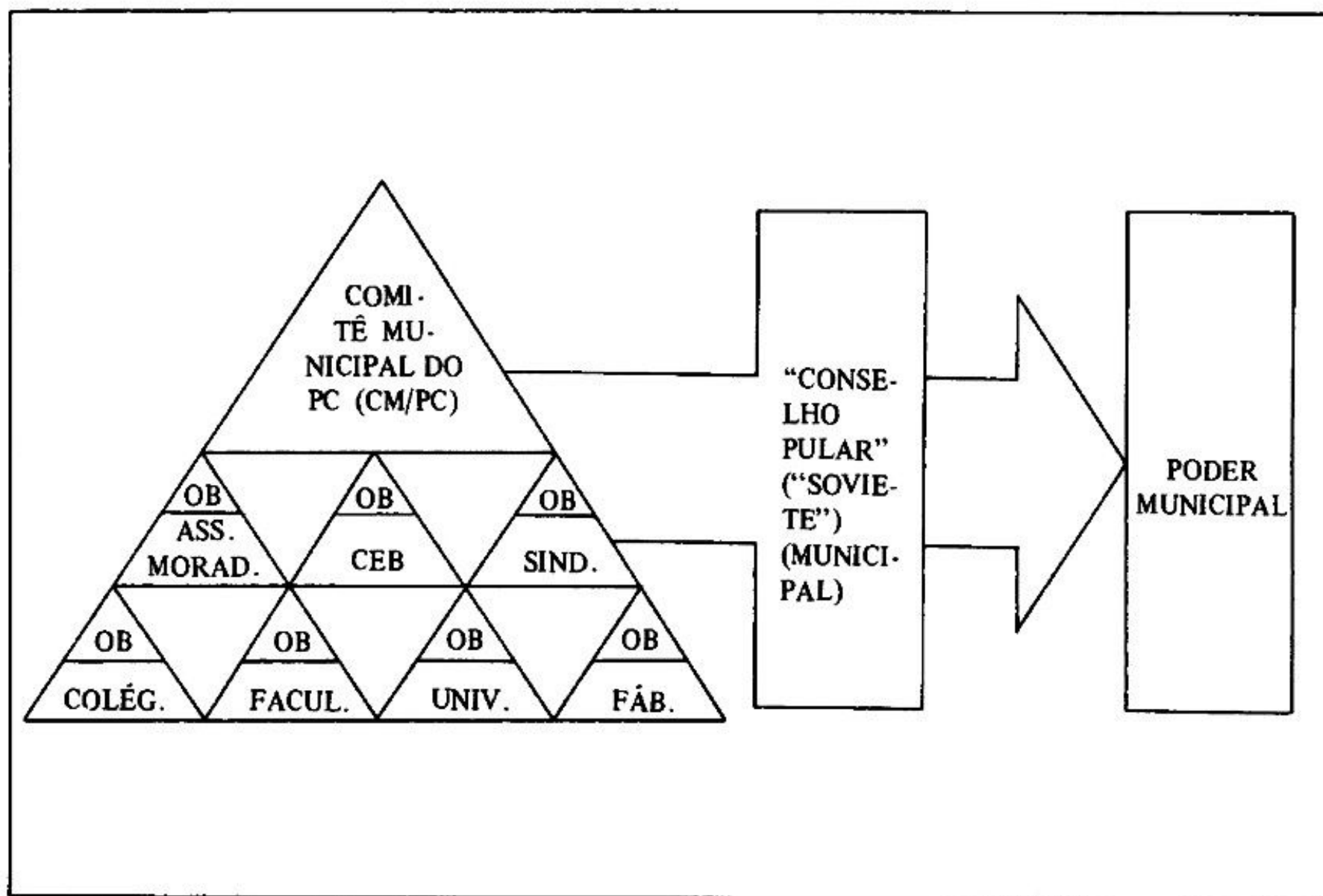
A organização obedece a critérios hierárquicos, geográficos e setoriais. O gráfico ilustra parcialmente a ação de *organizar*.

CRITÉRIO HIERÁRQUICO	CRITÉRIO GEOGRÁFICO	CRITÉRIO SETORIAL		
ORGANIZAÇÃO E BASE DO PARTIDO CO- MUNISTA (OB/PC)	LOCAL	COLEGIO SECUNDARISTA DIREÇÃO GRÊMIO ESCOLAR	FACULDADE DIREÇÃO DIRETÓRIO ACADÊMICO (DA)	UNIVERSIDADE REITORIA DIRETÓRIO CENTRAL (DCE)
		FÁBRICA DIREÇÃO COMISSÃO DE FÁBRICA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DIREÇÃO MORADORES	SINDICATO DIREÇÃO CORRENTE DE OPosição

Esse raciocínio pode ser estendido para níveis cada vez mais superiores:

— No Município, haverá um Comitê Municipal do PC, ligando-se, por exemplo, a uma União Metropolitana de Estudantes Secundaristas, a uma Federação Municipal das Associações de Bairros, a uma Intersindical que una os diversos sindicatos do Município a um organismo qualquer que dirija, no Município, as instituições de cunho religioso, como as Comunidades Eclesiais de Base, e aos vereadores e membros do executivo municipal, militantes de organizações subversivas.

A organização começa a assumir um aspecto piramidal:

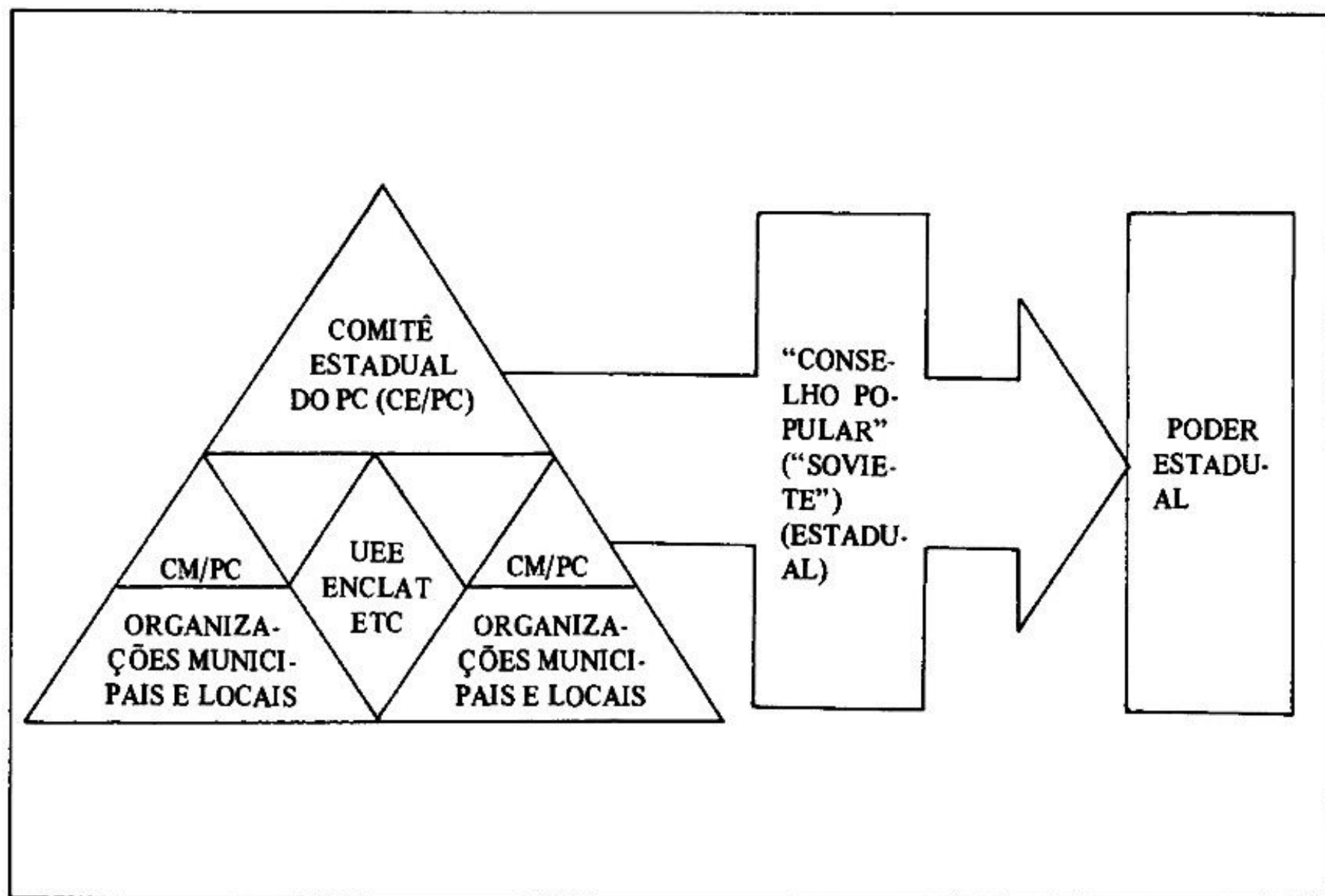


A união de todos esses organismos é feita em um “Conselho Popular”, que passa a questionar a autoridade do Governo Municipal, ou seja, instaura no Município a dualidade de poder.

Esse “conselho” nada mais é que o “soviete” (conselho, em russo) de que fala Lênin, como sendo a base da revolução proletária.

— No Estado, o sistema é o mesmo, variando as denominações.

O PC se estrutura em “Comitês Estaduais” ou “Regionais”; os estudantes universitários, em “Unões Estaduais de Estudantes”, o mesmo ocorrendo com os secundaristas; os sindicatos, em “Encontros Estaduais das Classes Trabalhadoras”, ou “Comissões Estaduais Pró-Central Única dos Trabalhadores”; e assim por diante. A pirâmide se amplia, englobando também parlamentares e membros do executivo estadual “infiltrados”.



Como no nível Municipal, procura-se entrelaçar todos esses organismos por meio de um "Conselho" estadual.

Finalmente, a nível nacional, ter-se-á: o Comitê Central (CC) do PC liderando as massas; uma Central Única de Trabalhadores (CUT), emmassando a classe operária; uma União Nacional de Estudantes (UNE), emmassando a classe estudantil; um "Comando de Trabalhadores Intelectuais" (CTI), amalgamando esse segmento social; uma Confederação Nacional das Associações de Moradores; uma Frente Parlamentar, composta de deputados federais e senadores identificados com as idéias do PC, nele militando ou não; e outras formas de associação, como os conhecidos movimentos de "defesa do meio ambiente", "defesa dos presos", "defesa dos direitos humanos", "defesa de minorias étnicas e sociais" etc, todos estruturados nacionalmente, à maneira "piramidal" acima ilustrada.

Toda essa massa populacional será mobilizada contra o Governo e o regime, apresentando uma série de reivindicações políticas, doutrinada que terá sido para tanto.

Doutrinar, ou executar o "trabalho de massa", tem o sentido de incutir, na mente das massas, os princípios da ideologia marxista, como se fossem a solução para todos os problemas do mundo, e, simultaneamente, vincular um sentimento generalizado de ódio contra o Governo e o regime constituídos.

O objetivo básico da doutrinação, pois, é levar as massas à crença de que "este Governo e regime não prestam mais e é preciso mudá-los", bem como persuadi-las quanto à "inevitabilidade da revolução".

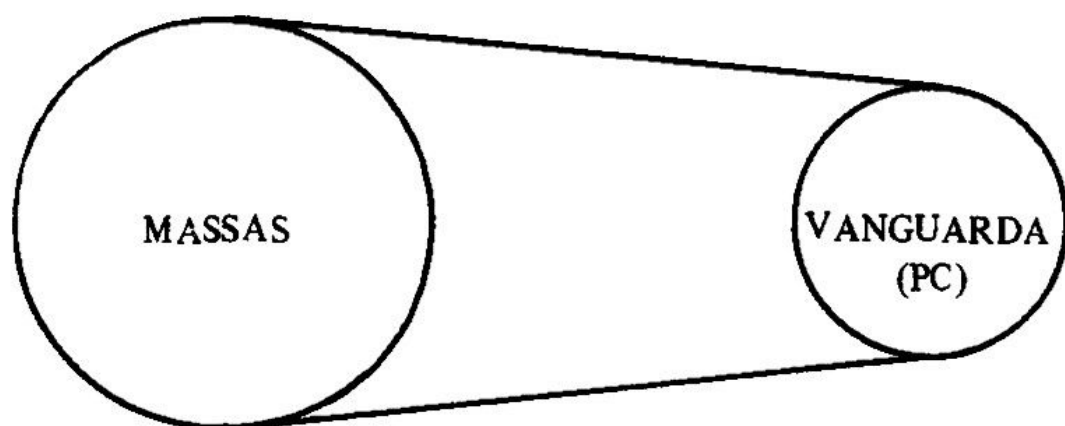
O "trabalho de massa" é eminentemente *persuasivo*, cabendo aqui distinguir entre o que venham a ser as ações de *persuadir* e *convencer*.

A ação de convencer se dá sobre o intelecto, mas não sobre a vontade; assim, um homem pode estar convencido de que o comunismo é a solução para todos os males, mas isso não significa, necessariamente, que ele agirá no sentido de colaborar para a instauração do comunismo.

Por outro lado, a ação de persuadir se dá sobre a vontade das pessoas; assim, mesmo que as massas não estejam convencidas do "bem" que representa o comunismo, elas agirão em benefício da instauração do mesmo, sem se darem conta de que estão sendo conduzidas para isso.

Esse trabalho de persuasão é obtido por meio de um método que ficou conhecido como o das "correntes de transmissão" ou "cadeias de transmissão", ilustrado pela figura abaixo:

**CAPTAÇÃO DE REIVINDICAÇÕES LEGÍTIMAS E/OU
INSATISFAÇÕES POPULARES, LEVADAS
POR “INDIVÍDUOS SELECIONADOS”.**



**RESTITUIÇÃO DE REIVINDICAÇÕES E/OU
INSATISFAÇÕES “POLITIZADAS”, CONDUZIDAS
POR MEIO DOS MESMOS “INDIVÍDUOS SELECIONADOS”**

Resumidamente, o PC, ou fração dele, se posta diante do segmento social que esteja a seu cargo "politizar" e procura captar, entre os integrantes desse segmento, suas reivindicações maiores, as quais normalmente são legítimas – melhores salários, menos carestia, melhores condições para aquisição de casas etc., trazidas por integrantes desse segmento que tenham sido "selecionados" para ser os representantes do PC na massa.

Essas reivindicações legítimas são "processadas" pelos subversivos, saindo dos planos econômico e social para se posicionarem no plano político. Em pouco tempo, todo aquele agrupamento social não estará clamando por "melhores salários", mas "pela derrubada do Governo e do regime", por ter sido persuadido de que só assim obterá os "melhores salários"; os indivíduos "selecionados" manterão o "nível de conscientização política" do agrupamento.

Fenômeno semelhante ocorre em relação às insatisfações populares, que são exploradas da mesma maneira.

Esse enfoque teórico tem, evidentemente, o seu lado prático. A doutrinação é exercida no interior dos sindicatos, igrejas, colégios, faculdades, clubes, associações de classe etc., sempre sob a máscara de "cursos" ou "seminários" sobre "política" (nacional ou internacional), "sindicalismo", "problemas nacionais" etc. Em todas essas oportunidades, dois temas "fundamentais" são sempre ministrados, pelo menos: a idéia de que o Governo e o regime "não prestam" e é preciso substituí-los; os fundamentos teóricos do marxismo-leninismo.

Esse é o sentido da doutrinação, que no binômio "AGIT-PROP", diz respeito ao "PROP", isto é, à propaganda – "muitas palavras para poucas pessoas" (os "indivíduos selecionados").

A outra componente, "AGIT" (agitação), diz respeito mais à ação de mobilizar e se aplica ao conjunto da massa – "poucas palavras para muita gente".

Mobilizar significa levar as massas, doutrinadas, a promoverem greves, atos públicos de protesto, movimentos contestatórios e atitudes semelhantes, de forma a pressionar o Governo a fazer concessões cada vez maiores, nos planos político, social e econômico.

O objetivo estratégico é precisamente o já formulado, promover a dualidade de poder (o princípio teórico da dialética), ou seja, questionar a autoridade do Governo, enfraquecendo-o progressivamente.

É interessante ressaltar que os comunistas não esperam que as massas estejam suficientemente "conscientizadas" para se lançarem em mobili-

zações. Pelo contrário, dentro de seu pragmatismo, crêem que as massas “aprenderão melhor” praticando as mobilizações, o que não deixa de ser verdadeiro.

As reivindicações seguem, geralmente, uma gradação tríplice, na dependência da conjuntura sócio-político-econômico-militar do Estado-alvo, ou seja, quanto mais forte o Governo, mais tímidas as reivindicações e assim por diante:

- Reivindicações “imediatas” (p. ex., melhoria das condições de vida);

- Reivindicações “democráticas” (p. ex., liberdades sindicais e políticas, no sentido de que sejam permitidas quaisquer formas de associação, nesses setores);

- Reivindicações “de transição”. Estas são as que, efetivamente, não podem ser concedidas por um sistema democrático-capitalista, sem que se alterem profundamente suas bases política e econômica. São apresentadas quando o espoucar da revolução proletária é iminente. Um exemplo dessas “reivindicações” seria a “sindicalização da tropa e eleição de todos os postos de comando das Forças Armadas”.

Por incrível que possa parecer, essa reivindicação foi levantada em uma resolução política de uma organização subversiva brasileira, que pretendia “colaborar” com o projeto político do Partido dos Trabalhadores (PT).

Infiltrar — organizar — doutrinar — mobilizar; instaurar a dualidade de poder, do distrito ao país, da fábrica à confederação. Agitar e propagandear o marxismo-leninismo: eis a síntese do “como” subverter um povo.

“O poder aos soviets significa uma transformação radical de todo o velho aparelho de Estado (...); significa a eliminação do dito aparelho e sua substituição por outro novo, popular (...), o dos Sovietes, isto é, uma maioria organizada e armada do povo: operários, soldados e camponeses...” (Lénin, *Todo o poder aos Sovietes !*)

“Todo sacrifício deve ser feito, os maiores obstáculos devem ser ultrapassados, a fim de levar a agitação e a propaganda, sistematicamente, perseverantemente, persistentemente e pacientemente, precisamente a essas instituições, sociedade e associações — até os mais reacionários — às quais as massas políticas ou semipolíticas pertençam (...) A principal coisa é a propaganda e a agitação em todas as camadas do povo” (Lénin).

5. O Quando

A revolução comunista, ou “revolução proletária” não é desencadeada senão em momento previamente escolhido por seus ideólogos. Ela representa o final do processo subversivo e o início da implantação da “nova ordem”. Isso nos conduz à idéia de um faseamento de toda a ação comunista voltada para a conquista do poder. Deve-se porém ressaltar que essas fases não são estanques entre si, mas comumente se interpenetram, de vez que se constituem em processo convulsivo que envolve todas as expressões nacionais: a política, a econômica, a social e a militar.

Basicamente, consideram os comunistas a existência de duas fases, também conhecidas como “etapas”: a etapa “não revolucionária”; e a “crise revolucionária”.

Ambas são delimitadas pela existência de certas “condições”, denominadas “objetivas” e “subjetivas”.

A combinação dessas condições determinará o grau da “correlação de forças”, isto é, a comparação entre o poder de direito (“burguês”) e o poder dos trabalhadores, ou seja, a “pirâmide” que se mostrou linhas atrás, constituída pelos chamados “organismos populares” e tendo como direção, ou vanguarda, o Partido Comunista.

A instauração da dualidade de poder tem como objetivo demonstrar à população que o poder dos trabalhadores é o poder de fato, pois a cada investida sua (“mobilização”), o governo “burguês” recua; portanto, deve ele ser derrubado, passando às mãos “dos trabalhadores” (leia-se: do Partido Comunista) o poder de direito.

A cada instante do desenrolar do movimento revolucionário, são avaliadas as condições subjetivas e objetivas e declarada a etapa que, em fun-

ção dessas condições, se está vivendo.

Durante a etapa não revolucionária, as condições objetivas e subjetivas não permitem a irrupção de uma insurreição, sendo, portanto, consideradas como tarefas para esse período as ações de Infiltrar, Organizar e Doutrinar, cabendo um papel modesto à ação de Mobilizar, priorizando-se as reivindicações imediatas, ou de primeiro grau.

Como condições objetivas, deve ser entendida a conjuntura sócio-político-econômico-militar do Estado-alvo, a qual pode ser ou não favorável ao Movimento Revolucionário.

Como condições subjetivas, deve ser entendida a “crença das massas na necessidade e na inevitabilidade da revolução”, ou seja, o grau de doutrinação por elas atingido.

A passagem da etapa não-revolucionária para a crise revolucionária foi definida por Lênin como sendo o momento em que “os de baixo não querem mais e os de cima não podem mais viver como dantes”.

As condições objetivas que permitem a abertura da crise revolucionária podem variar de país a país, mas há algumas que são comuns a todos e por isso devem ser ressaltadas:

- A existência de grave crise econômica, gerando o desemprego, a fome, a miséria, a recessão, a inflação elevada e a carestia, o que resulta em grave desprezo da população em relação ao Governo;

- A existência de grave crise político-institucional, que promova a descrença total da população nas instituições nacionais. Segundo vários autores comunistas, o “melhor” dos fatos políticos capazes de gerar crise desse tipo é a derrota do país em uma guerra externa; e

- O divisionismo no seio das Forças Armadas. Reconhecem os comunistas que o maior obstáculo a sua escalada é a existência de Forças Armadas solidamente unidas, bem adestradas e equipadas e com seu moral elevado, pois, nesse caso, só uma intervenção direta de uma potência militar estrangeira poderia levar o Movimento Revolucionário ao sucesso; mas, em contrapartida, a presença de forças estrangeiras em um país pode levar a população a descrer da honestidade dos propósitos do Movimento Revolucionário, fazendo-o abortar.

Uma vez constatadas como favoráveis as condições objetivas e subjetivas e, bem assim, a correlação de forças delas resultante, será chegado o momento de abrir a crise revolucionária que, como foi dito antes, poderá assumir basicamente dois aspectos:

Se proponderar a violência (“luta armada”), iniciar-se-á uma ofen-

siva guerrilheira, com a decretação de “zonas liberadas”; se preponderar a subversão (“massismo”), será deflagrada uma greve geral insurrecional, no decorrer da qual os piquetes de greve armados reagirão à repressão policial, em nome do princípio da “auto-defesa das massas”, que assim passarão por vítimas do governo “burguês”.

A guerra revolucionária objetiva a uma vitória política, mais que uma vitória pelas armas. Esta não é senão a consequência daquela. As duas são inseparáveis.

A vitória da “revolução proletária” conduzirá à instauração de um governo de transição (“Governo Democrático-Burguês”), ou à passagem direta para um “Governo Revolucionário dos Trabalhadores”, na dependência da situação peculiar do Estado-alvo e da linha de pensamento do PC que conduziu a revolução. Em ambos os casos, porém, o PC se instalará no poder e não mais o abandonará.

“1. Nunca *brincar* com a insurreição, mas uma vez esta iniciada, saber firmemente que há de *ir até o fim*;

2. Há que concentrar no local e momento decisivos forças *muito superiores*, porque do contrário o inimigo, melhor preparado e organizado, aniquilará os insurretos;

3. Uma vez começada a insurreição, deve proceder-se com a maior *energia* e passar obrigatória e incondicionalmente *à ofensiva*. A defensiva é a morte de toda insurreição armada.

4. Há que fazer um esforço para surpreender o inimigo, há que aproveitar o momento em que as suas tropas se achem dispersas.

5. Há que fazer um esforço por obter triunfos *diários* (inclusive poder-se-ia dizer que a toda hora, se se tratar de uma cidade), ainda que sejam pequenos, mantendo a todo custo a *superioridade moral*”.

(Lénin — *Postulados da insurreição* — os grifos pertencem ao original).

6. O Para qué

Uma vez vitoriosa a "revolução proletária", instaurar-se-á um novo Governo, seja o "Democrático-Burguês" (que logo será também derrubado) ou o "Revolucionário dos Trabalhadores".

Em qualquer dos casos, será convocada uma Assembléia Nacional Constituinte, que dará partida ao reordenamento político, social, militar e econômico do país.

Tem início então a expropriação da burguesia, ou seja, a abolição da propriedade privada e a passagem, para as mãos dos "trabalhadores" (leia-se: um grupo de burocratas que representa o Partido Comunista), dos meios de produção.

Essa fase, em que os proletários estariam no poder, é conhecida como "ditadura do proletariado", o que significa que os meios de produção estão (ou deveriam estar) nas mãos dos trabalhadores, mas que, na realidade, passaram para as mãos dos burocratas do Partido, que falam em nome desses trabalhadores.

Esse período também é conhecido como "fase inferior do comunismo" ou "Sociedade Socialista", o que causa não pouco freqüentes confusões com o socialismo preconizado pelos partidos "social-democratas" ou "socialistas" que dirigem alguns países da Europa Ocidental. A diferença entre essas correntes será explicada no item "Quem".

Afirma a teoria comunista que, após a superação da fase da "ditadura do proletariado", chegar-se-á ao "Estado Comunista", onde, materializando-se por fim os ideais de Marx e Engels, e mesmo das correntes anarquistas deles contemporâneas ("AN = sem", "ARCHOS = governo"), não haverá mais governo, comércio, moeda, lucro, classes sociais etc. En-

fim, o utópico igualitarismo, onde se constituiria a tão decantada "sociedade sem exploradores nem explorados".

A Constituição da URSS, aprovada dia 7/10/77, durante a Sétima Sessão Extraordinária do Soviet Supremo decretou, em seu preâmbulo, que, "cumpridas as tarefas da ditadura do proletariado, o Estado Soviético converteu-se no Estado de todo o povo".

Julgamos desnecessário comentar essa ridícula afirmação, que os fatos diariamente desmentem.

O objetivo da revolução comunista não é, nem nunca foi, chegar a uma sociedade igualitária, mas sim, escravizar os povos livres ao império soviético. A "ditadura do proletariado" é uma mentira, pois todo o poder pertence ao Estado e ao PC, nunca aos trabalhadores. Essa fase nunca será suplantada, pois os imperadores comunistas jamais abrirão mão de seus privilégios para se tornarem iguais a seus conterrâneos escravizados. Inexistem, pois, países "comunistas". O que existe é uma imensa ditadura imperialista imposta pelo Partido Comunista da União Soviética a um número cada vez maior de países.

"As revoluções socialistas, de libertação nacional, antiimperialistas, democrático-populares, os vastos movimentos camponeses, a luta das massas populares pelo derrubamento dos regimes fascistas e tirânicos, os movimentos democráticos gerais contra o jugo nacional, tudo isto se une num único processo revolucionário mundial que corrói e destrói o capitalismo" (*Programa do Partido Comunista da União Soviética*, Moscou, 1976).

7. O Quem

Quem conduz a subversão? Toda uma rede de indivíduos e organizações adeptos do comunismo, comumente sistematizados em:

a) *Instrumentos de ação internacionais.*

- (1) Centros de irradiação da subversão;
- (2) Organizações “de frente” internacionais; e
- (3) Agentes de influência Internacionais.

b) *Instrumentos de ação nacionais.*

- (1) Organizações Subversivas nacionais;
- (2) Organizações “de frente” nacionais; e
- (3) Agentes de influência nacionais.

c) *Órgãos de apoio.*

- (1) Governo de países “socialistas”;
- (2) Representações Diplomáticas de países “socialistas”;
- (3) Organizações Comerciais, Culturais, de Amizade etc., de países “socialistas”; e
- (4) Órgãos de propaganda.

Vejamos cada um deles separadamente.

a) *Instrumentos de ação internacionais.*

(1) *Centros de irradiação da subversão.*

Podem ser governos de países ditos comunistas, partidos comunistas de quaisquer países ou organizações autônomas, voltados para a irradiação da subversão a nível mundial, ou para o fomento da luta armada em países onde essa prática seja viável. São os manipuladores internacionais dos Movimentos Revolucionários, a que comumente denominam “Movimentos de Libertação Nacional”.

Agrupam-se esses centros, atualmente, segundo as “internacionais”, extintas ou em vigor, na forma a seguir exposta.

(a) *Remanescentes da I Internacional* (Marx/Engels - 1864-76).

Não se pode dizer que haja “filiados” à I Internacional. O que ocorre é que, à época da vigência desse organismo ou pouco depois, muitas eram as correntes de pensamento que o integravam, como, por exemplo, o “Mutualismo”, de Pierre Proudhon; o “Coletivismo”, de Mikhail Bakunin; o “Anarco-sindicalismo”; o “Individualismo Anarquista”, de Max Stirner; o “Anarquismo cristão”, de Leon Tolstoi; e o “Anarquismo único”, de Nestor Machnó.

De todas essas correntes, restou, em nossos dias, os seguintes organismos: Federação Anarquista Internacional (FAI) (I).

Uma outra organização autônoma, não propriamente ligada à I Internacional, por ser, além de “marxista”, também “leninista”, persiste hoje em dia, com uma orientação política que se poderia denominar de “marxismo-leninismo puro”, aproximando-se por isso, das idéias que circulavam à época da I Internacional. Trata-se da dissidência do Partido Comunista Italiano denominada: Partido Comunista Internacional (PCI) (II).

(b) *II Internacional* (Engels, 1889-1914).

Após a extinção da II Internacional, em 1914, ocorreu a criação da III Internacional, por Lênin e Trotsky, em 1919. Parte dos ex-integrantes da “II” aderiu à “III”; parte não o fez. Por volta de 1921, os que tinham aderido a Lênin passaram a dele discordar, vindo, finalmente, a romper com a “III” e a promover um encontro com os ex-integrantes da “II” que não tinham aderido ao líder soviético. Esse encontro, realizado em 1921, passou à história como a “Internacional 2 1/2” ou “de Viena”, da qual brotou a “Internacional Socialista e Trabalhista”, hoje conhecida apenas como: Internacional Socialista (IS) (III).

A grande diferença entre socialistas (ou social-democratas) e comunistas reside na forma de chegar ao poder. Os últimos só admitem a via revolucionária (leninismo). Os primeiros admitem o voto, em regime pluripartidário. A partir da chegada ao poder, o socialismo seria implantado por meio de uma série de reformas, todas de alguma forma próximas do ideal de Marx. Por isso, são os socialistas alcunhados de reformistas pelos comunistas. Uns e outros, todavia, mantêm entre si o ponto comum do apreço à socialização dos meios de produção.

“Há determinadas *bases objetivas* para o estabelecimento da *cooperação* entre os comunistas, socialistas e social-democratas. O desvelo pela

paz e segurança, o desejo de travar a corrida aos armamentos, resistir ao fascismo, ao racismo e ao neocolonialismo podem unir e unem os comunistas aos social-democratas, e, ainda mais, aos operários social-democratas; (...) Em vários países capitalistas estabelece-se a cooperação dos comunistas com os socialistas, social-democratas e radicais de esquerda, intervindo reiteradas vezes nas eleições, com base em uma plataforma única, publicando declarações conjuntas, estabelecendo contactos nos sindicatos e outras organizações sociais e realizando comícios, manifestações e greves" (A. A. Pavlenko, *O processo revolucionário mundial* – Moscou/URSS – 1982 – grifos originais).

(c) III Internacional

A III Internacional ou "Internacional Comunista" ("Komintern") foi criada por Lênin e Trotsky, em 1919. Desativada por Stálin durante a II Guerra Mundial, à guisa de angariar simpatias dos aliados, transformou-se no que aquele dirigente chamou de "Kominform". Hoje não existe mais como "Internacional", mas a ação de coordenar os PCs em todo o mundo, causa de sua criação, continua, ininterruptamente, sendo realizada pelo Comité Central (CC) do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

O principal centro irradiador da subversão, na esfera da III Internacional, é pois o: Partido Comunista da União Soviética (PCUS) (IV).

Funcionam também como centros de irradiação secundários os PCs dos países dominados pela URSS, em particular os da Europa Oriental, integrantes do Pacto de Varsóvia: Alemanha Oriental, Polónia, Bulgária, Roménia, Hungria e Tchecoslováquia.

No âmbito da III Internacional, podem-se considerar ainda variações e dissidências.

As dissidências mais importantes são as dos PCs da China e da Jugoslávia e a do Partido do Trabalho da Albânia (PTA). Logo após o XX Congresso do PCUS, em 1956, o PC da China rompeu com o PCUS, por discordar da adoção da "via pacífica" ("massismo"), preferindo a luta armada.

Passou, assim, o PC chinês a se constituir em centro irradiador autónomo, exportando a forma de luta revolucionária que ficou conhecida como "linha chinesa", ou "maoiста", ou da "guerrilha rural prolongada".

Essa ruptura teve desdobramento nos PCs de diversos países, provocando neles igual fracionamento, sobrevivendo a existência, em muitos Estados, de dois PCs: um "ortodoxo", filiado ao PCUS e um "revolucionário" ou "maoiста", vinculado ao PC chinês.

Ao final da década de 70 e início da de 80, a China parou de expor-

tar a revolução, mormente após a morte de Mao-Tsé-Tung. Com isso, os partidos antes adeptos da linha chinesa passaram a se filiar a outro centro irradiador, a saber: Partido do Trabalho da Albânia (PTA) (V).

A “variação” mencionada, dentro da III Internacional, foi a chamada “linha cubana”, ou “castrista” (de Fidel Castro) ou “guevarista” (de Ernesto “Che” Guevara) ou “debrayista” (de Régis Débray) ou “foquista” (por empregar a “teoria do foco e coluna guerrilheira”) ou “militarista” (por ser mais “militar” do que política, ao contrário da linha chinesa).

Logo após a conquista do poder, em Cuba, pelos comunistas, passou o PCUS a se utilizar daquele país como pólo irradiador de movimentos revolucionários de cunho violento (guerrilha), subversão e terrorismo.

Essa prática ensejou o aparecimento, em todo o mundo, durante os anos 60 e 70, de organizações guerrilheiras adeptas da linha cubana e outras, terroristas, apresentando-se todas como defensoras de um ideal de libertação nacional.

Todo esse processo era conduzido por organizações de solidariedade, ainda hoje existentes em Cuba, mas atuando de maneira mais “amena”: a Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) e a Organização de Solidariedade aos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL).

Dentre as organizações que atuaram ou ainda atuam com apoio do comunismo internacional, quer através de Cuba, quer de outros centros, citam-se: a Junta de Coordenação Revolucionária (JCR), a Organização para Libertação da Palestina (OLP), o grupo alemão Baader-Meinhoff, os grupos italianos Brigadas Vermelhas, Ação Direta e Prima Linea, os Montoneros argentinos, os Tupamaros uruguaios e outras.

Essa forma de irradiação da subversão, por parte de Cuba, se encontra bastante reduzida hoje em dia, ressaltando-se apenas os apoios prestados à Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN/Nicarágua), às Frentes Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) e Frente Democrática Revolucionária (FDR), ambas em El Salvador, e a grupos guerrilheiros atuantes na Guatemala e em Honduras. Em passado recente, destacou-se o apoio prestado ao Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) e à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Observa-se, pois, que Cuba não irradia mais o terrorismo e a guerrilha de forma ampla e indiscriminada, como há duas décadas. Os apoios, hoje, só vêm sendo prestados a Movimentos Revolucionários localizados, com “boas perspectivas” de chegar ao poder. Nesse particular, um outro

centro é atuante: a Líbia, presidida por Muammar Khadafi.

Para os fins a que se destina o presente estudo — vale dizer, acadêmicos — não se considera mais Cuba como um centro irradiador “autônomo” da subversão, mas, tão somente, como um “tentáculo” do PCUS nas Américas, sempre pronto a fomentar e apoiar a subversão em qualquer país onde as “condições objetivas e subjetivas” favoreçam a eclosão de revoluções.

(d) *IV Internacional.*

Após a morte de Lênin, em 1924, instaurou-se na URSS a luta pelo poder, entre Lev Davidovich Bronstein (“Leon Trotsky”) e Joseph Vissarionovich Djougachvili (“Stálin”). O primeiro seria o sucessor natural, mas foi sobrepujado pelo último.

Apossando-se do poder, Stálin perseguiu, prendeu e exilou Trotsky, que veio a falecer, em 1940, em Coyoacan/México, assassinado por Ramon Mercader Del Rio (“Jacques Menard”) ao que tudo indica a mando de Stálin.

Antes de falecer, porém, mais precisamente a 03/09/1938, em Paris, França, Trotsky fundou a “IV Internacional”, que segue as idéias de Marx e Lênin, mescladas ao principal escrito de Trotsky — o *Programa de transição* (1938).

São os trotskistas inimigos ferrenhos do comunismo soviético e da social-democracia. Radicais ao extremo, são adeptos de formas violentas de luta, mais no âmbito urbano que no rural. Sua tática preferida é a da “greve geral insurrecional”, pontilhada de conflitos urbanos, onde as massas *infiltradas, organizadas, doutrinadas* e, principalmente, *armadas*, se confrontariam com as “forças da repressão”.

Carece a IV Internacional de um “país trotskista”, ou seja, um território, uma base física de onde essa ideologia pudesse ser irradiada de forma consistente e homogênea.

No entanto, tal não ocorre. O que existe são nove centros irradiadores independentes, originários do processo de fracionamento instaurado no seio da IV Internacional desde a morte de Trotsky e não mais interrompido. Cada centro avoca a si o “direito” de se constituir no “legítimo sucessor” de Trotsky, o que impede definitivamente uma unidade de ação, por parte dos trotskistas. Os centros são os seguintes: Quarta Internacional Centro Internacional de Pré-construção (QI/CIR) (Situada na França e dirigida por Pierre Lambert) (VI); Liga Internacional dos Trabalhadores/Quarta Internacional (LIT/QI) (Situada na Colômbia e dirigida por Hugo Bres-

sano – “Nahuel Moreno”) (VII); Secretariado Unificado da IV Internacional (SU) (Situado na França e dirigido por Ernest Mandel) (VIII).

Quarta Internacional Posadista (QIP) ou Secretariado Latino Americano da IV Internacional (SLA). (Até 25/5/81, data da morte de seu líder máximo – Homero Romulo Cristalli Frasnelli, ou “Juan Posadas”, ou “Estrada” – estava situada em Roma/Itália) (IX); Tendência Quarto-Internacionalista (TQI) (Situada em Lima/Peru e dirigida por Guillermo Lola) (X); Grupo de Vargas, ou Liga Internacionalista Revolucionária/Quarta Internacional (LIRQI) (Situada na Europa Oriental e dirigida pelo húngaro Varga) (XI); Tendência Marxista Revolucionária Internacional (TMRI) (Situada na França e dirigida por Michel Raptis, ou “Pablo”, primeiro sucessor de Trotsky) (XII); Revolutionary Workers Party (RWP) (Situado na Inglaterra e dirigido por Gerry Healy) (XIII); Lutte Ouvrière (LO) (Situado na França) (XIV).

Todos esses centros possuem “seções” ou “partidos” subordinados, estabelecidos em diversos países do mundo.

Descritos os 14 centros irradiadores da subversão, passemos aos demais instrumentos de ação internacionais.

(2) *Organizações “de frente” internacionais.*

São organismos criados pelo comunismo internacional para mascarar suas verdadeiras intenções. Destinam-se a obter o controle de determinados agrupamentos sociais, sem despertar suspeitas de que esse controle está sendo exercido pelos comunistas.

Consideram-se organizações de frente as *criadas* pelos comunistas. Todavia, existem outras organizações não criadas por eles, mas progressivamente infiltradas, até perderem suas direções para eles. Essas são as organizações “infiltradas”, que, para fins práticos, atuam como se organizações de frente fossem.

Alguns exemplos: Conselho Mundial da Paz (CMP), Federação Sindical Mundial (FSM), União Internacional de Estudantes (UIE), Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), Federação Democrática Internacional da Mulher (FDIM) etc., todas na órbita da URSS.

Sob a influência da Internacional Socialista, citam-se a Fundação Friedrich Ebert, o Instituto Latino Americano de Estudos Econômicos e Sociais (ILDES) e outras.

Todos esses grupos se fazem representar, em diferentes países, por meio de suas “seções”.

Como exemplo de organizações infiltradas, citam-se certos organis-

mos da ONU, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que, paradoxalmente, conta com uma delegação permanente da Federação Sindical Mundial, junto a sua direção.

(3) *Agentes de Influência Internacionais.*

São indivíduos de renome internacional por seus feitos (artistas, literatos, cineastas, compositores, cientistas, indivíduos agraciados com o Prêmio Nobel etc.), que, embora nunca pregando ostensivamente o comunismo, levantam mundialmente certas “bandeiras” tipicamente comunistas, ou, no mínimo, anticapitalistas (“pela paz mundial”, “pelo desarmamento”) levando as massas, subrepticamente, à crença nos “valores” apresentados pelos comunistas, ou, no mínimo, à simpatia para com a causa comunista, e, bem assim, à descrença nos valores ocidentais, verdadeiramente democráticos.

Esse trabalho de persuasão só tende a favorecer o avanço comunista. Um dos exemplos mais marcantes nesse sentido é a atuação de certos artistas, liderando movimentos “contra o desarmamento”, aí residindo a evidência da sediciosidade da doutrinação comunista: As campanhas contra o desarmamento e pela paz só ocorrem em países não-comunistas, fomentadas pelos comunistas neles residentes. As massas mobilizadas não se dão conta de que:

- Se opõem à instalação de mísseis defensivos em seus países, mas são levadas a não se opor aos mísseis soviéticos ofensivos apontados contra seus países.

- Aceitam como verdadeira a intenção soviética de promover a paz, mas são levadas a não enxergar que os movimentos pacifistas são proibidos e reprimidos nos países comunistas.

- Os comunistas podem instalar suas organizações nos países democráticos e, a partir dessas “bases”, desencadear o processo subversivo, mas são levadas a “não ver mal algum” no fato de os países democráticos não poderem instalar organismos semelhantes nos países comunistas.

- Os comunistas não querem derrotar o ocidente pela força, mas, sim, tirar-lhe a vontade de combater.

b) *Instrumentos de ação nacionais.*

(1) – *Organizações Subversivas Nacionais.*

São as “seções” nacionais dos centros irradiadores. Independente da ligação com a I, II, III, e IV Internacional, podemos dividir os organismos atuantes atualmente no Brasil (até dez 85), em três grandes grupos:

I Grupo reformista:

- a) Partido Comunista Brasileiro (PCB) – dividido em duas alas (Prestes e Giocondo).
- b) Partido Socialista Brasileiro (PSB).

II – Grupo Trotskysta:

- a) Organização Revolucionária Marxista Democrática Socialista (ORM–DS).
- b) Convergência Socialista (CS).
- c) Fração Quarta Internacional (FQI).
- d) Partido Operário Revolucionário Trotskysta Posadista (PORTP).

III – Grupo esquerda revolucionária:

- a) Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).
- b) Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR–8).
- c) Ação Popular Marxista-Leninista (APML).
- d) Movimento Comunista Revolucionário (MCR).
- e) Partido Revolucionário Comunista (PRC).
- f) Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Além desses, atuam como simpatizantes o PDT (Partido Democrático Trabalhista) e o PT (Partido dos Trabalhadores).

(2) Organizações “de frente” nacionais.

Todas as considerações feitas para as organizações “de frente” internacionais são válidas para as nacionais.

(3) Agentes de Influência Nacionais

Todas as considerações feitas para os agentes de influência internacionais são válidas para os nacionais.

C – Órgãos de apoio.

São os organismos direta ou indiretamente vinculados aos Governos dos países ditos “socialistas” ou “comunistas” ou “Estados Operários”, que atuam, ostensivamente ou de forma velada, em apoio às ações estratégicas, táticas ou políticas do comunismo internacional, no seio dos Estados-alvos.

Sua atuação se dá principalmente nos campos da propaganda do comunismo e da realização da espionagem. Podem ser divididos, resumidamente, em:

(1) *Governos dos países "socialistas" ou "comunistas".*

(Na hipótese de não se constituírem, especificamente, em centros internacionais de irradiação do comunismo. P. ex., os Governos de Angola e Moçambique).

(2) *Representações Diplomáticas dos mesmos países.*

(3) *Organizações culturais, comerciais e de outros tipos, representantes desses países.*

(4) *Órgãos de propaganda propriamente ditos, desses países.*

(P. ex., Rádio Tirana/Albânia, Rádio Praga/Tchecoslováquia, Rádio Havana/Cuba, Rádio Berlim/RDA, etc).

Sobre as ligações no processo subversivo.

Todos os organismos listados na abordagem do "Quem" estabelecem ligações entre si, formando como que um sistema dinâmico destinado a fomentar a subversão no mundo.

A idéia de "ligação" suscita, de imediato, três questões:

1) *Quem se liga*

2) *Com quem se liga?*

3) *Como se liga?*

— *À primeira pergunta, pode-se responder:*

Os agentes da subversão, nacionais e internacionais; como agentes da subversão entendam-se os organismos analisados anteriormente.

— *À segunda pergunta, pode-se responder:*

Entre si ou com outros grupos, indivíduos, associações, entidades de classe, partidos políticos etc, nacionais ou internacionais, que, de alguma forma, possam colaborar com a causa dos próprios agentes, ou a eles servir de instrumento para a consecução de seus objetivos.

— *À terceira pergunta, pode-se responder:*

Por troca de correspondência, pela presença de nacionais no estrangeiro ou de estrangeiros no país. Nos dois últimos casos, considerar que essa presença pode ser *temporária* ou *permanente*.

Portanto: ligações no processo subversivo são os *contatos* de toda ordem estabelecidos pelos *agentes* nacionais e internacionais *da subversão*, quer *entre si*, quer com outros grupos de quaisquer tipos, que com eles *colaborem* ou possam servir de *instrumento* para a consecução de seus objetivos.

Considerando-se as divergências ideológicas existentes entre os diferentes agentes da subversão, verifica-se que essas ligações ocorrem, mais

frequentemente, entre indivíduos e grupos adeptos das mesmas linhas de pensamento, embora não se possa descartar a possibilidade de ocorrência de ligações entre seguidores de ideologias antagônicas.

As ligações mais comumente estabelecidas são as seguintes, no caso do Brasil:

a) Na esfera de influência da URSS, *entre* os partidos comunistas de todo o mundo, as organizações de frente comunistas, as missões diplomáticas e institutos culturais, todos *com* o PCB e/ou suas próprias organizações de frente;

b) Na esfera de influência da Internacional Socialista, *entre* os dirigentes desta, os partidos socialistas de diferentes países e as organizações de frente socialistas, todos *com* o PDT ou, em raros casos, com o PT;

c) Na esfera de influência do trotskismo internacional, *entre* os centros irradiadores dessa ideologia, suas organizações de frente e os partidos trotskistas de todo o mundo, *com* as organizações trotskistas brasileiras;

d) Na esfera de influência dos centros irradiadores do comunismo não soviético, entre o Partido do Trabalho da Albânia e o PC do B;

e) Na área religiosa, entre a CNBB e outras "Conferências" de diferentes credos, com organismos religiosos (clericais ou leigos) difusores da Teologia da Libertação;

f) Na área da "defesa dos direitos humanos" ou da "solidariedade a povos oprimidos", entre a Anistia Internacional e organismos afins, com suas similares brasileiras.

Cabe ainda destacar que esses contactos se dão de maneira setorializada, isto é: as organizações estudantis brasileiras se ligam às organizações de frente comunistas, socialistas, trotskistas ou religiosas voltadas para esse setor (Ex: UNE X UIE); no campo sindical, a URSS e a IS dispõem de dezenas de "Federações" e "Confederações", continentais e mundiais, voltadas para os diferentes tipos de profissões (juristas, médicos, metalúrgicos, trabalhadores na construção civil, gráficos, jornalistas, etc), que se ligam aos Sindicatos, Federações e Confederações brasileiras; fenômenos semelhantes ocorrem nas áreas cultural, artística, econômica, política, sindical e social, cabendo ressaltar, nesta última, os movimentos feministas, pacifistas, ecológicos e de defesa de minorias étnicas.

Em suma, a cada forma de associação da chamada sociedade civil, correspondem uma ou mais instituições internacionais manipuladas pelos diferentes centros irradiadores da subversão, que com aquelas se ligam, sempre mascarando seus reais objetivos

8. O “foquismo de massas”. Uma nova estratégia?

Consideraram-se, ao longo do presente estudo, duas estratégias básicas para a tomada do poder, por um Movimento Revolucionário:

- a mais *violenta* que *subversiva* (luta armada); e
- a mais *subversiva* que *violenta* (“massismo”).

A luta armada assumiu, no passado, e assume, ainda hoje, diferentes formas de aplicação, inerentes às peculiaridades de cada Estado-alvo. Todavia, duas grandes linhas ficaram mais conhecidas que as demais:

- a “cubana”, ou “militarista”, ou “foquista”; e
- a “chinesa” ou “maoísta”.

Em ambas, o MR dispõe de dois “vetores”, ou “braços”:

- o *político*, ou seja o PC que conduz ideologicamente o MR; e
- o “*militar*”, a saber, a força armada, convencional ou guerrilheira, que executa as ações violentas.

Na linha maoísta, a componente política se sobrepõe à militar, isto é, a cada nível organizacional do PC é subordinada uma parcela da força guerrilheira.

Na linha cubana ocorre o contrário. Essa linha se baseia na chamada Teoria do Foco (foquismo), concebida por “Che” Guevara e Régis Débray e aplicada por Fidel Castro.

Consiste, essa teoria, na formação inicial de um foco de guerrilheiros, em uma determinada localidade, de cuja população procurarão obter apoio e, bem assim, dela recrutarão indivíduos para engrossar as fileiras da força. Uma vez controlada a localidade e multiplicado o número de guerrilheiros, parte deles constituirá uma coluna, que se deslocará para nova localidade, a fim de repetir o processo.

O objetivo é alcançar o controle progressivo de diversas localidades, até que só reste a capital estadual a ser conquistada, o que fatalmente ocorrerá, se as demais cidades do Estado tiverem caído em mãos da guerrilha.

Conquistada a capital, transformar-se-á o Estado em uma "Zona Liberada". A essa altura, fenômeno idêntico deverá estar ocorrendo em outros Estados, até que a guerrilha obtenha o controle total do país.

Quando da revolução iraniana, em 1979, surgiu uma estratégia nova, que combina a teoria do foco com o massismo — trata-se do foquismo de massas, ao que tudo indica, concebido na Líbia.

Consiste, o foquismo de massas, também, em obter progressivamente o controle do país, de cidade em cidade, mas com uma diferença substancial: na teoria do foco cubana, *preexiste* uma força guerrilheira, que ocupa a cidade, angaria apoio da população e dela recruta novos guerrilheiros.

No foquismo de massas, é a própria população da cidade que, *subvertida* por meio das técnicas massistas, se subleva e toma o poder local, constituindo *posteriormente* sua própria "força armada popular". A sublevação, evidentemente, é conduzida por um PC, que logo assumirá o controle da localidade.

O fenômeno se repete do nível municipal ao nacional.

É pois o foquismo de massas uma combinação da luta armada (em sua versão cubana) com o massismo. Como já se observou anteriormente, o binômio Subversão-Violência persiste, não se podendo distinguir, como se fez nos casos anteriores, qual dos dois é predominante.

Ao que se saiba, essa estratégia só foi aplicada no Irã, lastreada porém em característica psicológica peculiar àquele país — o fanatismo religioso.

O que se pode concluir desse fenômeno é que não importa, aos comunistas, a *essência* da característica psicológica ou do anseio básico que seja capaz de mobilizar um povo. Importa que *exista* um *anseio* desse tipo.

Não será surpresa, pois, se um dia, no Brasil, for a população surpreendida com um quebra-quebra iniciado a partir de manifestações de vulto, aparentemente pacíficas, relacionadas com eventos desportivos ou carnavalescos.

Como é do conhecimento público, inúmeras têm sido as tentativas de manipulação político-subversiva de torcidas de grandes clubes de futebol, bem como de grandes escolas de samba.

"Os comitês de fábrica são, como foi dito, um elemento de dualida-

de de poder na fábrica. É por isso que sua existência só é concebível quando há uma pressão crescente das massas. O mesmo acontece com os agrupamentos especiais de massa para a luta contra a guerra, com os comitês de vigilância de preços, e com todos os outros centros do movimento cuja própria aparição testemunha que a luta de classes ultrapassou os limites das organizações tradicionais do proletariado. (...) Camadas sempre renovadas de oprimidos levantarão a cabeça e lançarão suas reivindicações. Milhões de trabalhadores em quem os chefes reformistas nunca pensam, começarão a bater às portas das organizações operárias. Os desempregados entrarão em movimento. Os operários agrícolas, os camponeses arruinados ou semi-arruinados, as camadas proletarizadas da *intelligentsia*, as camadas inferiores da cidade, as trabalhadoras, as domésticas, todos procurarão um agrupamento e uma direção.

Como harmonizar as diversas reivindicações e formas de luta mesmo se nos limites de apenas uma cidade? A história já respondeu a esta pergunta: graças aos conselhos (soviets), que reúnem todos os grupos de luta. Ninguém propôs, até agora, alguma outra forma de organização e é duvidoso que se possa inventar uma. Os conselhos não estão unidos por nenhum programa *a priori*. Abrem suas portas a todos os explorados. Por esta porta passam os representantes de todas as camadas que são levadas na torrente geral da luta. A organização estende-se com o movimento e nele encontra continuamente sua renovação. Todas as tendências políticas do proletariado podem lutar pela direção dos conselhos, é o coroamento do programa de reivindicações transitórias.

Os conselhos só podem nascer onde o movimento das massas entra em um estágio abertamente revolucionário. Enquanto pivô em torno do qual se unem milhões de trabalhadores na luta contra os exploradores, os conselhos desde o momento de sua aparição, tornam-se os rivais e os adversários das autoridades locais e, em seguida, do próprio governo central. Se o comitê de fábrica cria elementos de dualidade de poder na fábrica, os conselhos abrem um período de dualidade de poder no país.

A dualidade de poder é por sua vez o ponto culminante do período de transição. Dois regimes, o regime burguês e o regime proletário, opõem-se irreconciliavelmente um ao outro. O choque entre eles é inevitável. Do resultado desse depende a sorte da sociedade. No caso de derrota da revolução, a ditadura fascista da burguesia. No caso de vitória, o poder dos conselhos, isto é, a ditadura do proletariado e a reconstrução socialista da sociedade". (Leon Trotsky, *Programa de Transição*, Coyoacán/México, 1938).

9. Sobre a Luta Armada

É sabido que o marxismo-leninismo não vincula o movimento revolucionário a nenhuma forma particular de luta e que desenvolve diferentes formas e métodos de atuação.

A teoria revolucionária engendrada pelo marxismo-leninismo não exclui, portanto, nenhuma forma de luta, quer pacífica, quer armada. Uma e outra dependem apenas do “nível de consciência e de organização das massas e da correlação das forças sociais e políticas”.

A única questão é determinar “quando e em que situação é necessário” recorrer a esta ou aquela forma de luta.

“Aventureirismo perigoso e inconseqüente” é como os comunistas definem o recurso à luta armada “antes” que as “condições objetivas e subjetivas” estejam amadurecidas, tornando suas utilização “inoportuna e inconseqüente”.

A luta armada, como princípio do marxismo-leninismo, é inerente aos partidos comunistas de todo o mundo, e apenas uma questão de oportunidade. Segundo Lênin, “a classe revolucionária, para realizar a sua tarefa, deve saber dominar *todas* as formas ou aspectos, sem a mínima exceção, da atividade social, e deve estar preparada para a mais rápida e inesperada substituição de uma forma de luta por outra”.

Devem ter sempre em mente, aqueles que conduzem a luta contra os partidos comunistas, que a “ciência do marxismo” descarta como “ambíguos” os raciocínios que admitem a possibilidade dos comunistas assumirem o poder, numa sociedade burguesa, pela via evolutiva, assegurando suas hegemonia na economia, na cultura, nas Forças Armadas, — na educação e na própria Igreja, dispensando uma transformação revolucionária

da sociedade, a destruição das estruturas do “Estado-burguês” e a implantação da ditadura do proletariado.

A resistência da burguesia em ver-se despojada do poder político e econômico, e de seus bens, é que impõe a necessidade da luta armada, como ficou claro nas citações constantes desta análise.

O surgimento de condições em que o proletariado, através de sua vanguarda — o Partido Comunista — seja capaz de impor à burguesia a transferência do poder político e econômico sem resistência e sem o recurso à violência contra-revolucionária, como o Partido Comunista Brasileiro insiste em fazer crer ser sua estratégia, é apenas uma hipótese que nenhuma prática jamais confirmou, aceita apenas pelos inocentes-úteis, os companheiros de viagens, os oportunistas, os acomodados e os omissos.

As citações a seguir traduzem o pensamento comunista a esse respeito, a níveis nacional e internacional:

“Em princípio não renunciaremos nunca e nem podemos renunciar ao terror. O terror é uma das formas de ação militar que pode ser útil e até indispensável em um determinado momento do combate, ante determinado estado das tropas e determinadas circunstâncias” (Lênin — *Por onde começar?* — Maio de 1910).

“Naturalmente nós da ANL (Aliança Nacional Libertadora) também devemos e precisamos conspirar. Nós desejamos chegar ao poder; nós sabemos que só quando chegarmos ao poder, instalando o governo social-revolucionário, o governo da ANL, teremos a democracia e a emancipação do nosso país. E ao poder, nós o sabemos, só poderemos chegar pela luta armada, pela luta insurrecional”. (Luís Carlos Prestes — Setembro, 35, pág. 80 do livro *O partidão*, de Moisés Vinhas, membro do Comitê Central do PCB).

“A ditadura revolucionária do proletariado é um poder conquistado e mantido mediante a violência exercida pelo proletariado sobre a burguesia, um poder não sujeito a nenhuma lei (...) e o partido vitorioso, se não quiser ter lutado em vão, terá de manter seu domínio pelo terror que suas armas inspiram aos revolucionários”. (Lênin — *Contra o revisionismo*).

“A luta revolucionária armada constitui a linha fundamental da revolução na América Latina. Todas as demais formas de luta devem servir ao desenvolvimento da linha fundamental, que é a luta armada. Para a maioria dos países do continente o problema de organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada constitui hoje a tarefa imediata e funda-

mental do movimento revolucionário” (Resolução da I Conferência de Solidariedade aos Povos da África, Ásia e América Latina — OSPAAAL, Cuba, 28 Jul. a 05 agosto, 67).

“A luta revolucionária na América Latina é uma difícil e complexa batalha em que todas as forças que se opõem ao imperialismo norte-americano têm seu posto e na qual as mais diversas formas e métodos de luta devem ser usados pelo movimento revolucionário, adequando acertadamente sua localização e o momento de seu emprego à diversidade de condições de cada país.

“Não são os revolucionários os primeiros a apelar à violência. Porém, é um direito e dever de todas as forças populares e revolucionárias estar prontas a responder à violência contrarrevolucionária com a violência revolucionária e abrir caminho para as vias diretas, inclusive a ação armada”. (Resolução da Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e Caribe — Cuba, 1975).

“A classe operária e seu partido de vanguarda aspiram a produzir as mudanças revolucionárias pelo caminho menos doloroso, porém assumirão outras vias se a violência das minorias dominantes impedirem o acesso ao poder da autêntica maioria nacional. A articulação deste pensamento não significa a adoção de um ‘caminho pacífico’ e nem definir como obrigatório o trânsito pela guerra civil, descarregando, em todo o caso, sobre as classes reacionárias a responsabilidade por havê-la desencadeado” (*Algumas reflexões sobre o desenvolvimento do processo revolucionário argentino*”, Oscar Arevalos e Adela Sanchez, membros do CC do PC Argentino — Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“Renunciar à preparação da luta armada é simplesmente renegar a revolução e capitular ante a declaração de guerra permanente dos exploradores e seus ‘guardas nacionais”’. (De acordo com as condições particulares de cada país, da correlação de forças, um dos caminhos será o indicado).

“Na tese política de nosso partido está dito: O partido não pode impor às massas tal ou qual forma de luta, legal, ilegal, pacífica ou armada, sem levar em conta as condições objetivas, o estado de ânimo, a vontade das massas. Se pretender fazê-lo, ficará isolado e colherão derrotas.

“No caminho estratégico para a tomada do poder, seja pacífico, seja armado, os revolucionários empregarão todas as formas táticas de luta, legais e clandestinas, pacíficas e armadas, até mobilizar todo o povo e al-

cançar os objetivos democráticos. (*"Acerca do programa, tática e vanguarda na Revolução Paraguaia"*, Rogelio Gonzalez, membro do CC do PC Paraguaio – Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

"As revoluções triunfantes e as que têm mais perspectivas no momento atual na América Latina e Caribe vêm sendo realizadas pela via armada.

"A experiência chilena, ainda que derrotada, demonstrou a viabilidade, em determinadas condições, da via não armada. Nestes casos os Partidos Comunistas e Operários devem ter uma suficiente preparação para poder passar à via armada quando necessário". (*"Reflexões sobre o processo de constituição das vanguardas da revolução latino-americana"*, Clodomiro Almeyda, membro do CC do Partido Socialista Chileno – Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

"O Partido Comunista Venezuelano se esforçará para que as transformações antiimperialistas, antimonopolistas e antioligárquicas, democráticas e populares, assim como o trânsito da Venezuela ao Socialismo, ocorram com a menor cota de sacrifício, porém não vacilaremos em utilizar as formas mais elevadas de luta em busca da vitória para os trabalhadores e o povo, para defender as conquistas sociais e políticas, se as classes dominantes utilizarem a fraude ou a violência contrarrevolucionária e fascista" (*A revolução na América Latina e no Caribe e a luta das massas venezuelanas*, Pedro Ortega Díaz, membro do CC do PC Venezuelano – Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

"Embora lutemos em país com uma série de características históricas, institucionais e políticas que nos têm possibilitado assinalar a via pacífica como uma alternativa legítima, nunca a encaramos como única e definitiva." (*O caráter e as vias da revolução*, Luiz Orlando Corrales, membro do Partido Vanguarda Popular da Costa Rica – Conferência Teórica Internacional, realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

"Quanto às vias da revolução, queremos recordar que num documento de nosso Partido *Sobre a coordenação das atividades dos partidos comunistas na América Latina*, escrito em março, 56, afirmávamos: 'Tudo faz prever que entramos em um período de lutas em toda a América Latina (. . .) O processo latino-americano será muito agudo. Embora possam haver muitas mudanças táticas e possibilidades de desenvolvimento pacífico de algumas situações nacionais, é evidente que não haverá desenlace da luta no continente sem um período de muito duras e sangrentas bata-

lhas' ". (*Algumas considerações sobre a revolução popular sandinista* — Leonel Espinosa, membro do CC da Frente Sandinista de Libertação Nacional — Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“Finalmente, queremos consignar, por considerá-lo de importância, que o nosso Partido decidiu definir a luta armada como a via correta para a tomada do poder nas condições de nosso país” (*O Partido Comunista de Honduras, a revolução e a via para a tomada do poder*, Enrique Alvaringas, membro do CC do PC Hondurenho — Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“Não será ocioso insistir na tese leninista de que as vias para levar a cabo a luta revolucionária estão determinadas pelas condições específicas de cada processo e que a vanguarda de cada povo é a quem corresponde descobrir e ensaiar as vias e os métodos que mais se ajustem às suas realidades. Nós cremos firmemente que, dadas as condições gerais de nosso continente, com a invariável intromissão imperialista, a deformada estrutura dependente e a existência de muitos desacreditados Estados policiais cuja função fundamental é reprimir as massas, a via mais provável para a ação revolucionária é a luta armada.” (*A revolução na América Latina e no Caribe*, Antonio Díaz e Ruiz Soto, membros do CC do PC Cubano — Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“Se a revolução democrática-antiimperialista que amadurece em El Salvador e na América Latina em geral é parte inseparável e essencial da revolução socialista, o que corresponde então é adotar uma clara conduta de luta que arrebate o poder à burguesia, destruindo seu aparato burocrático-militar, o que, nas condições históricas atuais, terá que ser realizado mediante a ação armada do proletariado e seus aliados.” (*Caráter da revolução, o problema do poder, via da revolução e unidade da esquerda*, Santiago Lopez, membro do CC do PC Salvadorenho — Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“Nós, socialistas, não podemos e nem queremos ocultar nossa decisão de prepararmos-nos militarmente. Sabemos que se preparam em nosso país, ativamente, as forças do militarismo, a reação e o fascismo. Por isso é necessário preparar o Partido e preparar as massas. Assinalamos, ademais, que a luta armada, quando se converte em imperativo histórico para vencer a opressão, não é, de modo algum, uma luta isolada. Para o marxismo-leninismo, a guerra revolucionária ou a insurreição, sendo as formas mais elevadas da luta de classes, são uma luta de massas, e é o povo, em seu sentido

mais amplo, o ator principal” (*Características gerais e particulares do processo revolucionário na Costa Rica*, Carlos Leonardo Cordero, membro do CC do PS Costarriquenho – Conferência Teórica Internacional, realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“A luta transcorre, nas condições atuais da Costa Rica, de maneira predominantemente pacífica, centrada nos campos ideológico, político e econômico. Porém, esse caráter poderá ser alterado pela grande burguesia, que não está disposta a ceder seu poder dominante e pretende condenar nossa pátria ao estancamento econômico, à decomposição social, à corrupção geral e ao submetimento aos interesses dos Estados Unidos. Nosso povo saberá lutar em todos os planos no momento em que a classe dominante tente deter, pela força, o avanço a uma Costa Rica verdadeiramente democrática e próspera.” (*Considerações sobre o desenvolvimento do processo revolucionário na Costa Rica*, Ilse Acosta, membro do CC do Movimento Revolucionário do Povo da Costa Rica – Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“Aspiramos obter o convencimento de que tem que haver uma combinação de formas e frentes de luta, incluindo a luta de massas legal e a luta armada.” (*Análise conjuntural da luta pela independência*, Pablo Rivera, membro do CC do PS de Porto Rico – Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“Acreditamos que a luta antiditatorial irá educando progressivamente as massas no exercício da violência revolucionária, para ir assumindo, aos poucos, uma forma de guerra popular. Esta incorporará o uso de todas as formas de luta – sem excluir nenhuma – em todas as frentes e desenvolvendo-se em todos os níveis (político, militar, ideológico, moral, diplomático, etc).” (*Problemas estratégicos da revolução Chilena*, Carlos Vallejos e Julio Mendoza, membros do CC do MIR – Movimento de Izquierda Revolucionária do Chile – Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“A experiência jamaicana confirma que não existe forma alguma de tomar o poder e nem mantê-lo contra o imperialismo e a oligarquia, contra sua instituição política e estatal, que não seja mediante o uso da força. O grau de força varia de acordo com a resistência da reação ante a vontade popular e de acordo com a preparação do povo e sua vanguarda. O que não varia, porém, é a necessidade da força.” (*Algumas lições do atual processo revolucionário na Jamaica*, Trevor Munroe, membro do CC do Partido dos Trabalhadores da Jamaica – Conferência Teórica Internacional realizada

em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“O terceiro e último fator, junto à unidade e às massas, que garante o triunfo das revoluções genuínas, é o emprego conseqüente e oportuno das armas (. . .) As armas são indispensáveis para fazer triunfar qualquer revolução libertadora no continente, e, ainda mais importante, para preservar sua continuidade e realização plena. Esta afirmação não esquece as realidades dos diferentes países. Certamente, naqueles onde imperam regimes de extrema direita — quase sempre ditaduras militares fascistas — o emprego das formas de luta armada, ou a preparação conseqüente da vanguarda em sua utilização, é um imperativo virtualmente iniludível.” (*A crise atual do imperialismo e os processos revolucionários da América Latina e Caribe*, Manuel Pinero Losado, Chefe do Departamento de América do CC do PC Cubano — Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“A tensão social aumenta e converte em explosiva a situação das massas. A violência reacionária gera resposta mais conscientes e igualmente violentas que dão forma a uma aguda confrontação de classe, ou mais, a uma verdadeira guerra de classes (. . .) Hoje está sendo concretizado o esforço unitário das organizações político-militares revolucionárias e nosso Partido, nas diversas formas de luta e organização clandestina e semi-clandestina que adotam as organizações de frente ampla para lograr a ativação e a continuidade da luta das massas populares da cidade e do campo, para canalizar suas demandas mais sentidas e conduzi-las a formas superiores de luta.” (*O partido marxista-leninista e a revolução*, Carlos Cárdenas e Armando Gutierrez, membros do CC do Partido Guatemalteco do Trabalho — Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“Com respeito à tomada do poder político, devemos utilizar todas as formas de luta — parlamentares, extraparlamentares, legais e ilegais, armada e pacífica. A luta por mudanças democráticas em condições de legalidade não faz com que um partido seja menos revolucionário que aqueles que estão envolvidos na luta armada, como às vezes se poderá erroneamente pensar.” (*Características gerais e particulares do processo revolucionário na América Latina e Caribe*, Cheddi Jagan, Secretário-Geral do Partido Progressista do Povo da Guiana — Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

“Estamos certos que somente triunfaremos se formos capazes de construir, guiando-nos sempre pelos critérios de força e amplitude, uma

força global superior à da tirania no conjunto dos terrenos, e que some e multiplique as áreas sociais, políticas, ideológicas, militares e internacionais (. . .) A futura democracia chilena só surgirá de uma ruptura revolucionária que assumirá as características de uma insurreição generalizada da nação." (*Documento do MAPU Operário e Camponês do Chile* enviado à Conferência Teórica Internacional realizada em Cuba, em 26/28 abril, 82).

"A Conferência considerou estreitas e incorretas as interpretações de que fica definitivamente afastado o caminho da luta armada (. . .) A escolha dos meios para libertar o país e transformar a sociedade brasileira não depende apenas dele e de seus aliados". (Conferência do Comitê Metropolitano do PCB/Brasília, preparatória ao VII Congresso do PCB – 1982).

"Não podemos descartar nenhuma forma de luta" (Idem, do PCB/Sergipe).

"O Partido e as massas devem estar preparadas para todas as formas de luta" (Idem, do PCB/Pernambuco).

"É necessário destacar que devemos preparar o Partido e as massas para todas as formas de luta" (Idem, do PCB/Rio Grande do Sul).

"(Sugerimos) ter mais cuidado com a maneira de colocar a possibilidade do caminho pacífico (. . .) para que isso não leve ao pacifismo em alguns situações concretas." (Idem, do Comitê de Aeronautas).

10. O Onda

As ações de “infiltrar”, “organizar”, “doutrinar” e “mobilizar” são conduzidas no maior número possível de organismos associativos da sociedade civil.

O processo, todavia, é setorializado, ocorrendo, principalmente, nos seguintes campos:

- a) Movimento Religioso;
- b) Movimento Estudantil;
- c) Movimento Operário;
- d) Movimento Político;
- e) Movimentos de bairros, de favelados e específicos;
- f) Propaganda Adversa.

QUARTA PARTE

A "IGREJA" SUBVERSIVA

I – INTRODUÇÃO

Conceituamos Igreja como sendo o conjunto dos fiéis ligados pela mesma fé e sujeitos aos mesmos chefes espirituais.

O título em questão, *A Igreja subversiva*, subentende não a “Igreja-Mistério”, isto é, a Igreja estruturada no mistério da fé que emana do próprio Cristo, mas o sectarismo de uma Igreja-Povo, voltada para a libertação material.

Se volvermos, de maneira sucinta, à própria história e evolução da Igreja Católica, veremos que todas as vezes que seus chefes espirituais desviaram-se do verdadeiro sentido do Evangelho de Cristo, houve cisões, crises e obscuridade doutrinária. Da Inquisição às Cruzadas (Guerras Santas) — como exemplos maiores — sofreu a Igreja tormentosas provações, oriundas de dogmas incoerentes, assim como sofre hoje a teimosia progressista dos adeptos da Teologia da Libertação.

II – ORIGENS

O crescente envolvimento de setores da Igreja em atividades puramente temporais é uma decorrência natural da difusão das “novas idéias” que vêm influenciando o pensamento doutrinário da Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II.

A Teologia da Libertação, dentre essas idéias, é a que, na América Latina, tem alcançado maior repercussão e, conseqüentemente, gerado maior área de influência negativa no comportamento do clero.

Essa “Teologia” foi implantada na América Latina a partir de 1968, através do chamado Documento de Medellin, fruto principal da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizado naquela cidade colombiana.

Em termos religiosos, a Teologia da Libertação materializa uma reinterpretação da obra salvífica de Jesus Cristo e passa a caracterizá-la, não mais segundo um objetivo transcendental de salvação das almas, mas sob um enfoque temporal de libertação do homem de estruturas sociais e políticas consideradas opressoras.

Identificando no sistema capitalista a fonte e a razão de toda a opressão e injustiça que pesa sobre as classes menos favorecidas, os religiosos alinhados com a Teologia da Libertação passaram, então, a combatê-lo declaradamente. Nessa empreitada, encontraram-se com os marxistas, que estavam sem espaço político para atuar, e receberam destes, consciente ou inconscientemente, uma carga maciça de doutrinação que impregnou totalmente a prática pastoral libertadora.

A opção pelo pobre, ensinamento caracteristicamente cristão e positivo, passou a ser explorado em termos de antagonismo, caracteri-

zando a miséria de uns como resultado da riqueza de outros, gerando um ambiente propício à luta de classes.

Apesar de uma certa reação da parcela tradicionalista do clero brasileiro, os progressistas conseguiram promover e divulgar amplamente essas mensagens, obtendo ponderável influência sobre vários segmentos da população.

III – O QUE DIZEM OS TRADICIONALISTAS

Dom Boaventura Kloppenburg, bispo da Ordem dos Franciscanos, corajoso e intransigente defensor da doutrina tradicional da Igreja, assim se expressa ao discorrer sobre *O marxismo na Igreja* (Veja, nº 853, 09 de janeiro de 1985, pág. 6):

“VEJA: — Quais são esses raciocínios que o senhor acusa de marxistas?

“KLOPPENBURG: — Todos eles começam com o povo, que eles identificam com o pobre. O pobre é identificado com o oprimido. O oprimido com os pobres do Evangelho. Os pobres do Evangelho são identificados com os construtores do Reino de Deus. Os construtores do Reino de Deus são então os sacramentos. E assim por diante. Como se vê, a palavra *povo* vai se configurando de uma maneira cada vez mais clara no sentido em que era entendida por Marx. A influência do marxismo na ideologização do povo é inegável. Aqui no Brasil a ‘Igreja Popular’ se concretiza em todas as comunidades de base orientadas pelas teologias da libertação denunciadas pelo documento da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. A igreja popular é perigosa. Ela não se realiza nas dioceses, mas em muitas comunidades de base onde estão presentes os elementos da Teologia da Libertação inspirados no marxismo”.

Recentemente, na tradicional alocução semanal *A voz do pastor*, em Porto Alegre, o cardeal dom Vicente Scherer manifestou-se de maneira límpida sobre a Teologia da Libertação. Disse ele: “A Teologia da Libertação coloca como missão primordial a vida e morte de Cristo, a promoção dos pobres e oprimidos, libertando-os das estruturas sociais e econômicas que seriam causadas pelo capitalismo imperialista de alguns países e pro-

prietários grandes e ricos. Assim, a doutrina cristã animaria o homem ao engajamento revolucionário para destruir o regime capitalista e construir um mundo mais justo em base socialista. Isto não é o que Cristo veio pregar. Ele buscava a salvação — não dos sofrimentos de ordem material — mas de uma infelicidade mais radical e profunda, a do afastamento de Deus e do pecado.

“Cristo” — disse ele — “viveu em época de opressão política e de geral exploração econômica, mas recusou as propostas e esperanças populares de tornar-se um agitador político e social. Não admitiu os projetos de libertação revolucionária de seu tempo pregando a boa nova do Reino de Deus para livrar os homens do pecado, reconduzindo-os ao caminho do bem e da honestidade”.

Enfatizou, ainda, o cardeal Scherer: “Se não for fiel à palavra e ao exemplo de Cristo, a Igreja não estará correspondendo à sua missão. Em suma, será preciso atingir o coração do homem para que através de uma profissão de fé em Cristo, ele se transforme. Os que querem reduzir a salvação cristã a uma mera libertação política estão fazendo de Cristo apenas um dos muitos revolucionários mais ou menos fracassados que aparecem no curso da história e que alimentam os sonhos de libertação humana cruelmente desmentidos pela realidade”.

João Paulo II, por sua vez, em carta datada de 10 de dezembro de 1980, dirige-se aos prelados brasileiros, definindo sua orientação quanto à missão da Igreja. O documento é tão claro que a simples transcrição de alguns trechos demonstra a inutilidade de interpretações ou malabarismos intelectuais para dar nova versão às palavras do santo padre: “. . . Mais grave seria a perda de identidade se, a pretexto de atuar na sociedade, a Igreja se deixasse dominar por contingências políticas, se tornasse instrumento de grupos, ou pusesse seus programas pastorais, seus movimentos e suas comunidades à disposição ou ao serviço de organizações partidárias.

“A vós, pastores, confio a responsabilidade de conservar a Igreja no Brasil na mais perfeita fidelidade à sua missão, essencialmente religiosa.

“O vosso povo bom e profundamente religioso, mas que sofre de tão agudas carências na sua vida religiosa, espera de vós essa fidelidade e vos será grato por ela.

“... Agireis então como verdadeiros pastores sem oferecer ocasião para manipulações de vossas atitudes e gestos, para que a força da Igreja não se reduza à fragilidade e ao efêmero do temporal. Neste domínio, Deus queira que prefirais sempre o diálogo cristão ao confronto”...

IV – AÇÃO DOS PROGRESSISTAS NO PROCESSO POLÍTICO NACIONAL

A história da evolução da Igreja brasileira mostra, claramente, que a realidade sócio-política, com o advento das "novas idéias" pós-conciliares, para certa parte do clero, predomina sobre a mística religiosa e de modo tão acentuado que uma das características do "progressismo" é a procurada instalação de uma "igreja militante", "popular", em substituição à Igreja tradicional, em confronto direto com as diretrizes do santo padre.

Esta realidade, difundida por inúmeros "teólogos" ou "sociólogos progressistas", tornou-se mais forte a partir da Conferência de Medellín, quando se fixaram as bases do "Trabalho Pastoral" para o Episcopado da América Latina, centrado no homem, segundo o "humanismo do oprimido", traduzido pela opção preferencial pelos pobres.

Arcebispos e demais religiosos brasileiros, adeptos do "progressismo", verificaram que a ânsia de liberdade para uma ação plena das conferências episcopais, principalmente da CNBB, sofria limitações sérias em Roma, poder central decisório. Este fato fazia antever o fracasso do engajamento em atividades políticas, ditado pelas necessidades da "nova Igreja".

Sem dúvida, era mister reconhecer que o poder político da Igreja local e o respeito do Governo pela sua ação eram reflexos do poder manipulado pelo Vaticano.

Baseada neste pressuposto, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dominada em sua maioria por "progressistas", adotou estratégia fundamentada no "Nacionalismo Clerical", isto é, no estabelecimento de um prestígio político, próprio e independente da Santa Sé, através de uma pseudo-evangelização do povo, baseada na defesa dos pobres e oprimidos, organizando e conscientizando a população e usando-a como massa de ma-

nobra, tendo em vista exercer pressões e influir politicamente.

A instrumentalização dessa estratégia teve origem no documento “Programa de Educação Política da CNBB”, elaborado em 1975, durante reuniões paralelas ao IX Congresso Eucarístico Nacional, em Manaus-AM, conferindo à CNBB uma finalidade política.

São pontos principais desse programa:

- a) Contribuir para a formação de uma consciência adulta, de participação política, no povo brasileiro;
- b) motivar os cristãos a participarem, segundo o carisma de cada um, no processo político-partidário do País;
- c) ajudar a população a participar de modo livre, consciente e responsável, das eleições no Brasil, por ser frágil o desenvolvimento do processo político brasileiro.

Esses objetivos, a nível nacional, possivelmente não seriam alcançados antes que se fizesse um trabalho de base junto ao episcopado brasileiro, e podendo, de imediato, ser buscados nas áreas de atuação das esquerdas clericais, como, por exemplo, em São Paulo (Capital, ABC, Santos, Bauru e Lins), Pernambuco (Olinda e Recife), Ceará (Fortaleza e Crateús), Goiás (Goiânia e Goiás Velho), Mato Grosso (Vale do Araguaia), Espírito Santo (Vitória e São Mateus), Rio Grande do Sul (Santa Maria), Paraíba (João Pessoa), Rio Grande do Norte (Natal), Pará (Marabá), Rio de Janeiro (Nova Iguaçu, Barra do Piraí, Volta Redonda) e Amazonas (Itacoatiara).

Dessa forma, a Igreja é colocada como instrumento mais adequado para educar o povo politicamente, pois, segundo dom Nivaldo Monte, “ela é, talvez, a única instituição brasileira devidamente descomprometida e gozando de crédito popular, capaz de realizar um trabalho dessa natureza”.

Por outro lado, a utilização das Paróquias, Centros de Treinamento de Líderes, das Comissões de Justiça e Paz, dos Comitês de Defesa dos Direitos Humanos, das Comunidades Eclesiais de Base, das diversas Pastorais e a difusão de intensa literatura, como as cartilhas políticas para a “Ação Educativa” pretendida, permitem afirmar que a estrutura existente é superior a de qualquer organização político-partidária.

As Forças Armadas que ocuparam com sucesso, por algum tempo, o espaço político deixado pelos partidos, pela falta de lideranças civis, desgastaram-se perante o povo, face às dificuldades conjunturais emergentes.

Tal espaço foi ocupado, gradativamente, pela Igreja, engajada social e politicamente, liderada pelos progressistas, empunhando as bandeiras que respondiam aos anseios da população, quer possíveis ou não de serem aten-

didos, em plena contestação ao governo e tendo, à sua sombra, as diversas organizações, clandestinas ou não, de esquerda.

Assim, a Igreja deu início ao maior trabalho de massa já realizado no País, impregnando psicologicamente a população e congregando-a, para melhor conscientizá-las através de movimentos e organizações populares diversas.

Há de se ressaltar que, nas eleições de 1974 e 1978, setores progressistas da Igreja Católica já colaboraram com a oposição e, logo após, em 1980, por ocasião da fundação do Partido dos Trabalhadores, o apoio da "Esquerda Clerical", além do dado pela Convergência Socialista (CS), foi fundamental para a concretização deste Partido, cujo programa foi elaborado pelo Instituto Sedes Sapientiae, das Irmãs Paulinas/SP, sob o beneplácito da Arquidiocese de São Paulo, de seu arcebispo e bispos-auxiliares. A organização do PT, em todo o Brasil, teve o apoio decidido do clero progressista.

Por ocasião das eleições de 1982, a Igreja progressista se engajou contestatoriamente, procurando a desmoralização do Governo e Forças Armadas, antagonizando-os com a população e mobilizando a opinião pública contra o sistema sócio-político e econômico vigente, indicando os partidos de oposição, principalmente o PT e o PMDB, como aqueles que poderiam responder aos anseios populares, modificando o regime em curso.

De 1983 para cá, o trabalho de conscientização política, realizado pela Igreja, foi sempre no sentido da erradicação do que considera restrições às liberdades políticas.

Vários bispos declararam-se, de imediato, ao início da campanha pelas eleições diretas, favoráveis a tais eleições, considerando-as como um evento natural do trabalho de conscientização popular realizado pela Igreja. Consideraram, também, a exteriorização das massas em praças públicas como uma continuação da "Voz da Igreja", que falou pelo povo durante todo um período em que o mesmo não teve "Vez nem voz".

Exemplo marcante do envolvimento do clero pelas "diretas" foi a ação concreta da Arquidiocese de São Paulo com a realização de jejuns, caminhada à Brasília, julgamento e condenação do Colégio Eleitoral, além da utilização dos púlpitos das Igrejas e de seu jornal no aliciamento e incentivo à participação popular nos atos públicos e de pressão em favor da campanha pelas "diretas".

Ainda, como exemplo, participou o clero progressista, intensamente da campanha contra a LSN e pela criação da CUT/ANAMPOS, em agosto

de 83, sendo uma das reivindicações desta corrente sindical as eleições diretas para a Presidência da República.

A própria cúpula da CNBB, publicamente, demonstrou apoiar a campanha pelas eleições diretas, aliás coerentemente com o exposto por Dom Aloísio Lorscheider, em dezembro de 80, quando disse:

“— o sistema sócio-econômico-político adotado entre nós é um sistema pecaminoso, anti-evangélico, que necessita de uma profunda transformação;

“— a Igreja deseja uma mudança estrutural do sistema, a instauração de uma nova ordem institucional;

“— a ‘nova ordem’ terá que apresentar, como uma realidade efetiva, as seguintes condições:

“— distribuição equitativa dos bens;

“— respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana;

“— livre e efetiva participação política.

“— ainda temos que dar muitos passos para que a abertura seja uma realidade. Não interessa quem vai ganhar ou perder as eleições, o que importa é que o povo tenha voz e vez, e livremente”.

E coerente, também, com um dos mais importantes documentos políticos elaborados pela Igreja, *Reflexão sobre a conjuntura política*, em agosto de 81, no qual encontramos: “A Igreja procura contribuir para uma participação, cada vez maior, do povo na condução do processo político”.

**V – FUNDAMENTAÇÃO DA ATUAÇÃO POLÍTICA DA
IGREJA CATÓLICA (PROGRESSISTA) NO BRASIL**

Deixando de citar o *Programa de educação política*, os documentos básicos para a atuação política da Igreja, no Brasil, vêm sendo editados a partir de 1976 e na seguinte ordem:

- em outubro de 76, *Uma comunicação ao povo de Deus*, denunciando os sofrimentos causados por uma “repressão incontrolada”;
- em fevereiro de 77, *Exigências cristãs de uma ordem política*, exigências relativas a um processo de abertura política;
- em setembro de 79, *Subsídios para uma política social*;
- em agosto de 81, *Reflexão cristã sobre a conjuntura política*, dando origem às cartilhas políticas;
- em agosto de 82, “movimento Nacional”, cujo tema é a reconciliação, uma advertência ao comportamento político do Governo, pleno de casuísmos, no tocante as eleições de 15 de novembro de 82.

A Campanha da Fraternidade, em 1983, propiciou a que a Igreja, tendo como base o texto a ser estudado e discutido pelo povo, criticasse o governo e o sistema político em vigor, afirmando: “A principal violência, que se comete contra o povo, é retirar-lhe a possibilidade de participar da vida política, econômica e social da Nação”.

Dentro dessa linha, que reflete o Documento nº 16, emitido pela Conferência Episcopal de Medellín, onde, decididamente, optou-se pela ação política da Igreja em toda a América Latina, respalda-se a CNBB, para a busca impertinente do “Poder Temporal”.

VI – AÇÃO DA “IGREJA” NO PROCESSO AGRÁRIO NACIONAL

É inegável que a nossa difícil e conturbada realidade agrária nacional oferece condições ideais para o tipo de doutrinação e organização que vem sendo realizada pelo clero, uma vez que essa pregação vem acompanhada de respostas a uma série de anseios justos e naturais de uma população extremamente carente e já acostumada a não acreditar numa assistência mais efetiva de parte do Governo Federal.

Instituído no Governo Castello Branco, juntamente com o Estatuto da Terra, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), que no Governo Médici se transformaria em INCRA, surgiu como reflexo de um governo que se pôs de imediato preocupado e cômico da profunda e importante tarefa de se distribuir a terra. Obviamente, em decorrência da própria problemática da nova ordem jurídica estabelecida, tornou-se impraticável para o primeiro governo revolucionário, tão complexo programa. Não se eximem, contudo, seus sucessores, de não o terem ao longo de seus mandatos, e, na seqüência revolucionária, destarte os milhares de títulos distribuídos, verdadeiramente — de maneira concreta — definirem o problema agrário a nível nacional.

Teria sido essa uma incontestável conquista da revolução, na área social.

Vendo nesse espaço um campo fértil para a agitação, através de uma mensagem simples e objetiva, proporcionando grandes possibilidades de manipulação das potencialidades das massas rurais e gerando uma situação profundamente delicada e grave para as autoridades governamentais, pôde o clero vermelho adentrar profundamente, através da ação das diversas Comissões Pastorais da Terra, e, aliado a outras organizações de esquerda, na

organização do MST (Movimento dos Sem-Terra).

Pelas resoluções do I Congresso dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, realizado em Curitiba-PR, de 29 a 31 de janeiro de 85, tem-se uma idéia precisa do nível de infiltração subversiva incutida, principalmente, através das Pastorais da Terra, em rudes e incultos trabalhadores rurais:

“— Que a Reforma Agrária seja feita sob o controle dos trabalhadores, e que estes tenham o poder de decidir como será efetuada a divisão, cultivo e forma de titulação das terras;

“— A imediata extinção de todos os órgãos governamentais, federais ou estaduais, que tratam dos problemas fundiários, bem como a extinção do Estatuto da Terra;

“— A criação de novos organismos com a participação dos trabalhadores na criação e administração, com novas leis, a partir da prática e da luta dos trabalhadores, sendo que estes, ao ocuparem as terras, devem ir criando as suas próprias leis e organismos;

“— O desmantelamento de todos os organismos de repressão, inclusive os para-militares;

— Não basta mudar apenas uma lei, precisamos lutar para mudar todo o sistema político do País;

“— Quando o Governo não assumir a punição de mandantes e executores de crimes contra os trabalhadores, devemos fazer a justiça com nossas próprias mãos”.

E assim viu-se, no decorrer de 1985, o início das grandes invasões de propriedades rurais, principalmente nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Na organização observada por ocasião da invasão da Fazenda Anoni, no RS, pôde-se ter uma base do minucioso trabalho de conscientização e doutrinação que a Igreja Progressista vem há muito realizando nas áreas de maiores conflitos de terras.

A par disso, tivemos em 1985 um saldo de aproximadamente 200 mortes, resultantes de confrontos entre posseiros e proprietários rurais.

Ante ao titubeante e indefinido Programa Nacional da Reforma Agrária, idealizado pela Nova República, e as constantes investidas dos sem-terra em áreas privadas, com a instigação de lideranças ligadas à Pastoral da Terra e outras organizações subversivas, viram-se os proprietários na necessária contingência de se organizarem para a justa defesa.

Principalmente no RS (Carazinho), contando com o apoio da TFP (Tradição, Família e Propriedade), foi formado o PUR (Pacto de Unidade

e Resposta Rural). A imprensa, em geral, denunciou-o como reacionária manifestação da extrema-direita.

Chegamos a um ponto, neste País, de se ignorar — mesmo por parte de certos órgãos e prepostos do Governo — que há milhões de hectares de terras devolutas, e que a Reforma Agrária não significa — com o tipo humano característico de nossos sem-terra — simplesmente assentamentos de colonos em determinadas áreas. Os nossos “trabalhadores” sem-terra, na sua maioria, são incapazes de se manterem sem a permanente tutela do Estado. Isso já ficou provado inúmeras vezes.

É injusto que haja milhões de famintos e milhões de famílias sem terras para cultivar, com a imensidão de nosso território. É injusta a concentração de grandes latifúndios em mãos de quem os mantém improdutivos. Mas é igualmente injusta, e, mais do que isto, um atentado à paz social e à própria lei, que haja invasões de propriedades particulares, como as que têm ocorrido, praticamente como justificativa de pressão, contra o imobilismo governamental.

É, pois, justa e legal a ação armada dos proprietários que recorrem à força para a manutenção de seus domínios.

A ninguém cabe desconhecer a lei, nem mesmo aos “missionários” estrangeiros, que costumeiramente estão à testa de tais desmandos.

E o que diz a lei? Explicita o Caput do Artigo 502 do Código Civil Brasileiro: “O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo”.

Há, ainda, a Regra Geral contida no artigo 160, n.º I, do mesmo Instituto Legal: “Não se constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido”.

Por sua vez, o nosso Código Penal é muito claro em seu Artigo 23: “Não há crime quando o Agente pratica o fato:

“I —

“II — Em legítima defesa.”

Legítima defesa entende-se conforme a regra do Artigo 25 do Código Penal Brasileiro, como sendo o uso moderado dos meios necessários para repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Ora, *o ter propriedade*, ou *o ser proprietário*, é um direito legalmente reconhecido e, portanto, justo.

Querer responsabilizar o próprio Governo pelas mortes ocorridas por ocasião de invasões de terras, de certo modo é cabível, porém, acusar proprietários que defenderam suas posses, é mais uma forma espúria de agitar.

Não quero, em momento algum, erigir o desforço imediato como solução.

Há um direito reconhecido e, para tanto, deve haver uma justiça que o mantenha. Aliás, o Direito Canônico – para que bem o saibam os postuladores da “Teologia da Libertação” – contribuiu decisivamente para o desenvolvimento das ações possessórias, criando, além do “Summarium Possessorium”, a “Actio Spolii”, que, a princípio, protegia apenas a posse temporal e espiritual dos bispos, estendendo-se, mais tarde, também, à defesa de todo o possuidor esbulhado, por intermédio da reintegração de posse.

Como se vê, a própria Igreja sempre se preocupou com a propriedade, pois é sabido que os bens da Igreja são defendidos com muito ardor!

Mais uma vez, assim, colocam-se os progressistas como uma “Igreja” fora da Igreja.

Por outro lado, com a assinatura do Decreto, a 31 de dezembro de 1985, que determina oficialmente a implantação da Reforma Agrária pelo atual Governo, tem-se uma perspectiva de solução responsável para tão polêmico problema.

Tudo dependerá da maneira de como será tratada a área privada. É na propriedade particular que está estruturada a economia e a paz social do Brasil.

VII – CONCLUSÕES

A existência do pensamento e da ação marxista no seio da Igreja Católica é um fenômeno real, já identificado por padres e leigos que há muitos anos se preocupam com o assunto. A aceitação desse fato é ponto de partida indispensável para qualquer ação que objetive anular tão nefasto trabalho dos agentes do MCI infiltrados no clero.

O combate à subversão praticada por sacerdotes, particularmente bispos, apresenta dificuldades especiais. A ação repressiva do Governo é limitada pelas singularidades do relacionamento Igreja-Estado e pela difícil comprovação judicial da ação criminosa.

O combate principal a esse tipo de subversão deve ser sustentado no campo psicológico e ter como base a denúncia sistemática e o permanente esclarecimento da massa de fiéis para evitar a sua manipulação pela esquerda clerical. A compreensão do fenômeno da subversão clerical pela maioria não contaminada do clero e seu engajamento concreto na luta anti-subversiva no seio da Igreja Católica, é a melhor forma de animar os cristãos ao repúdio e à neutralização dos sacerdotes marxistas que, impunemente, desvirtuam e adulteram a legítima ação pastoral.

A atuação do MCI no campo religioso talvez seja, hoje, a mais perigosa forma de ameaça à segurança interna, em termos de subversão. A clareza desse fato é a alavanca de apoio para qualquer ação de neutralização da ameaça. Principalmente a nível das lideranças nacionais, é imprescindível reconhecer na subversão clerical uma das principais armas modernas da agressão comunista, e assim enfrentá-la, sem desviar-se num anticlericalismo inconseqüente, nem deixar-se levar por uma religiosidade ingênua e incondicional.

A convocação do Sínodo Extraordinário, feita por sua santidade João Paulo II no final de 1985, mais do que uma avaliação sobre os 20 anos do término do Concílio Ecuménico Vaticano II, decorre da preocupante crise que vive a Igreja atual, gerada pela interpretação dada pela Conferência do Episcopado Latino Americano em Medellín, aos 16 documentos do Concílio.

É sabido que o Sínodo Episcopal não tem nenhuma autoridade para corrigir ou emendar algo que foi proclamado pelo Concílio.

Convém lembrar que o soberano pontífice possui poder ordinário sobre a Igreja Universal, não apenas sobre a Diocese de Roma.

Por ser bispo de Roma e sucessor de Pedro, é ele, chefe de toda a Igreja e vigário de Jesus Cristo, na terra.

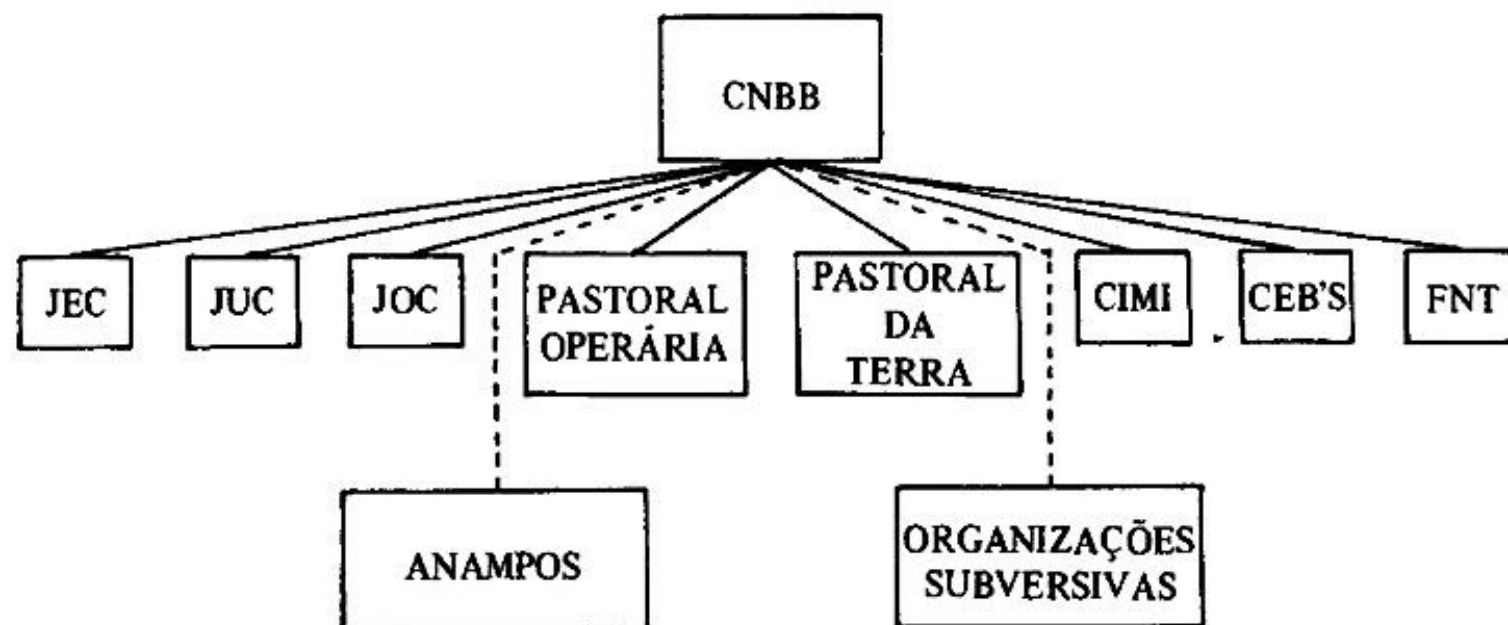
Convém lembrar que sua autoridade está sendo contestada, pois é sabido que João Paulo II deseja manter a primazia da Missão Espiritual para toda a Igreja.

A Igreja está dividida e, conseqüentemente, menos forte. Não se pode conceber um rebanho sob a orientação de mais de um pastor.

É inegável que o clero optante pelo engajamento social da Igreja, já colhe os frutos das sementes lançadas.

Exemplo vivo é o caso recente da Nicarágua, onde dom Miguel Obando y Bravo — arcebispo de Manágua — e que ajudou de maneira decidida a derrubada do ditador Somoza, hoje vê-se encurralado pela FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional).

Sem dúvida alguma, a junta comunista que oprime a Nicarágua dá à Igreja Progressista uma resposta à altura de qualquer governo comunista, em qualquer parte do mundo. Cristo e Marx, são essências heterogêneas. Não se misturam!



A FRENTE NACIONAL DE TRABALHO FNT
 A PASTORAL OPERÁRIA OP
 O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO CIMI
 A COMUNIDADE ECLESIAL DE BASE CEB's
 A ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS MOVIMENTOS POPULARES E SINDICAL
 ANAMPOS
 A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA JOC
 A JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA JUC
 A JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA JEC

QUINTA PARTE

DIRETRIZES FUNDAMENTAIS

I – INTRODUÇÃO

Vivemos 1986 — o Ano Internacional da Paz. A busca ansiosa pela paz, em todos os quadrantes do mundo, revela a existência de um estado de guerra, também de dimensão global.

A guerra faz parte da essência humana. Só conhecemos a paz porque sabemos não só da guerra, mas da angústia.

Um soldado em combate pode viver uma grande paz interior enquanto que um homem num estado de paz aparente pode viver grandes conflitos. Paz é, portanto, a sintonia do homem consigo mesmo e com Deus.

Desde o advento do comunismo, temos procurado combatê-lo por meios militares, políticos, sociais e econômicos — em nome da liberdade e da Democracia.

De 1917 até os dias atuais, só perdemos terreno. O marxismo-leninismo está entrincheirado na Europa, Ásia, África e nas Américas. Hoje, aproximadamente 39% da superfície da terra, 42% da população mundial, estão nas mãos do comunismo. Trinta e sete países gravitam na constelação socialista mundial.

E eles falam de paz!

Lênin declarou que: “a política da União Soviética é uma política de paz”.

Para os soviéticos, a paz real só pode ser alcançada quando o mundo inteiro estiver sob o comunismo.

Na busca desse objetivo, 150 milhões de seres humanos, até o presente, foram exterminados, na URSS, China, Camboja e outros países onde o comunismo se instalou. (Jornal francês *Le Figaro*, 18 de novembro de 1978).

Em 1930, o vencedor por três vezes do “prêmio Lênin” — Dimitri Manuisky — declarou: “Guerra até a aniquilação é inevitável entre o comunismo e o capitalismo. No presente, entretanto, não somos forte o suficiente para atacar. Nosso tempo chegará dentro de 20 a 30 anos. Para vencer precisaremos do fator surpresa. Devemos pôr a burguesia para dormir. Por essa razão começaremos o movimento de paz mais espetacular que a história já viu. Faremos propostas e concessões, como nunca foram vistas. Porque as nações capitalistas, que são estúpidas e decadentes, irão assistir a sua própria destruição. Farão todo o possível para nos ter como amigos, e tão logo retirem suas guardas iremos esmagá-los com nossos punhos”. (Citado por Joseph Kornpheder de um discurso dado por Manuisky na Escola Lênin de Paz em 1930).

O grande problema do mundo livre é ignorar o verdadeiro caráter do comunismo.

Comunismo é uma ideologia. Não podemos combater com êxito uma ideologia esgrimindo uma forma de governo — como é o caso da Democracia. Uma idéia só poderá ser combatida com uma idéia melhor.

A ideologia comunista pode ser resumida na negação da existência de Deus e na abolição da propriedade privada.

Um homem que não crê em Deus, pela sua própria natureza, é um homem em conflito, angustiado, incapaz de alcançar a paz. Se não há num ser humano a fé numa vida pós-morte, agiganta-se em seu espírito a voraz busca imediatista de uma felicidade terrena total, que sabemos inalcançável.

Se o homem é levado a não crer em Deus e, além disso, a despir-se da perspectiva do “ter”, o que lhe resta? Se realizará no Estado totalitário? Nesse sentido, como em todos os de sua doutrina, o comunismo se contradiz, torna-se utópico e desumano.

E por que o comunismo avança? Exatamente porque seus fanáticos seguidores usam o poder da fé numa ideologia.

Temos ainda claro o exemplo da derrota americana no Vietnã. Os EEUU, a maior potência militar de nosso planeta, abandonaram nos campos do Vietnã cerca de 5 bilhões de dólares em armas. Seus soldados, sem motivação para a luta, quedaram-se desmoralizados, muitos dos quais drogados, ante a vontade férrea dos vietcongs. Não foi uma derrota militar. Foi ideológica.

O que interessa fundamentalmente aos comunistas é atacar, em grande escala, as idéias e as convicções dos homens.

O homem ocidental, mais precisamente o homem americano, está confuso, descrente, desmotivado e pobre na sua fé. Vemos claramente através das controvérsias existentes no seio da Igreja Católica da América Latina que o mundo religioso, o mais poderoso obstáculo ao comunismo, cede terreno e, mais do que isto, está infiltrado.

Precisamos de uma revolução que transforme o coração do homem, que lhe dê perspectiva e vontade de lutar, que lhe imprima uma fé inabalável, superior, nos valores transcendentais, conservadores, do Ocidente.

O presidente norte-americano, Ronald Reagan, de certa forma está dando ao povo de seu país o resgate de seus reais valores. Por isso, Reagan é o maior líder do mundo ocidental, que a despeito da avançada idade faz vibrar o coração dos jovens.

Ronald Reagan sabe que, mais poderosa que a consecução do programa "Guerra nas Estrelas", é a fé do povo americano, voltada para Deus, para a família, para a moral e para a conscienciosa vontade de lutar e de vencer.

Na antevisão geral desses fatos, desejo na parte final deste compêndio, propor à sociedade brasileira — estudantes, professores, operários, empresários, políticos, intelectuais, militares, religiosos, agricultores e, principalmente, à mulher brasileira, que inúmeras vezes extravasou em horas decisivas sua preocupação com os destinos do Brasil — quatro diretrizes fundamentais, para combater o pior inimigo de Deus e o pior crime contra a humanidade: o comunismo.

II – DIRETRIZES FUNDAMENTAIS

1. NO CAMPO ESPIRITUAL

Vivemos uma sociedade decaída. A razão disso está no fato da corrupção e alienação do homem. A alienação do homem provém de sua separação de Deus. O homem aceita a existência do Universo e a maravilhosa ordem natural de seus elementos; curva-se ante a beleza indescritível de um pôr-do-sol, ou a contemplação misteriosa de uma noite pontilhada de estrelas; acredita nas faculdades ilimitadas de sua mente e busca, nos sofisticados engenhos tecnológicos hoje existentes, uma resposta ao seu ego permanentemente irrealizado.

Ante à angustiante busca do gozo e da riqueza, queda-se insaciado e infeliz o mais perfeito ser da Criação. Essa realidade nos é mostrada pela crise moral que avassala o Ocidente, onde costumes degenerados definham a estrutura familiar tradicional e conseqüentemente irradiam às novas gerações a intranquilidade, o medo, a droga e o vazio da falta de uma ideologia positiva.

O homem tem buscado o permanente na transitoriedade da matéria.

Constantemente ouço pessoas apavoradas pela possibilidade da eclosão de um conflito nuclear. Sabemos ser isso perfeitamente possível e até mesmo provável, porque não depende de Deus, mas dos homens. Devo dizer, no entanto, que pessoalmente não tenho a menor preocupação com tal desastre, nem por mim, nem por meus filhos, porque acredito firmemente, serenamente, vigorosamente, que além da catástrofe ou do fim da tênue vida terrena há um novo sentido, um novo despertar, uma nova luz, para aqueles que sintonizam com o "Princípio Único do Universo".

Não importam as diferentes maneiras de imaginá-lo, nem as diversidades de templos elevados ao seu louvor. Importa, isto sim, o coração do

homem, a mente do homem, sentindo a força divina em suas próprias células.

Experimente, caro leitor, entrar em contato com esse Deus que habita nas mínimas coisas a teu redor. Contempla a grandiosidade da natureza, o trabalho ordenado e sublime das abelhas, o sentido e a missão de cada animal na Terra, o encanto das flores na obediência dos ciclos — essas coisas simples que tiveram uma inspiração, um sopro, um começo, um Criador, porque do nada provém apenas o nada!

Concito a todos os que sofrem na ilusão imediatista da realização total nesta vida a provarem o eterno, a buscarem o além, a usufruírem da paz, da confiança e de uma coragem sem limites.

Esta é a idéia maior, esta é a ideologia superior, esta é a barreira intransponível aos negadores da existência de Deus.

Levantemos esta bandeira no trabalho, nos estudos, em qualquer lugar: DEUS EXISTE! Esta é a nossa fortaleza que o ciclone não irrompe, que o terremoto não abala, que a ferrugem não ataca, que os vermes não destróem.

Esta é a nossa coragem com a qual esgrimiremos, no vernáculo ou nas armas, contra os inimigos da humanidade.

2. NO CAMPO ECONÔMICO

O mundo capitalista do qual fazemos parte estrutura-se fundamentalmente na iniciativa privada, ou regime da livre-empresa. Sabemos ser este, economicamente, o caminho mais adequado e produtivo porque sabemos também que a economia comunista, nas suas maiores expressões, é um fracasso total. O povo russo sobrevive graças aos celeiros do Ocidente e à prática de operações capitalistas, clandestinas; a China, por sua vez, já abriu suas portas a investidores ingleses e americanos. O próprio símbolo do comunismo — a foice e o martelo — completamente obsoletos, dobra-se ao colosso da economia do mundo livre.

Destarte esses fatos, nossa economia (brasileira), é causa de profundas distâncias sociais. Como se justifica?

Dimensionamos nosso mundo dentro de uma escala de valores. Assim, conceituamos o que vemos, o que sentimos, o que ouvimos, da mesma forma que formulamos críticas dentro de uma axiologia concebida e refletida.

Nossa sociedade, especificamente, costuma valorar o homem pela sua opulência, pelo seu poder econômico e aquisitivo, isto em detrimento do próprio Direito Positivo existente. (Quem desses quadrilheiros do “colarinho-branco”, responsáveis pelos inúmeros escândalos financeiros que há pouco nos abalaram, encontra-se na cadeia?)

Tivemos, num passado recente, exemplos dos chamados “acordos de cavalheiros” entre o Governo e empresários no tocante ao controle de preços dos produtos básicos. O resultado desses acordos nós o contemplamos nas remarcações diárias dos supermercados. A evolução dessa insensibilidade levou o atual Governo a editar o mais radical pacote econô-

mico da nossa história. Mas o Governo pode congelar salários e assim controlá-los. Freará, no entanto, o poder econômico por longo tempo?

Então, devemos dizer que o nosso problema não é o capital, mas a pessoa do capitalista. É um problema humano.

Inegavelmente, entre o operário que debate-se com um insuficiente salário e o dono da empresa, que ano após ano vê seu patrimônio somar-se geometricamente, aquele necessita de maiores atenções.

É preciso tocar o coração do homem, alertar o insensível, que nós, mortais, viemos a este mundo sem nada e daqui partiremos levando apenas nossa tranqüila ou intranqüila consciência.

Para muitos, esse "despertar" só é alcançado através de um certo radicalismo, de um governo rigoroso e autoritário, no uso da própria lei. Mas, para tanto, é necessário uma estrutura judicial agilizada e uma permanente participação fiscalizadora por parte dos consumidores.

Acredito que a longo prazo é possível educar tanto os empresários do setor de produção, como os prestadores de serviços e os intermediários. É preciso encontrar um meio equilibrado e compatível de lucro com nossa realidade social, eliminando assim a exploração do homem pelo homem. Nossos empresários, de uma maneira geral, estão viciados na usura e no lucro fácil. As remarcações, as fraudes, os descaminhos que diariamente têm ocorrido após a decretação das novas medidas econômicas nos mostram de maneira incontestável a alienação da classe empresarial à grave defasagem social hoje existente em nosso País.

Por isso, proponho e defendo, no campo econômico, um sistema capitalista-humanista capaz de satisfazer diferentes camadas sociais, dando-lhes possibilidades cada vez maiores de consumo e conforto, sem que homens sejam oprimidos por homens, sem que Estados totalitários os chamem de meros proletários.

E isso é possível se, através de uma educação permanente, conseguirmos moldar uma nova mentalidade.

Nós temos condições imensuráveis de desenvolvimento. Nosso país oferece à iniciativa privada uma gama infindável de opções. Que haja ricos mais ricos, porque nós precisamos diariamente de milhares de novos empregos, mas pobres menos pobres e em condições compatíveis com a dignidade humana.

A riqueza enaltece o homem, quando o homem humaniza a riqueza.

3. NO CAMPO POLÍTICO

Guardo do senhor general João Batista Figueiredo (embora faça duras críticas a seu governo), uma frase de muita procedência: "O povo brasileiro não merece os políticos que tem".

Certamente esse pronunciamento refletiu o arrependimento do ex-presidente Figueiredo em não ter sido "o general" e tentar ser "o político", ou, ao confiar em demasia na classe política, encontrou o oposto de sua maneira de ser. Ouso apenas fazer uma pequena correção: o Brasil não merece os políticos que tem porque estes são produtos do próprio povo.

Na radiografia global do "Gigante Americano", como a contrastar com ímpares potencialidades, salta-nos aos olhos a "mancha patológica" de uma pálida republiqueta pela infinidade de partidos e correntes de pensamentos insignificantes e pelos procedimentos obscuros de seus líderes.

Entretanto, pelo decisivo momento político que estamos vivendo, onde se afirma e se propaga o nascimento de uma nova mentalidade, devo alertar para um aspecto de graves consequências que, pela maneira insidiosa e sorrateira com que vem se desenvolvendo, escapa, muitas vezes, da percepção dos mais bem informados. É o que podemos classificar de "Governo de coalizão" — estrutura básica forjadora da "Nova República" e que com ela toma corpo e abarca posições nas mais profundas entranhas do poder. Isto, resultante da confusão política que hora nos caracteriza e da carência de lideranças corajosas e íntegras.

O que vem a ser uma coalizão governamental? A *Enciclopédia soviética* define claramente a coalizão governamental em relação aos governos formados na Europa Oriental após a Segunda Grande Guerra. Uma coalizão governamental é referida como uma "democracia do povo".

Em coalizão governamental existem sempre duas partes: comunistas e não-comunistas. A *Enciclopédia soviética* explica que os comunistas devem focalizar mais sobre postos militares e de segurança do que presidência ou outras posições proeminentes mas sem poder. Isto significa que os comunistas devem tomar as posições de poder. Uma vez que os comunistas tenham consolidado seu poder, eles começam a usar a força, para pressionar os não-comunistas. Assim os não-comunistas desistirão de suas posições devido a tal pressão.

Essa tática de guerra de conquista está sendo aplicada abertamente no Brasil enquanto as forças de segurança assistem a tudo sem o apoio popular ou de autoridades, para a reação defensiva.

Os comunistas exerceram a pressão de cúpula + pressão de base, e o resultado está aí, claro, incontestável: a anistia, o pluripartidarismo, a legalização dos PCs, a legalidade da CUT, da UNE, exigência de eleições diretas e agora, por fim, a elaboração de uma Constituinte.

Marchamos assim, aceleradamente, para o último estágio desse assalto: um governo popular.

Nas últimas eleições para prefeitos, ocorridas em novembro de 85, causou surpresa à imprensa, aos meios políticos e ao próprio governo, a vitória direitista do senhor Jânio Quadros, em São Paulo.

Não entro no mérito da pessoa do senhor Jânio Quadros. Particularmente não tenho o menor apreço por personalidades que ora estão de um lado, ora de outro.

Porém, a vitória do senhor Jânio Quadros à Prefeitura de São Paulo demonstrou claramente que a direita possui uma poderosa força no Brasil. Não atua, não manda, não mantém hegemonia, não ataca, porque está desmotivada, medrosa, encolhida e com poucos líderes que a entusiasme novamente. A meu ver, em São Paulo, somente um político — decidido e constante — o senhor Paulo Maluf, abriga, no momento, a confiança das forças conservadoras.

Ouve-se freqüentemente, homens de projeções no quadro Nacional manifestarem-se como integrantes de uma ideologia ou partido de centro. Entendo que o centro é uma posição de cima-de-muro. Um homem que se diz de centro, dependendo da fase política, poderá estar ora à esquerda, ora à direita. É um oportunista.

Ser de direita — devo esclarecer — não significa ser extremista, muito menos torturador ou guerrilheiro. É justamente o oposto. Ser de direita, significa ter amor à família, defender de maneira intransigente a proprieda-

de privada, é ter dignidade de costumes, é ter respeito pela pessoa humana, é ser um combatente na defesa de valores perenes.

Ser de direita é estar de acordo com valores que podem estar adormecidos mas são intrínsecos do povo brasileiro.

Por essas razões, proponho, neste campo, uma arrancada Nacional direita, um grande partido de direita, vigoroso, corajoso, consistente, capaz de arrebatar todos os segmentos conservadores e tradicionais desta grande Nação. Dessa possibilidade São Paulo nos deu um exemplo recente.

Temos lido e ouvido, ultimamente, críticas de parlamentares, de ministros e da imprensa contra a TFP (Tradição, Família e Propriedade). A TFP, a meu ver, embora dela não seja membro, é a única organização civil, de direita, que corajosamente nunca silenciou, nunca se dobrou às pressões progressistas.

A TFP é uma fortaleza que devemos defender e incentivar. Ela representa, na linha de frente, uma atuante defesa das nossas mais caras tradições. É preciso que empresários, proprietários rurais, chefes de famílias, políticos direitistas, religiosos conservadores, deem a esta organização apoio irrestrito.

Estou convicto de que não haverá paz nem maturidade política no Brasil enquanto partidos de certa expressão, formadores de frentes, abrigando forças da esquerda radical, ameacem a estabilidade direita ou conservadora.

Nós precisamos vencê-los através das idéias e das urnas, para evitar vencê-los através das armas.

4. NO CAMPO MILITAR

Em capítulos anteriores, destaquei pontos, referentes às instituições armadas, de uma forma mais filosófica, como valores-maiores, como sustentáculos de qualquer estado soberano.

Refiro-me agora em sentido estrito, enfocando nossas forças, notoriamente o Exército, por fazer parte dele, no tocante à sua operacionalidade.

Conheço nosso Exército. O Exército é meu segundo lar. Nele tenho vivido há quase vinte anos. Amo-o em todos os momentos. Critico-o muitas vezes na forma como é conduzido.

Possuimos um poderoso Exército e uma impressionante indústria bélica. Mas há quanto tempo não lutamos? Externamente há mais de 40 anos; internamente, tivemos na década passada encontros mais ou menos significativos com a guerrilha.

O nosso Exército é bem treinado, mas é um Exército fruto da paz. Não quero dizer com isso que procuremos a guerra, ou um inimigo. O inimigo existe e age; nós não o combatemos.

Um homem vive da motivação. Um soldado vive da luta, da ação, do emprego real.

Estamos com o inimigo em casa e não o desalojamos. Nossa LSN, na prática, não existe. Estamos com o inimigo na vizinhança e deixamos o "barco correr". Essa é uma posição muito cômoda, isto é, dizer ao mundo que o Brasil é um país neutro, que é partidário da autodeterminação dos povos. Cuba também diz isso, no entanto, há milhares de cubanos lutando na África, até há pouco havia em Granada. Também há no Suriname, Nicarágua e em El Salvador.

A posição de neutralidade é uma posição de covardia. Um homem

que não participa de sua época é um homem inexpressivo; o País que não participa ativamente no "jogo" internacional é um país tímido e relegado às baixas posições.

Em 1972 participei da preparação à "Operação Charrua". Íamos "invadir" o Uruguai, já quase em mãos dos Tupamaros. A vibração era tanta entre nós, que parecíamos viver um momento grandioso. A "Operação Charrua" só não foi desencadeada porque os uruguaios resolveram o problema através das urnas. Mas a decisão brasileira marcou positivamente no ânimo de nossos quadros. O Brasil, enfim, teria saído da inércia continental, ou do "berço esplêndido".

E dizer que há hoje um esquipático coronel (Dickson Grael), querendo fazer nome baseado em críticas àquela decisão histórica. Comandantes "dessa marca" nossos guerreiros dispensam.

A verdade é que há mais de 10 anos estamos perdendo terreno. Quando se perde terreno, precisa-se de um esforço dobrado para reconquistá-lo.

Nós, militares subalternos, não entendemos e não aceitamos que a existência de fases políticas atinjam a filosofia básica de nossas forças. Nós não aceitamos pressões políticas, e muito menos ceder terreno aos inimigos da pátria. Ou nós cumprimos o nosso dever, ou tornamo-nos burocratas fardados.

A filosofia do militar resume-se na simplicidade prática de dois caminhos: amigo e inimigo. Aos amigos, a solidariedade, o apoio irrestrito; aos inimigos, o combate.

No final de março de 1985, por ocasião da posse que seria dada ao então presidente eleito, senhor Tancredo Neves, veio ao Brasil, o ditador comunista Daniel Ortega, da Nicarágua. Teve o "ilustre" visitante, no Rio de Janeiro, como anfitrião, um general do Exército. Durante uma semana, o comandante Daniel Ortega permaneceu em solo brasileiro. Durante esse tempo, enquadrado por oficiais-generais das três Armas, depositou flores em homenagem aos soldados mortos na Segunda Guerra Mundial.

Não se concebe que um guerrilheiro, a serviço do comunismo internacional como o é Daniel Ortega, deposite flores aos que morreram por liberdade. E se isso for concebido, então as flores que o ditador comunista depositou aos heróis mortos é extensiva aos nossos companheiros ceifados pelo terrorismo vermelho.

Não se concebe que as honradas fardas que representam nossas Forças Armadas, sirvam de escolta a um tirano que semeia a luta armada na América Central, e que cerceia a liberdade de seus próprios compatriotas.

Nossa filosofia não pode servir a constrangedores protocolos.

Entendam os Governos, entendam os políticos, que a Nação brasileira hoje é livre graças às Forças Armadas que possui. Mas os profissionais que compõem essas forças não são bonecos; não são robôs. São homens de dignidade, de brio, que não podem em momento algum ficarem expostos a vexames de tal porte.

Há de se evocar que uma das causas da renúncia do senhor Jânio Quadros em 1961 foi a condecoração do guerrilheiro, então ministro de Cuba, Ernesto Che Guevara. Nós não podemos conviver com ambigüidades. Nós não podemos servir a interesses políticos passageiros em detrimento à nossa superior finalidade.

Não há aqui o que se propor, a não ser o seguimento à uniformidade de nossa formação.

III – CONCLUSÃO

Sinto uma grande paz ao concluir este livro. Há uma realização imensa me cruzando a alma. Elogiei, critiquei, disse o que quis. Usei integralmente da liberdade que permanentemente defendi e defendo.

Quero deixar claro ao leitor que se sou um homem radical, o sou contra a opressão. Qualquer tipo de opressão.

Em 1973, ao pedir permissão para editar meu primeiro livro (poesias nativistas), fui incentivado pelo meu comandante Cel. José Antônio Correa Medina.

Hoje, fiz este livro sem pedir permissão a ninguém, sem dar satisfações a ninguém, entrando em contatos com editoras, pesquisando, na mais completa liberdade. É certo que, na qualidade de militar da ativa, infringi o Regulamento Disciplinar. Estou consciente disso e meus superiores têm toda a liberdade e o direito de aplicá-lo. Mas ninguém, hoje, pode dizer: não faças isso, porque homem nenhum pode oprimir outro homem com leis injustas se nem mesmo o Criador o faz.

Temos liberdade consciente, responsável, a par de um ordenamento jurídico equilibrado.

É por essa liberdade que vale a pena viver e arriscar a vida.

Se a ditadura de direita é um erro, a de esquerda é um crime. Se há uma ditadura de direita para evitar a de esquerda, aquela torna-se virtude. Essa é a grande verdade.

No Brasil de hoje proliferam os intelectuais de esquerda. É o *Brasil: nunca mais*, é o *Fidel e a religião* é o *Olga*, etc. Todos fazendo apologia da mentira. Eu afirmo: um intelectual de esquerda, que defende a esquerda, é um mentiroso, porque vive a defender a liberdade, mas aqui no Ocidente,

no mundo livre, onde pode publicar seus livros e livremente ser lido. Os intelectuais de direita, por viverem na liberdade e na verdade, acomodam-se. Não escrevem. Os que não vivem na liberdade, mas no "paraíso soviético" e ousam escrever, imediatamente são confinados. Por isso, a esquerda é mentirosa.

Brasil: sempre, acredito, mais do que uma resposta ao *Brasil: nunca mais*, fica como um exemplo de coragem e de confiança, para o maior patrimônio que uma Nação possui: as novas gerações.

Desse modo, sinto-me tranquilo e feliz.

Porto Alegre, 31 de março de 1986.

ANEXO I

Padre Eugênio Ângelo Giordani, nascido a nove de julho de 1910 no município de Encantado, RS, faleceu aos 74 anos, com 45 dedicados à vida religiosa, sendo que mais de quarenta, à paróquia de São Pelegrino, em Caxias do Sul.

Padre Giordani nos deu um exemplo de coragem e fé inabalável, cuja entrevista em anexo bem o revela, e que julguei conveniente fazer parte de Brasil: sempre.

A Igreja Católica, hoje, ressen-te-se com a falta de homens dessa determinação e dessa linha de pensamento.

GIORDANI, o padre do olho por olho, dente por dente

“O durão padre Eugênio Giordani, se não fosse sacerdote, certamente seria um boxeador de punhos de aço, ao estilo de Primo Carnera. Mesmo assim, algum fiel da paróquia de São Pelegrino já deve ter experimentado a sensação de estar diante de um pugilista, desses que, se recebem um soco, em seguida dão o troco com outro mais forte. Pois o enérgico padre Giordani, que uma vez subiu a um palanque para estragar o comício dos comunistas e se fez eleger vereador para marcar de cima um vereador protestante, é capaz também de chorar. E chora como não chorou quando saiu num jornal empunhando uma carneadeira, no dia em que Luís Carlos Prestes visitava Caxias do Sul.

O padre Giordani ri das ofensas e dos ataques, afinal nunca teve medo. Mas as lágrimas traiçoeiras escorregam pelo rosto quadrado e exigem que levante a mão. O coração do vigário de São Pelegrino precisa de um

suspiro para continuar inspirando a história do médico e padre que foi à Rússia e acabou rezando missa dentro da NKVD (a polícia secreta), sobre um exemplar do Pravda. As duras feições de mármore se amolecem. O padre Giordani não nasceu para mártir e continuará pulando no ringue enquanto existir o comunismo e os símbolos da foice e do martelo.

Surpreendentemente, confessa que durante toda a vida pensou e viveu em função da Europa. E por que seria diferente, se até agora a região italiana foi um pedaço da Itália no Rio Grande do Sul? Esse vigário de filhos e netos de imigrantes lhes deu sermões, batizados e encomendações em italiano quando careciam de advertência, da alegria e do consolo na língua em que se acostumaram a pensar, rir e chorar. E nunca foi apenas um pároco simplório. No padre Giordani, sempre há uma citação de Homero, de Virgílio, um provérbio em latim, uma lembrança do tempo em que se estudava filosofia e se lia os clássicos e ai de quem não lesse.

– Eu fui aluno dos antigos e velhos sábios jesuítas de São Leopoldo. Um deles havia sido professor em Shangai, outro fora professor na corte de Guilherme II. Meu professor de latim foi o padre Reus. Um dia fiz a lição, estava tudo certo, mas faltava o ponto final. Ele desenhou um enorme ponto e ao lado escreveu, para que eu nunca mais esquecesse, a palavra punctum. Que cultura fantástica, que cultura fabulosa, a daqueles velhos jesuítas. Agora? Que crime eliminar o latim dos estudos da nossa juventude, que cresce sem saber a origem do nosso idioma. Quem é o responsável por isso?

SAUDADE DOS GIGANTES

Há nas recordações e queixas, uma saudade dos tempos dos gigantes, de Stálin, Pio XII, Churchill, céu e inferno. Não há mais fronteiras entre o bem e o mal. Quando João Paulo II entrar no Gigantinho, para um encontro com o clero, terá um olhar muito atento sobre seu rosto, uma mirada rigorosa sobre seu porte. Será um gigante como aqueles de antigamente?

– Acho que o Espírito Santo estava em férias até ser eleito João Paulo II. Quem é que está falando no momento? Quem é o único com autoridade para falar, senão ele? É um homem de personalidade, um caráter firme, já se viu. Por que a Igreja Católica teria que ficar em mãos de italianos se há tantas outras pessoas inteligentes e capazes? Providencialmente foi eleito um papa polonês, que vem do outro lado da cortina de ferro. Gostei muito das determinações que baixou sobre o sacrifício da missa,

com a volta aos antigos ritos.

O padre Giordani fecha os olhos para rememorar o rosto do papa, gravar bem as linhas angulosas e o olhar fundo. O padre Giordani teria sido eleitor de Wojtyla, se fosse cardeal.

— A palavra do papa é palavra de vida eterna, de segurança diante desse caos que está aí. Há muita gente esperando por alguém que levante a voz no sentido da ordem mundial. Quem é que está falando? O cretino do Khomeini, o fraco do Carter? Ora, por favor, é de rir. Só há ele, João Paulo II. Eu confio nele.

Em quem mais o padre Giordani poderia confiar? João Paulo II manteve a Igreja viva sob a hostilidade permanente do governo comunista e, a respeito da liturgia, é um homem conservador, que preferiria os padres de batina, zelando incessantemente pelo patrimônio milénar da Igreja. Mas a caminho dos setenta anos, ele sabe que certas mudanças são irreversíveis:

— Muito bom que a missa seja em língua vernácula e diante do povo, que assim pode rezar e conversar com Deus. Acho esplêndido que o povo participe e que a fé passe por uma transformação de vitalidade formidável. Mas há inovações que são um verdadeiro abuso, como celebrar a missa sem paramentos, em mangas de camisa, e fazer uma encomendação sem estola. Por que desiludir essas pobres criaturas, para as quais a fé começa com a manifestação de seus sentidos, por que devemos arrebentar com toda essa liturgia? As normas da Igreja não determinam o que está aí assustando o povo.

O CONFLITO

Padre Giordani aderiu ao clergyman para certas ocasiões, não às idéias ditas progressistas que entusiasman os padres novos. Não admite que só se fale em econômico e social e se esqueça o espiritual. Não aceita a mistura da praxis marxista com as verdades do Evangelho, para ele uma mistura intragável. E continua vendo os chifres de Belzebu por baixo de certas pregações muito avançadas:

— Ai, meu Jesus, será que interessa só o econômico e o social? Eu também me interesso pelo econômico e social, mas isso não é tudo. Antes de Puebla e da tal opção pelos pobres eu lancei a Ação de Recuperação Social, baseado na Ação Social Arquidiocesana do cardeal Jaime Câmara, em favor dos miseráveis e dos pobres, na periferia de Caxias. Depois fiquei no ar. Não foi Puebla que me ensinou. Sei que há muita miséria, mas

não me falem em praxis marxista. Antes de aceitar Puebla, aceito o Evangelho, que tem força suficiente. Os nossos caríssimos amigos vermelhos estão gostando muito disso. As comunidades de base são inspiradas na célula comunista. As comunidades de base são como as ondas de rádio, levam o que você largar no ar. Bem orientadas, elas servem para o reavivamento do cristianismo lá na base, mas também podem se prestar para a penetração de outras idéias que não sejam cristãs.

Fundador do ex-PDC (Partido Democrata Cristão) em toda diocese de Caxias do Sul, figura polêmica, censurado pelo cardeal Vicente Scherer quando se candidatou a vereador, o padre Giordani jura que não pegou a faca para atacar os comunistas e que a história foi bem diferente do que a célebre foto dá a entender. Os comunistas estavam cercados num cinema – explica – e poderia haver um sério incidente. Ele estava ouvindo pelo rádio e se tocou para a frente do cinema, para evitar um choque. No meio da confusão, o radialista Amir Roga lhe entregou a faca, que havia tirado de alguém. Foi bem na hora em que estourou o flash. O padre Giordani se diverte com a fama de brigão e o pavor que os comunistas tinham dele. Já riu mais em outros tempos, agora se considera um espécime de sacerdote em extinção:

– Eu sei que eu sou remanescente de uma outra época, de uma Igreja com uma visão da Europa e sei do violento conflito entre a Igreja latino-americana e a Igreja européia. Mas não sou partidário das bandalheiras que andam aí. Muito se fala em direitos humanos mas eu pergunto por que não se fala em deveres humanos? Toda vez que me falam em direitos, lembro logo de deveres. Hoje há uma tortura da inteligência e da liberdade da criatura humana. Acho errado a dicotomia que estão fazendo entre direitos e deveres, pobres e ricos. Eu sou por convencer o rico de que deve empregar seus recursos em favor do pobre.

O CERCO

L'Osservatore Romano sempre à mão, muito interessado na idéia de fundação de um Partido Europeu, que substituiria a democracia cristã, padre Giordani não se importa com as críticas pesadas que sofre por ser a favor da pena de morte ou com a pichação "Aborto para os que não podem nascer", "Que a Reforma comece pela Igreja" e "Religião: ópio do povo" que mancha a fachada de sua igreja. Além das idéias ousadas demais para o gosto de um padre da velha guarda, a delinquência cerca padre Gior-

dani e seu fortim tradicionalista: os ladrões estão levando carros do próprio pátio da igreja. O consolo é que o tesouro artístico que foi juntando até agora está a salvo: as maravilhosas pinturas de Aldo Locatelli, a perfeita réplica da Pietá e, até o fim do ano, as portas de bronze lavrado de Augusto Murer, que contam a epopéia da imigração.

Um padre que não teria o constrangimento de trocar socos com algum hereje, respeita os comunistas por sua devoção, também religiosa, a uma causa que não responde de onde veio e para onde vai o homem, e que não dá o senso do transcendental e do divino. O que ele, padre Giordani, pode fazer, dom Paulo Evaristo Arns não pode. O padre tem todo o direito de se intrometer na política e ameaçar com fogo do inferno e os punhos os adversários, um cardeal não, a menos que seja candidato a vereador, uma ambição pequena demais para quem tem um rebanho tão grande. Se insistem para que fale mais sobre dom Paulo Evaristo, ironiza com versos em italiano, de um poeta que de todos falava mal, menos de Cristo, sob a desculpa de que não o conhecia.

Assim pensando, julgando, bradando e se conformando, Giordani vai descer a Serra para receber o maior de todos os pastores, um que também pensou as agruras do comunismo totalitário. Giordani, o padre do olho por olho, dente por dente, se o inimigo da Igreja estiver cara a cara, vai olhar firme para João Paulo II, à espera de um sinal vigoroso de que agora o Espírito Santo está despejando suas luzes sobre Roma:

– João Paulo II é um elemento martirizado, é fabuloso, firme. São poucos os que pensam e agem e ele é um deles. As coisas não podem ser nem tanto para cá, nem tanto para lá. A missão da Igreja é anunciar o Evangelho. Todos fomos remidos pelo sangue de Cristo e Santo Agostinho proclamou – ‘Senhor, tu nos fizeste para ti e nosso coração está intranquilo enquanto não repousamos em ti’.” (Zero Hora 30-06-1980)

ANEXO II

(Fonte: Centro de Informações da Aeronáutica)

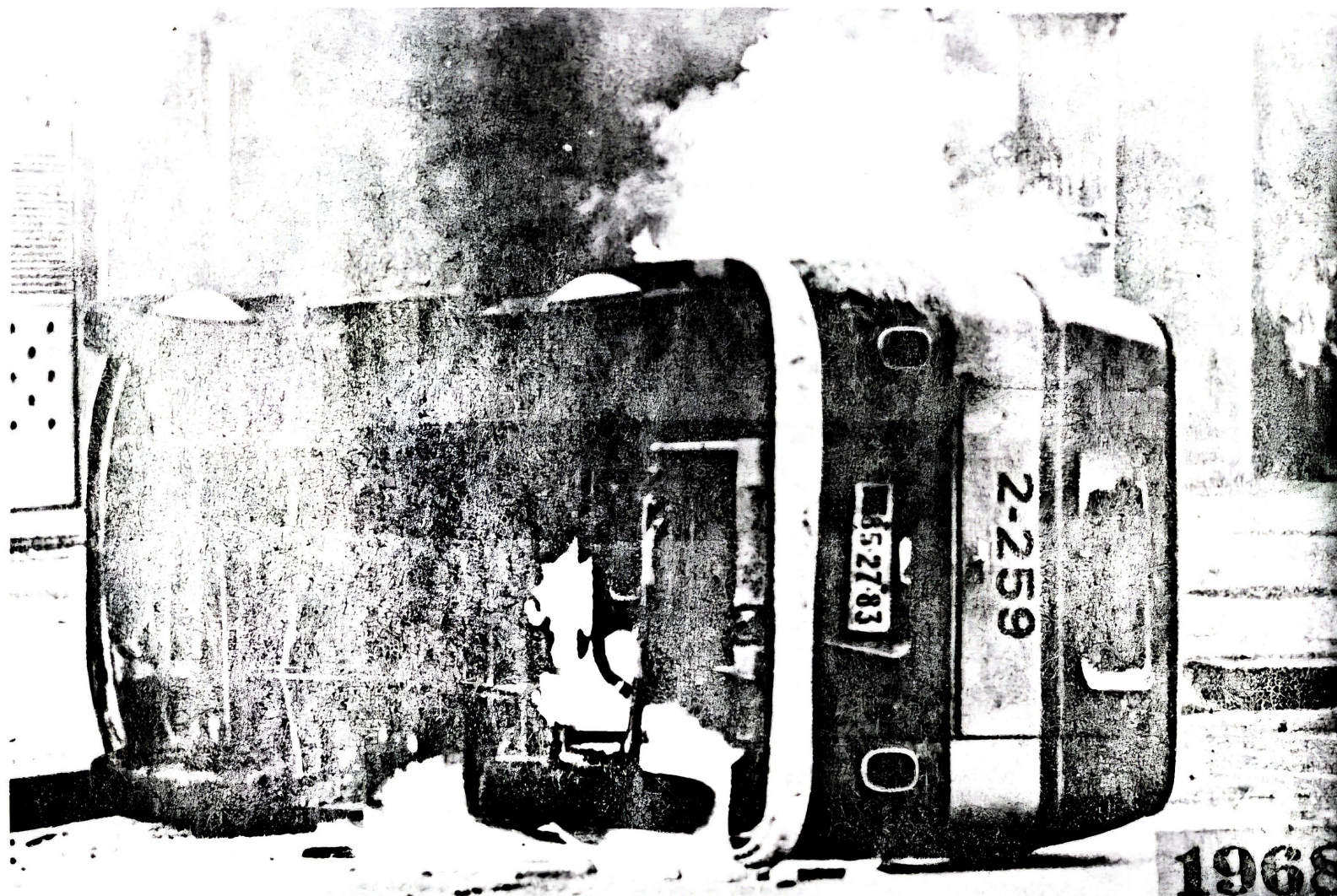


1968, RJ - "Movimento Estudantil"

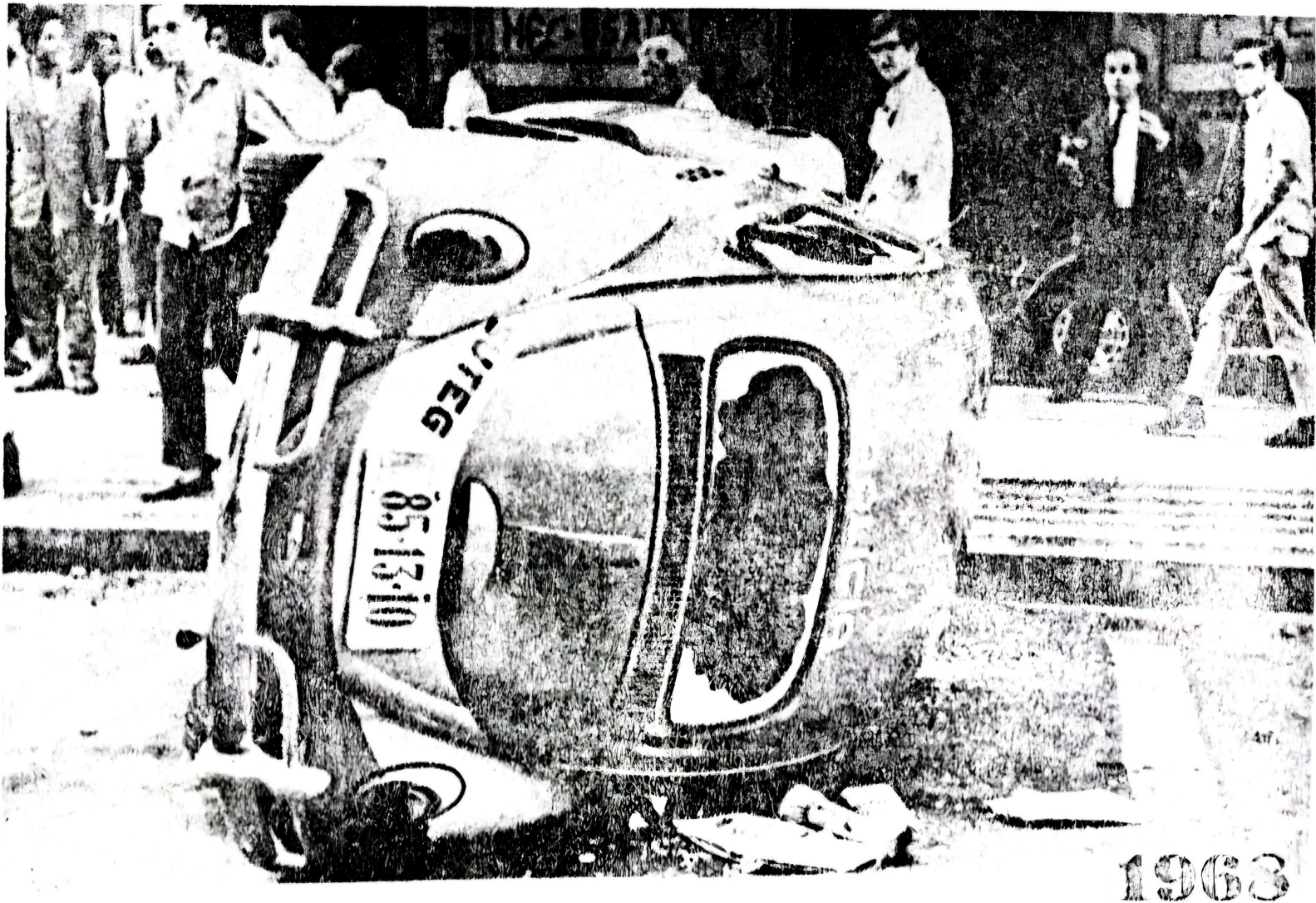


Cena, filha única do agente federal Helio Araújo, foi ver o pai no Hospital Miguel Couto

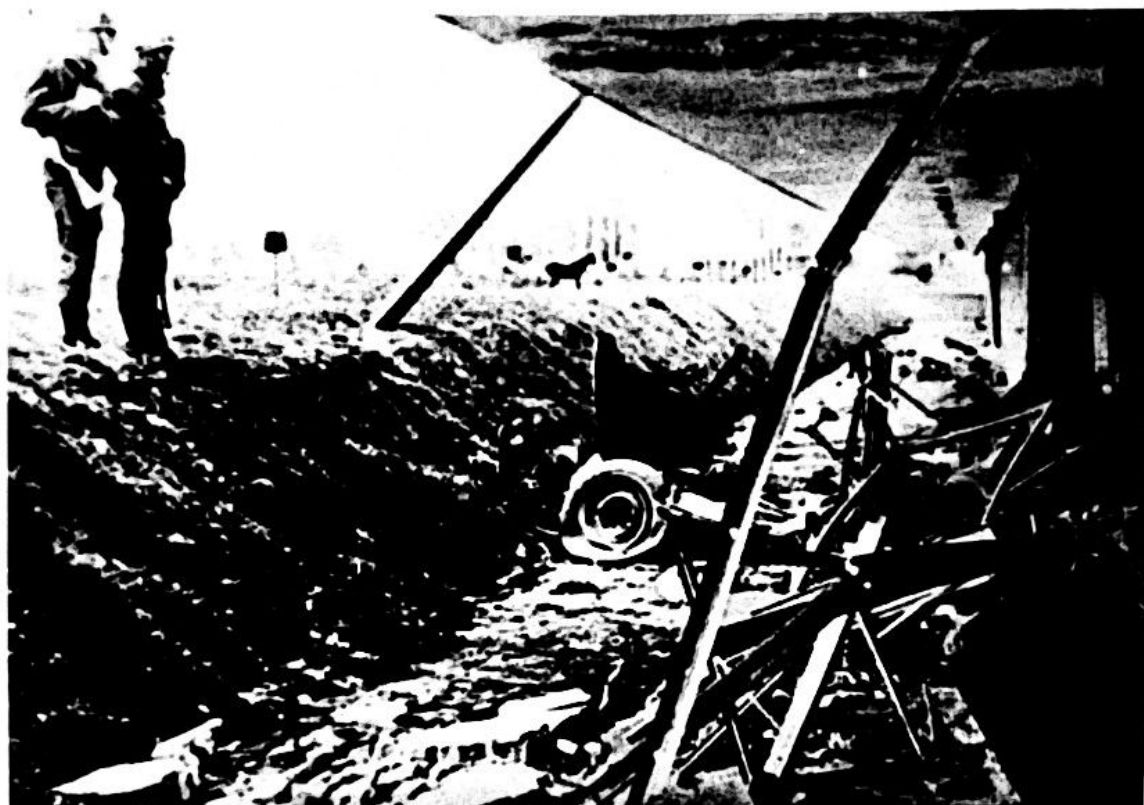
Policial ferido pelo terror está com membros paralisados



1968, RJ - Guerrilha urbana



1968, RJ - Guerrilha Urbana



26 JUN 68 - Atentado terrorista ao QC DO II Ex., em S. Paulo, que causou a morte do sentinela, soldado MARIO KOSEL FILHO. Para combater essas atividades é que viria a ser decretado o Ato Institucional nº 5 em 13 DEZ 68.



29 AGO 80 - HOMENAGEM A TROTSKY - S. PAULO

S. PAULO, 29 AGO 80 - Ato público em homenagem a TROTSKY.



S. PAULO, FEV 82 - Congresso da
"Organização Socialista Internacionalista",
grupo trotskista clandestino.

Bibliografia

1. **MACHIAVELLI**, Nicollo "O Príncipe"
2. **TROTSKY**, Leon. "Programa de Transição". Coyacán/México, 1938.
3. **MUCCHIELLI**, Rogério "A Subversão". Mundo Cultural Ltda., S. Paulo, Brasil, 1979.
4. **PAVLENKO**, A.A. "O Processo Revolucionário Mundial". Edições Progresso, Moscou/URSS, 1982.
5. **MARX**, Karl e **ENGELS**, Friedrich. "Manifesto do Partido Comunista" Londres, 1848.
6. **ZENIN**, V e **GÓLICO**, G. "Lenine, Vida e Obra". Agência de Imprensa Novosti – Moscou/URSS, 1980.
7. **BOLSANELLO**, Elio. "Lênin, de que um homem foi capaz". Editora Socialista, S. Paulo/Brasil, 1982.
8. **CAREWHUNT**, R.N. "O jargão Comunista". Dominus Editora, S. Paulo Brasil, 1964.
9. **MARIE**, Jean Jacques. "Os quinze primeiros anos da IV Internacional" Palavra Editora, S. Paulo/Brasil, 1981.
10. **RIBEIRO**, José Luiz. "Como Falam as esquerdas". Editora Intermédio – Porto Alegre/RS/Brasil, 1981.
11. **MILLER**, René Fulop. "Espírito e Physionomia do Bolchevismo". Livraria do Globo – Porto Alegre, 1935.
12. **SOLJENITSIN**, Alexandre. "Arquipélago Gulag". Editora Difel, S. Paulo.

Jornais e Revistas:

13. **ZERO HORA** – Porto Alegre
14. Revista "VEJA".

OBRAS DO AUTOR:

- 1 – **Terra de heróis** – Poesia nativa – 1973 – Edição Esgotada.
- 2 – **De rumo feito** – Poesia nativa – 1981 – Martins Livreiro Editor.
1985 – 2ª Edição – Editora Sulina.
- 3 – **Sapo gaiteiro** – **Bugio domador** – Poemeto infantil
1985 – Martins Livreiro Editor.
- 4 – **Tebas** – **o pequeno campeador** – Romance infantil – 1986 – Fundação Para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – RS.

ÍNDICE

Prefácio	5
Apresentação	7
Primeira parte	
Lembraí-vos de 35!	15
1. Raízes do levante	17
2. Dias de luto para o Brasil	23
3. Povo sem ódios não aceita a violência como religião	28
Revolução de 31 de março de 1964 (Sinopse histórica)	31
Relação dos militares e civis mortos pela subversão após o movimento revolucionário de 1964	39
Segunda parte	
Do que penso e escrevo	57
1. Sobre a qualidade de nossa gente	61
2. Sobre o verdadeiro poder estatal	69
3. Sobre a democracia brasileira	75
4. Sobre a revolução de 31 de março de 1964	83
5. Sobre torturados e torturadores	93
6. Sobre a doutrina de Segurança Nacional	103
Terceira parte	
A subversão	111
1. Introdução	115
2. Por quê	119
3. O Quê	123
4. O Como	129
5. O Quando	145
6. O Para quê	151
7. O Quem	155
8. O “foquismo de massas”. Uma nova estratégia?	167
9. Sobre a luta armada	173
10. O Onde	183
Quarta parte	
A “Igreja” subversiva	189
1. Introdução	191
2. Origens	195
3. O que dizem os tradicionalistas	199
4. Ação dos progressistas no processo político nacional	203

5. Fundamentação da atuação da Igreja Católica (progressista) no Brasil	209
6. Ação da “Igreja” no processo agrário nacional	213
7. Conclusões	219
Quinta parte	
Diretrizes fundamentais	227
Introdução	229
1. No campo espiritual	237
2. No campo econômico	239
3. No campo político	241
4. No campo militar	245
Conclusão	249
Anexo I	253
Anexo II	261
Bibliografia	270
Índice	271

o Uruguai, que estava “já quase em mãos dos Tupamaros”, e de cujos preparativos o tenente Marco Pollo Giordani participou em 1972. “A vibração era tanta entre nós que parecíamos viver um momento grandioso. A Operação Charrua só não foi desencadeada porque os uruguaios resolveram o problema através das urnas” — conta, referindo-se à derrota da Frente Ampla (coligação das esquerdas uruguaias) nas eleições presidenciais.

O maior capítulo do Brasil Sempre é dedicado à análise do comunismo, num texto idêntico ao de um curso ministrado pela Escola Nacional de Informações (Eni) aos membros do SNI e de organizações da comunidade de informações.

Um novo fechamento político pode estar próximo, afirma Giordani, se o governador Leonel Brizola chegar à presidência da República por eleições diretas. Ele não acredita que “dentro desta geração de oficiais-generais haja um sequer que consiga — pacífica e tranquilamente — entregar a nação à desdita de um aventureiro, cujo passado em nada recomenda. Não teria sentido um dos principais causadores da revolução de 1964 assumir a chefia das forças que tanto procurou dividir e desmoralizar”.

Garante que é contra a tortura, critica o presidente João Figueiredo, que não quis dar eleições diretas, com chances de vitória para o candidato do PDS, Aureliano Chaves, que liderava as pesquisas de opinião na época.

E adverte: “Não começamos a guerra, fomos levados a ela. Vencemos. Venceremos todas as vezes que a reiniciarem”.

BRASIL SEMPRE

"Um livro que elogia e valoriza o trabalho e o poder político da comunidade de informações, especialmente do SNI, critica a atuação da igreja progressista, 'a mais perigosa ameaça à segurança interna', analisa a atuação de comunistas e organizações de esquerda, defende a criação de um grande partido nacional de direita, apontando o deputado Paulo Maluf como o maior líder da direita brasileira, e ainda faz interessantes revelações como a dos preparativos para a invasão do Uruguai por tropas brasileiras em 1972".

Jornal do Brasil

"Giordani diz que não pretende contestar o relato das vítimas da esquerda, mas 'mostrar a parte esquecida'. O autor, 36 anos, casado, 2 filhos, dezoito anos de Exército, afirma não possuir 'trezentos mil dólares nem os computadores, aparelhos de microfilmagem ou funcionários assalariados usados na confecção de 'Brasil: Nunca Mais' — mas diz ter 'a real experiência do contato permanente com a subversão', além de 'vários anos de Doi-Codi dedicados exclusivamente ao Brasil'".

Folha de S. Paulo

tchê!